

Marxismos, feminismos, *queer* e sexualidades – Parte II

Apresentação: debates e controvérsias atuais

MAIRA ABREU* E BÁRBARA CASTRO**

Dando continuidade ao dossiê publicado em *Crítica Marxista* n.48, apresentamos a seguir os artigos que integram esta segunda parte, remetendo o/a leitor/a ao texto de apresentação original, para a contextualização do debate sobre o tema em questão.

Cinzia Arruzza parte do debate entre Nancy Fraser e Judith Butler sobre o caráter “meramente cultural” da performatividade de gênero e da opressão sexual para pensar sobre as contribuições de Butler para uma perspectiva menos reducionista e unidirecional da teoria marxista sobre o papel da heteronormatividade no modo de produção capitalista. Inspirada na crítica que Hennessy dirige à teoria *queer* (para quem, ao buscar superar o modelo base-superestrutura tal teoria teria passado a defender que tudo determina tudo), Arruzza inicia a crítica que articula aos trabalhos iniciais de Butler sobre gênero, especialmente *Gender Trouble* e *Bodies that Matter*. Para a autora, “Butler chega a defender uma forma de regressão infinita em sua descrição da característica citacional da performatividade de gênero”, o que “pode oferecer uma fenomenologia e uma genealogia crítica, mas é constitutivamente incapaz de oferecer o tipo de explicação causal que poderia servir para desenvolver uma fenomenologia mais robusta para tais identidades”. O problema, para Cinzia Arruzza, é que tal arcabouço teórico negligencia o papel das relações sociais de classe e pode levar ao apagamento da categoria de exploração da análise. A preocupação da autora é que a ausência dessas duas categorias não

* Pós-Doutoranda em Sociologia pela USP. E-mail: mairabreu@yahoo.com

** Professora do Departamento de Sociologia da Unicamp. E-mail: bacastro@gmail.com

permite elaborar uma perspectiva de análise suficientemente sofisticada sobre o papel da heteronormatividade no modo de produção capitalista. Arruzza defende que seria produtivo compreender a performatividade de gênero como uma “característica distintiva do processo de construção de identidades de gênero e sexuais nos países capitalistas avançados”. Ou seja, o processo de produção de identidades sexuais é parte da totalidade capitalista em movimento: esta, assim como as identidades sexuais, não é estável, está sempre em movimento e deve performar a si mesma por repetições constantes para continuar existindo.

Alan Sears escreve em um momento em que a agenda de direitos civis e a visibilidade cultural da população homossexual conquistava significativas vitórias em diferentes países do mundo levando, em sua avaliação, tanto a uma reposição de desigualdades entre homossexuais (sobretudo, de raça, classe, e cisgeneridade) marcada pela capacidade de consumo, quanto pela desmobilização dos movimentos, que buscavam reconstruir suas agendas diante das conquistas obtidas. Neste mesmo contexto, uma agenda política anticapitalista retomava fôlego e, portanto, seria imprescindível pensar quais “tipos de política de libertação sexual” seriam adequados a estes novos tempos. Alan Sears não se propõe a realizar uma crítica à teoria *queer*, mas quer propor uma agenda teórica e política que contemple as “muitas dimensões da existência lésbica, gay, bissexual e transgênera” que levem em conta “as relações de classe e as divisões de trabalho, a dinâmica de regulamentação estatal, o impacto específico da reestruturação capitalista e a lógica cultural dos processos de mercadorização”. O autor defende o que nomeia de “anticapitalismo queer” a partir da experiência canadense, na qual os sindicatos e os movimentos LGBT produziram produtivos encontros políticos. Sears propõe que recuperemos a classe trabalhadora como agente de transformação política e que cabe a ela levar adiante as demandas LGBT.

Kevin Floyd busca articular as perspectivas *queer* e marxista situando suas tensões teóricas e metodológicas no contexto da história do capitalismo dos EUA. Ele relaciona o desenvolvimento material e ideológico das formas taylorista e fordista, isto é, o desenvolvimento de tecnologias de produção e o estímulo a um consumo de massa, com a reificação do erótico. A indução ao consumo teria levado a uma autonomização sem precedentes do desejo sexual. A base material de produção capitalista dissocia sexualidade e gênero e abre caminho para a reificação do erótico pela classe, sobredeterminando políticas anti-heterossexistas. Tal movimento abriu caminho para interpretações que o autor classifica como funcionalistas. Estas defendem, por exemplo, que a relação entre capitalismo e desejo se esgota na compreensão de que o capitalismo destrói formas de comunidade da classe trabalhadora, tornando irreconciliáveis as políticas anticlassistas e anti-heterossexistas. A contribuição de Kevin Floyd está em sua defesa da reificação como uma inflexão produtiva, que deve ser pensada de maneira mais dialética e menos funcionalista, ou seja, a relação entre capitalismo e desejo também deve nos permitir compreender que a mercadorização não neutraliza a aspiração

comunitária. Há uma dialética histórica mutuamente produtiva e constitutiva da mercadorização do desejo e de sua politização. A cultura do consumo pode ser lida, portanto, como um ponto necessário e contínuo da história moderna e da luta anti-heterossexista. Os sistemas de dominação não são articulados, mas sim conflitantes. Se desistoricizados e se tomados como interdependentes de saída, esses sistemas parecem estar em equivalência, perspectiva que deixa de lado sua produtiva contradição.

CONSULTE A BIBLIOTECA VIRTUAL DA *CRÍTICA MARXISTA*

<http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista>

CRÍTICA marxista

O retorno de Engels

John Bellamy Foster

Althusser e o materialismo do encontro

Cesar Mangolin

Marx e o colonialismo

Flávio Miranda

Classes e movimentos sociais

Eliel Machado

Classe média e corrupção

Sávio Cavalcante

Dossiê Marxismo e relações internacionais

46

Gênero como temporalidade social: Butler (e Marx)*

CINZIA ARRUZZA**

No final dos anos 1990, Nancy Fraser e Judith Butler se envolveram em um interessante debate sobre o caráter “meramente cultural” da performatividade de gênero e da opressão sexual.¹ Ainda que ambas tenham concordado que essa opressão é enraizada em condições materiais e tem efeitos materiais, elas discordaram sobre o que alguém deveria querer dizer com “material” e sobre a relação que o modo de produção capitalista tem com a performatividade de gênero e a opressão sexual. Em seu artigo *Merely Cultural*, ao responder a algumas objeções levantadas por Fraser sobre *Gender Trouble*, Butler destacou o papel da heterossexualidade normativa no modo de produção capitalista (Butler, 1998; Butler, 2008; Fraser, 1997). Ao fazer referência à análise marxista que coloca a centralidade na família para a reprodução da força de trabalho, Butler tentou demonstrar que a heterossexualidade normativa, acompanhada pelo consequente não reconhecimento da homossexualidade e outros objetos de escolhas de desejos sexuais, é uma ferramenta formidável para perpetuar a reprodução da família mononuclear e heterossexual. Em outras palavras, longe de ser um fato meramente cultural, a

* Artigo originalmente publicado em *Historical Materialism*, 23.1 (2015), p.28-52. Agradecemos à autora e a Sebastian Budgen, editor da Revista, pela autorização da publicação da tradução neste dossiê. Tradução de Bárbara Castro.

** Professora de Filosofia em The New School for Social Research (Estados Unidos).

1 Este debate foi recentemente traduzido pela revista *Ideias*, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, no contexto dos dossiês “Diálogos na Teoria Crítica” (parte 1, v.7, n.2, jul.-dez. 2016 e parte 2, v.8, n.1, jan.-jun.2017).

heterossexualidade normativa tem um papel crucial no modo de produção em si mesmo e para os processos de reprodução social como um todo.

Em sua resposta a este artigo, Fraser reconheceu os esforços de Butler neste ensaio de identificar e recuperar os aspectos genuinamente valiosos do feminismo marxista e socialista dos anos 1970, que as modas intelectuais e políticas atuais conspiram em reprimir (Fraser 1998, p. 140). Mas Fraser criticou Butler por mostrar uma certa tendência em confundir o que é “material” com o que é “econômico”. De acordo com a diferenciação de Fraser, o primeiro envolve um conjunto de formas de discriminação sexual e de gênero implementadas e reproduzidas por práticas sociais e instituições, tais quais os sistemas de educação e de saúde, enquanto o “econômico” se refere às relações de produção. A opressão sexual, nos dois casos, tem um aspecto propriamente material; ela tem consequência na vida das pessoas e é sustentada por instituições sociais que não podem ser vistas apenas como mero ato de discurso ou linguagem ou como mero reconhecimento simbólico. Mas o que não estava claro no discurso de Butler é se a heterossexualidade normativa deveria ser considerada também como um componente constitutivo das relações de produção. Por exemplo, ela desempenha ou não um papel estrutural na divisão do trabalho?

Os argumentos de Butler em *Merely Cultural* tinham o objetivo de desafiar a hierarquia das opressões “primária” e “secundária”, ou entre exploração e opressão. Para construir esse argumento, ela se aproximou de um “marxismo ortodoxo” não especificado. Butler criticou o pressuposto do “marxismo ortodoxo” de que as esferas cultural e econômica podem estar separadas de maneira estável. Adicionalmente, Butler também abriu uma frutífera possibilidade de pensar a construção de gênero em sua relação com o modo de produção capitalista de um ponto de vista que questiona a abordagem analítica reducionista e unidirecional expressa pela infame fórmula “base-superestrutura”. Essa possibilidade, no entanto, permaneceu subdesenvolvida e pouco teorizada no seu trabalho sobre gênero.

No centro do debate entre Butler e Fraser estava, para usar as palavras de Rosemary Hennessy, a questão da relação entre “os discursos pelos quais fazemos o mundo inteligível e as estruturas de acumulação e trabalho” (Hennessy, 2000). Fazendo referência à noção althusseriana de “sobredeterminação”, Hennessy enfatiza que o modelo tradicional base-superestrutura falha em reconhecer a autonomia relativa da cultura e que a relação de determinação não é unidirecional, pois construções culturais-ideológicas também afetam e agem sobre as relações de produção e seus desenvolvimentos (Althusser, 2005). Por exemplo, embora seja certamente verdade que o desenvolvimento do capitalismo é uma força de dissolução em relação a sistemas preexistentes de relações sociais, também é verdade que essa tendência é altamente contraditória e que um certo modo de relações patriarcais e familiares, em determinadas regiões do mundo ou em certas esferas da produção de mercadorias, podem não apenas sobreviver, mas moldar a divisão do trabalho e as relações de exploração. Em outras palavras, o modelo base-superestrutura – que na verdade não pertence a Marx, que usa a metáfora base-superestrutura muito raramente e em termos bastante alusivos – falha em ver que a exploração capi-

talista nunca se realiza de maneira pura ou em um espaço vazio. De fato, precisa necessariamente lidar com construções econômicas, sociais e cultural-ideológicas historicamente preexistentes, algumas das quais sobrevivem e são remodeladas por que, ao mesmo tempo, contribuem para modelar relações de exploração, dando luz a várias e variadas formações sociais. Mas eu argumentaria que mesmo a noção de “sobredeterminação”, ao manter um modelo de separação espacial entre esferas que agem uma sobre a outra (isto é, a estrutura econômica e a estrutura ideológica ou cultural), não faz justiça completa à maneira complexa e rica com que Marx analisa as relações sociais.²

Hennessy lamentou que a tendência prevalente na teoria *queer* para lidar com a necessidade de superar o modelo base-superestrutura tenha sido substituir a relação da determinação unidirecional com um jogo incessante de diferentes tipos de relações sociais – em outras palavras, com a ideia de que tudo determina tudo, tanto que ao final a própria ideia de determinação perde o significado (Hennessy, 2000, p.88-90). Ainda que a situação tenha mudado significativamente nos últimos quinze anos, com a publicação de textos que dão novamente atenção à relação entre opressão sexual, identidade sexual e a atual dinâmica capitalista,³ a observação de Hennessy aplica-se perfeitamente aos primeiros trabalhos de Butler sobre gênero. Em *Bodies that Matter*, por exemplo, Butler chega a defender uma forma de regressão infinita em sua descrição da característica citacional da performatividade de gênero:

E ainda que haja uma lei já existente que ele [o juiz] cita, de onde essa lei retira sua autoridade? Há uma autoridade original, uma fonte primária, ou é antes, *na* própria prática da citação, potencialmente infinita em regressão, que o fundamento da autoridade é constituído como um *adiamento* perpétuo? Em outras palavras, é precisamente por meio do adiamento infinito da autoridade a um passado irrevogável que a autoridade é, ela mesma, constituída. Essa referência é o ato repetido pelo qual a legitimação ocorre. O apontar para um fundamento que nunca é recuperado se torna o fundamento infundado da autoridade. (Butler, 2011, p.70-1)

A insistência na pluralidade de práticas sociais que reforçam as normas que formam e regulam identidades, combinada a uma recusa de noções de determinação, pode oferecer uma fenomenologia e uma genealogia crítica, mas é constitutivamente incapaz de oferecer o tipo de explicação causal que poderia

2 Para uma crítica do modelo espacial da separação das esferas na noção de sobredeterminação de Althusser, ver Wood (1995, p.49-75). Para uma crítica da abordagem estruturalista à relação entre gênero, opressão e capitalismo, ver Ferguson (1999); Ferguson (2008). Para a defesa de um marxismo feminista estruturalista, ver Gimenez (1997).

3 Ver, por exemplo, Cruz-Malavé e Manalansan (eds.) (2002); Duggan (2002); Eng, Halberstam e Muñoz (eds.) (2005); Drucker (2011). O tratamento teórico mais articulado sobre esse tópico é de Floyd (2009).

servir para desenvolver uma fenomenologia mais robusta para tais identidades. Ademais, a tentativa de mostrar que relações de classe não têm qualquer tipo de prioridade sobre outras relações sociais pode levar não apenas a negligenciar seu papel necessário e inevitável na própria existência do capitalismo, mas também a apagar a própria categoria de exploração da análise como um todo.

É à luz dessa problemática geral, isto é, da criação de um quadro não reducionista para analisar as relações entre capitalismo, gênero e sexualidade, que explica o papel determinante das relações capitalistas de produção, que eu gostaria de desenvolver uma série de sugestões sobre a performatividade e a temporalidade nos primeiros trabalhos de Butler sobre gênero. Este artigo é articulado em quatro etapas. Primeiramente, examino o papel e a natureza da temporalidade na teoria de performatividade de gênero de Butler. Em segundo lugar, mostro algumas similaridades e conexões entre o papel desempenhado pela temporalidade na teoria de performatividade de gênero da Butler e o seu papel na análise do capital de Marx. Em ambos os casos, não há apenas uma estratégia de desnaturalização de fenômenos sociais como gênero e capital, mas também a ideia de que práticas transformadoras podem ocorrer por causa e de dentro das fendas e inconsistências desses fenômenos sociais em sua própria repetição performativa. Em terceiro, levanto algumas críticas com relação à compreensão de Butler sobre temporalidade e historicidade, dando ênfase, em particular, à ausência de uma historicização de suas próprias categorias em *Gender Trouble* e *Bodies that Matter*. Esse déficit, eu argumento, é consequência da estrutura linguística dentro da qual ela está operando, isto é, de sua compreensão das práticas e relações sociais através da lente de conceitos linguísticos extrapolados de seu contexto teórico. Finalmente, faço referência às análises de Floyd e Hennessy sobre a formação de identidades sexuais como exemplos da frutífera historicização de performatividade de gênero: tanto Floyd quanto Hennessy relacionam de forma persuasiva a reificação de identidades sexuais à difusão do consumo de massa de mercadorias, ajudando assim a lançar alguma luz sobre o que chamo de “caráter abstrato” da temporalidade da performatividade de gênero.

Após ter resumido o que farei neste artigo, é provavelmente aconselhável anunciar o que eu *não* farei. O objetivo deste artigo é abordar alguns problemas teóricos específicos relativos a tempo e temporalidade nos primeiros trabalhos de Butler sobre gênero, mais particularmente em *Gender Trouble*: uma revisão e discussão articulada sobre elaborações mais recentes da teoria *queer* sobre o tempo está, portanto, fora do escopo deste artigo. O recorte restrito deste artigo também explica a ausência do tratamento de uma relação específica entre *queerness* e raça ou dos trabalhos recentes sobre raça e performatividade.⁴

4 A formulação original de performatividade de gênero em *Gender Trouble* não incluiu nenhuma discussão sobre raça. Em *Bodies that Matter* e nos trabalhos seguintes de Butler, questões de raça e racialização têm sido crescentemente incorporados. Ver, por exemplo, Butler (1997a).

Temporalidade no trabalho de Butler

A relevância da questão da temporalidade na análise da performatividade é substanciada por um número de escritos que, na esteira do trabalho inovador de Butler, deram ênfase a esse aspecto. O engajamento de teóricos *queer* com noções de tempo e temporalidade tem abrangido desde a elaboração de uma concepção de “tempo *queer*”,⁵ análises sobre como processos temporais e regulação do tempo contribuíram para a sedimentação e normalização de identidades raciais e sexuais de modo a articular *queerness* e racialização,⁶ até a relação entre passado histórico sedimentado e futuridade, isto é, agência, novas aberturas, possibilidades e transformações.⁷

Essa insistência na temporalidade, que Butler compartilha com outros teóricos *queer*, é muitas vezes uma estratégia teórica que tem o objetivo de resistir às tentativas de naturalizar e desistoricizar relações de gênero e identidades. Ao destacar o caráter temporal das práticas que sedimentam identidades de gênero, de fato, teóricos *queer* desessencializam gênero e abrem um caminho para a transformação, a posteridade e a agência. Em sua introdução ao volume *Queer Times, Queer Becoming*, por exemplo, McCallum e Tuhkanen escreveram:

Enfrentar este problema do tempo e da vida ainda que indiretamente, ao problematizar a linguagem, as categorias, as definições e os enquadramentos, é seguir uma linha de pensamento crítica, antiessencialista – um arcabouço filosófico através do qual a teoria *queer*, impulsionada não apenas por Foucault, mas pelas críticas desconstrucionistas da identidade e pelas contestações feministas das definições restritivas das diferenças sexuais, emergiu de uma crítica da metafísica ocidental e de sua ontologia estável. (McCallum; Tuhkanen, 2011, p.2)

5 Ver, por exemplo, Halberstam (2005). No trabalho de Halberstam, a temporalidade *queer* é compreendida como um “modo de vida” específico, uma alternativa incorporada [*embodied alternative*] à temporalidade convencional da vida das pessoas. Contrariamente a essa temporalidade convencional, determinada e ritmada pelo ciclo de marcadores altamente regulados da experiência, como nascimento, casamento, reprodução e herança, e pelo desejo de longos períodos de estabilidade, o tempo *queer* “é um termo para aqueles modelos específicos de temporalidade que emergem no pós-modernismo quando se deixam os quadros temporais da reprodução e da família burguesas, a longevidade, o risco / segurança e a herança” (Halberstam, 2005, p.6).

6 Ver, por exemplo, Freeman (2007). Como Elizabeth Freeman escreve na Introdução de uma edição de *GLQ* dedicada ao tema “temporalidades *queer*”, temporalidade é um modo de implantação por meio do qual forças institucionais aparecem como fatos somáticos: por meio da manipulação do tempo e, portanto, da experiência temporal, “essências” não são apenas qualificadas, mas efetivamente produzidas. É, então, a manipulação do tempo que torna possível a política do corpo. Freeman aprofunda sua crítica da ideia de uma objetividade e naturalidade da temporalidade de nossas vidas através da articulação de uma noção de “crononormatividade” [*chrononormativity*] em Freeman (2010).

7 Veja, por exemplo, Freccero (2006), Love (2007) e Muñoz (2009). Que a teoria *queer* deva se preocupar com a posteridade tornou-se, agora, uma questão controversa. No debate sobre a virada “antissocial”, por exemplo, Lee Edelman sugeriu que os teóricos *queer* deveriam rejeitar qualquer posteridade e rejeitar, portanto, qualquer política normativa, e endossar plenamente essa negatividade à qual as pessoas *queer* já foram vinculadas (Edelman, 2004).

Como é bem conhecido, em *Gender Trouble* Butler opõe uma visão essencialista sobre gênero e o corpo sexuado argumentando que a aparência de *status* ontológico de gênero não é nada mais do que o resultado de uma série de práticas regulatórias que, por meio de sua sedimentação, escondeu sua gênese. Gênero é, portanto, socialmente construído, e sua construção torna o corpo socialmente visível, posto que é apenas por meio da mediação de uma série de práticas sociais que o corpo se torna genderado: o corpo “não é um ‘ser’, mas uma fronteira variável, uma superfície cuja permeabilidade é politicamente regulada, uma prática significativa dentro de um campo cultural de hierarquia de gênero e heterossexualidade compulsória” (Butler, 2008, p.189). A alegação de Butler, contudo, não é apenas que o gênero é o resultado social de um conjunto de práticas regulatórias, mas, além disso, que o gênero deve ser identificado com essas mesmas práticas em seu ser ou ao terem sido performadas:

Porque não há tanto uma “essência” que gênero expressa ou externaliza, nem um objetivo ideal ao qual gênero aspira, e porque gênero não é um fato, é que vários atos de gênero criam a ideia de gênero, e sem esses atos, não haveria gênero. (Butler 2008, p.190)

Gênero é, assim, tanto a sedimentação de uma série de normas, que se apresentam a si mesmas em uma forma reificada como estilos corporais, como a “configuração natural dos corpos”, e as práticas que encenam esses estilos e, portanto, produzem sujeitos generificados. O tempo é, em ambos os casos, um fator crucial. No primeiro caso, a sedimentação das normas e os estilos corporais são produzidos ao longo do tempo. No segundo caso, encenar esses estilos significa repetir ao longo do tempo os atos que performam gênero e criam o sujeito generificado. Como escreve Butler:

[...] o gênero é uma identidade tenuamente constituída no tempo, instituída em um espaço exterior por meio de uma *repetição estilizada de atos* [...]. Essa formulação move a concepção de gênero da base de um modelo substancial de identidade para outro que requer uma concepção de gênero como uma *temporalidade social* constituída. (Butler, 2008, p.191)

Gênero é definido como uma temporalidade social *constituída*: se estilos corpóreos são a forma reificada tomada pela sedimentação de normas, eles poderiam ser entendidos como tempo objetivado, como tempo passado que assombra o presente sob a forma de reificação. É o fato de que essas normas são dadas em uma forma reificada que lhes garante a aparência de sua “naturalidade”. Nessa aparência de “naturalidade”, além disso, podemos reconhecer a típica inversão de causa e efeito característica da reificação como tal. De fato, a noção de reificação desempenha, implicitamente, um papel central na explicação de gênero de Butler.

Em *Gender Trouble*, por exemplo, ela salienta os traços de uma noção marxista de reificação nas teorias de Wittig e Foucault, particularmente, em sua insistência na confusão de “causa” com “resultado” que leva, como consequência, a tomar “sexo” como um dado imediato. Já que Butler compartilha essa abordagem com Wittig e Foucault, ao reconhecer a origem marxista da crítica da reificação em suas teorias, ela está implicitamente reconhecendo sua própria dívida com o marxismo (Butler, 2008, p.35). No entanto, eu argumentaria, a ausência de uma articulação explícita da noção de reificação em *Gender Trouble* e a falta de uma análise mais detalhada e historicamente específica de relações sociais que reificam gênero levaram a uma série de interpretações erradas de sua posição e, em particular, à fusão da performatividade e do desempenho consciente do gênero operado por um sujeito supostamente soberano e livre. Para afastar precisamente esse tipo de interpretações errôneas, em *Bodies that Matter* Butler se apoia mais fortemente na noção foucaultiana de normatividade e insiste no caráter constritivo de uma performatividade entendida como uma “forçada reiteração de normas”:

Nesse sentido, então, não é apenas que existam entraves à performatividade; ao contrário, os entraves exigem ser repensados como a condição da performatividade. Performatividade não é nem um jogo livre nem uma autoapresentação teatral; nem pode ser simplesmente igualada à *performance*. Além disso, o entrave não é necessariamente aquele que estabelece um limite para a performatividade; o entrave é, antes, aquele que impulsiona e sustenta a performatividade. (Butler, 2011, p.59-60)

O processo pelo qual um corpo se torna gendrado implica uma constante e “estilizada repetição de atos ao longo do tempo”: a temporalidade que está em jogo aqui é aquela da “reencenação e reexperimentação de um conjunto de significados que já estão socialmente estabelecidos” (Butler, 2008, p.191-2). Em outras palavras, essas repetições são necessárias para a continuidade da reprodução de gênero. Precisamente porque essa construção não é um ato ou evento singular, não é “um processo causal iniciado por um sujeito que culmina em um conjunto de efeitos fixados”, mas antes é um “processo temporal que opera por meio da reiteração de normas”, e portanto uma certa instabilidade está implícita neste mesmo processo (Butler, 2011, p.XIX). De fato, corpos nunca consentem inteiramente com as normas que restringem sua materialização: lacunas e fissuras são constantemente abertas no mesmo processo de repetição, e as normas nunca são perfeitamente citadas (Butler, 2011, p.XII).

Como já vimos, é possível distinguir a capacidade de sedimentação da reencenação. A reencenação das normas objetivadas sempre implica a necessária possibilidade de variação na maneira como as normas são performadas. Concluindo, a temporalidade e a repetição socialmente constituídas – na forma de uma historicidade sem história – são os dois conceitos-chave para Butler desessencializar gênero. Até o corpo generificado é, como vimos, uma corporealização generifi-

cada do tempo, de modo que a metáfora de “fundamento”⁸ nada mais é do que a repetição e a sedimentação na forma de reificação. Finalmente, se a encenação de estilos corporais requer uma repetição performativa de atos e práticas, a identidade de gênero não pode nunca ser considerada estável, já que é sempre exposta à possibilidade de rompimento dessa temporalidade abstrata por meio de lapsos, resistências, do jogo irônico de performances de gênero, de rupturas de fronteiras binárias impostas pela heteronormatividade, e pela incoerência entre gênero e objeto da escolha do desejo sexual.

Opor-se a uma visão essencialista e localizar a construção de gênero em uma temporalidade social abre, portanto, a possibilidade de transformação. Mas se essa transformação deve ser localizada no nível da performance individual, ou – consistente com o caráter social das normas que criam gênero – deve ser entendida como um processo coletivo, não está totalmente claro em *Gender Trouble*. Isso fica mais claro nos próximos trabalhos de Butler: porque não existe tal coisa como um indivíduo fora das relações sociais que o constituem, o potencial de liberdade implicado na performatividade é sempre social.

Marx e temporalidade

Nesta seção gostaria de explorar algumas similaridades entre a análise de Butler sobre a temporalidade da reificação de gênero e a compreensão de Marx sobre a temporalidade do capital. Butler enfatiza, de maneira nada ambígua, a centralidade da temporalidade para o seu trabalho em um texto curto publicado em 1997, *Further Reflection on Conversations of our Time*. Nele ela acolhe o trabalho de Laclau e Mouffe, *Hegemony and Socialist Strategy*, como um trabalho marxista que trata seriamente sobre a maneira pela qual o discurso não é mera representação de uma realidade histórica e social pré-existent, mas é constitutivo delas. Este trabalho, de acordo com ela, sinaliza para o deslocamento da consideração althusseriana do modo de produção como a totalidade estrutural ou como um objeto teórico, um deslocamento que permite reintroduzir considerações de uma temporalidade e futuridade na análise de formações sociais (Butler, 1997b). Enquanto Butler acolhe o trabalho de Laclau e Mouffe por sua novidade em trazer a questão da temporalidade para pensar a estrutura, ela está, na verdade, ciente de que a consideração sobre o caráter temporal das formações sociais, incluindo a preocupação com a posteridade, é central para o trabalho de Marx. Em *Bodies that Matter*, de fato, em uma interessante nota sobre as *Teses de Feuerbach*, de Marx, ela enfatiza a similaridade entre a sua compreensão da materialidade e a crítica de Marx ao materialismo e empiricismo triviais e ingênuos. Como ela

8 No original *ground*, cujo significado remete tanto à materialidade do chão, solo, terreno, quanto à ideia figurativa de base, fundamento. Nessa passagem do texto, a autora se remete ao primeiro sentido da palavra *ground*, fazendo referência à “metáfora especial de *ground*”. A tradução literal não faria sentido à leitura no português e, por isso, optou-se pela supressão da associação entre *ground* e espaço. (N.T.)

aponta, nas *Teses sobre Feuerbach* a práxis social-transformativa é constitutiva da própria materialidade:

[...] de acordo com esse novo tipo de materialismo que Marx propõe, o objetivo não é apenas transformado, mas em algum sentido significativo, o objeto é a própria atividade transformativa e, além disso, sua materialidade é estabelecida por meio desse movimento temporal de um estado anterior para um último. Em outras palavras, o objeto se materializa na medida em que é um local para transformação temporal. (Butler, 2011, p.191-2, n.5)

Além dessa referência às *Teses sobre Feuerbach*, Butler poderia ter notado que a consideração do tempo é crucial para a compreensão de Marx sobre o capital. Primeiramente, a economia capitalista pode – assim como outros modos de produção – ser reduzida em última instância a uma economia de tempo, como Marx reconhecidamente declarou nos *Grundrisse*:

Economia de tempo, é a isso que toda economia acaba se reduzindo. A sociedade, da mesma maneira, deve distribuir seu tempo em uma maneira significativa, intencional, de modo a alcançar a produção adequada às suas necessidades totais; assim como o indivíduo tem que distribuir o tempo corretamente para obter conhecimento em proporções adequadas ou para satisfazer às diversas demandas de sua atividade. Assim, a economia de tempo, juntamente com a distribuição planejada do tempo de trabalho entre os vários ramos da produção, permanece como a primeira lei econômica na base da produção comunal. (Marx, 1993, p.173)

O que diferencia um modo de produção do outro, então, é – entre outros fatores – precisamente a especificidade histórica pela qual o tempo é organizado. No capitalismo, conforme enfatizado entre outros, por Stavros Tombazos, Daniel Bensaïd e Massimiliano Tomba, o tempo é tanto uma relação social quanto uma medida das relações sociais. Nessa economia do tempo, diferentes temporalidades estão entrelaçadas – aquela da produção analisada no volume I do *Capital*, a da circulação no volume II e a da reprodução como um todo no volume III.⁹ Longe de ser uma junção harmônica desses diferentes tempos entrelaçados, o tempo do modo de produção capitalista é fundamentalmente “desarticulado”. O problema disso, de fato, reside na contínua necessidade de articular temporalidades discordantes e conflitivas. Esses conflitos de tempo não dizem respeito apenas às relações entre produção, circulação e reprodução. Pode-se recuperar o primeiro conflito crucial já dentro do reino da produção, na oposição entre trabalho vivo e trabalho morto, e entre trabalho concreto e trabalho abstrato. Como uma mercadoria, o capital constante é, do ponto de vista do valor, uma sólida cristalização do tempo

⁹ Ver Tombazos (1994), Bensaïd (2002, p.72-7) e Tomba (2012).

do trabalho abstrato.¹⁰ ambos são objetivações do tempo assombrando o presente. Na mercadoria o caráter social do trabalho humano é oculto, pois se manifesta de forma reificada, como o caráter objetivo do produto (Marx, 1976, p.163-77). No capital fixo, no trabalho morto, isto é, objetivado, no trabalho passado, opõe-se ao trabalho vivo como um poder externo e hostil, que disciplina o corpo do trabalhador, subjugando a rica temporalidade de sua vida à temporalidade homogênea, regular e mecânica do trabalho abstrato. Nos *Grundrisse*, essa oposição é também descrita como uma relação entre tempo e espaço, pois o trabalho passado assombra o trabalho presente, o trabalho vivo, na forma de espaço:

A única coisa distinta do trabalho *objetivado* é o trabalho *não objetivado*, o trabalho que ainda está se objetificando a si mesmo, o *trabalho* como subjetividade. Ou, ainda, o trabalho *objetivado*, isto é, como trabalho *presente no espaço*, também pode ser contraposto, como *trabalho passado*, ao trabalho *presente no tempo*. (Marx, 1993, p.272)

Na circulação, o trabalho passado, na forma de mercadoria do capital e de capital dinheiro, interage e às vezes entra em conflito com a temporalidade da repetição dos circuitos do capital, na qual o capital atravessa incessantemente a fantasmagoria de sua contínua metamorfose. Dentro do processo da reprodução capitalista como um todo, essa tensão entre temporalidades conflitantes explode em uma proliferação de tempos múltiplos, aqueles das formações sociais concretas para as quais o capital, considerado como uma totalidade em seu movimento real, dá à luz (Bensaïd, 1995, p.29-30). O movimento do capital, contudo, não é apenas o mero resultado da sobreposição contingente e arbitrária de diferentes temporalidades e relações sociais. O seu núcleo, o seu mistério, que Marx explica ao entrar na “morada oculta da produção”, é o movimento de autovalorização do valor, o processo de reprodução em uma escala progressivamente crescente (Marx, 1976, p.279). Em outras palavras, é o processo de acumulação que implica a constante repetição da apropriação da mais-valia, e a constante repetição da transformação do trabalho vivo em trabalho morto.

Enquanto Butler fala de gênero como uma “temporalidade social constituída”, Marx descreve a mercadoria e o capital constante como cristais do tempo de trabalho abstrato objetivado: em ambos os casos, temos a reificação do tempo como uma relação social. Em Butler, a espacialidade do gênero, ou seja, sua inscrição

10 Marx define a mercadoria, do ponto de vista do valor, tanto como um cristal sólido de trabalho quanto como tempo de trabalho cristalizado. Essa segunda definição me ocorre quando Marx está levando em conta as mercadorias como *quanta* determinadas de trabalho, em outras palavras, quando ele se refere à “medida” do trabalho. Veja, por exemplo, esta passagem do capítulo 7 do volume I: “Quantidades definidas de produto, estas quantidades sendo determinadas pela experiência, agora representam nada além de quantidades definidas de trabalho, massas definidas de tempo de trabalho cristalizado. Elas nada mais são do que a materialização de tantas horas ou tantos dias de trabalho social” (Marx, 1976, p.297).

no corpo, nada mais é do que uma temporalidade social constituída, ou seja, atos sociais realizados no passado. Da mesma forma, para Marx o passado é tempo de trabalho objetivado que se opõe ao espaço no presente momento do trabalho vivo. Enquanto Butler nega que gênero seja um fato, insistindo que gênero é constantemente constituído através da repetição de atos performativos ao longo do tempo, Marx insiste que o capital não é uma coisa, mas sim o processo de autovalorização do valor que implica a repetição da apropriação da mais-valia, assim como a repetição dos circuitos do capital e de sua unidade. Pode-se dizer que, através dessas repetições, o capital performa a si mesmo. Como Marx escreve no capítulo IV do volume II, referindo-se às metamorfoses do capital na circulação:

O capital, como valor autovalorativo, não compreende apenas as relações de classe, um caráter social definido que depende da existência do trabalho como trabalho assalariado. É um movimento, um processo de circulação por meio de diferentes etapas, que em si mesmo, por sua vez, inclui três formas diferentes do processo de circulação. Por isso, só pode ser compreendido como um movimento e não como uma coisa estática. (Marx, 1978, p.185)

Finalmente, as formas assumidas pelo capital industrial durante sua metamorfose são *fluidas*.¹¹ Nessas passagens, além de dar uma definição do capital como movimento, Marx também refuta uma visão estritamente econômica das relações capitalistas de produção, pois não envolvem apenas a exploração do trabalho assalariado dentro do processo produtivo, mas o todo da metamorfose do capital. Levar em conta a visão dinâmica e ampla das relações capitalistas exibidas aqui ajuda a evitar uma interpretação reducionista das relações capitalistas e da interação entre cultura e economia. Para usar uma formulação de Tombazos:

O capital é uma organização conceitual do tempo. Não é uma simples relação social, mas uma racionalidade viva, um conceito ativo, a “ideia imediata” da economia, como provavelmente diria Hegel, “a abstração *in actu*”, como Marx escreveu várias vezes. Não há relação de separação entre as leis abstratas, imanentes à racionalidade econômica ativa, e o tempo histórico, mas uma relação de comunicação e fecundação recíproca. A primeira é realizada nas formações históricas concretas, que são econômicas, institucionais e políticas [...]. (Tombazos, 1994, p.11-12)

A insistência de Marx no caráter processual do capital enfatiza o fato de que, longe de ser um fenômeno natural enraizado em uma natureza humana imutável,

11 “Como um todo, então, o capital está simultaneamente presente e espacialmente coexistente, em suas várias fases. Mas cada parte está constantemente passando de uma fase ou forma funcional para outra, e, portanto, funciona em todas elas por sua vez. As formas são, portanto, formas fluidas e sua simultaneidade é mediada por sua sucessão” (Marx, 1978, p.184).

o capital é uma forma específica de organização das práticas sociais. Como tal, tem um caráter eminentemente histórico e, portanto, apesar de sua aparência de naturalidade, não é o destino inevitável da humanidade. Além disso, a possibilidade de uma *praxis* transformadora, ou da luta de classes, está enraizada nesse mesmo caráter processual, no processo de reprodução do próprio capital, repleto de contradições e fendas. Esse vínculo entre a temporalidade e a possibilidade de agência e transformação caracteriza o empreendimento de desnaturalização do capital e do gênero de Marx e Butler, respectivamente.

Temporalidade de gênero sem história

Até aqui, destaquei as semelhanças na centralidade da temporalidade tanto na explicação de gênero de Butler quanto na explicação do capital de Marx. Essa semelhança, no entanto, está associada a uma dissimilaridade mais profunda, que deve ser abordada agora. Referindo-se à nota de Butler sobre as *Teses sobre Feuerbach*, Kevin Floyd aponta como Butler falha em fazer uma distinção entre o temporal e o histórico: a matéria, para Marx, não é apenas temporal, como Butler destaca, mas também social e histórica (Floyd, 2009, p.116). A fim de desnaturalizar o gênero e até mesmo o corpo sexuado, Butler insiste várias vezes sobre a historicidade das normas, mas a história está surpreendentemente ausente de sua análise tanto em *Gender Trouble* quanto em *Bodies that Matter*. No caso de *Gender Trouble*, isso se deve à forte influência de Derrida, como explicarei mais adiante, na elaboração da noção de performatividade. No caso de *Bodies that Matter*, ainda que a influência de Foucault se torne mais forte e a análise de Butler menos abstrata do que em seu trabalho anterior, a dimensão histórica ou pelo menos genealógica das normas é *de facto* subestimada, apesar dos apelos formais à historicidade, de modo que até mesmo a análise dos constrangimentos permanece abstrata e sobremaneira confinada à dimensão psicanalítica.¹²

Por exemplo, ainda não está claro se a análise de gênero de Butler pode ser aplicada de forma consistente a diferentes circunstâncias históricas, diferentes modos de produção ou épocas históricas. Está certo que o objetivo de seu trabalho é, como eu já disse, desessencializar o gênero: isso naturalmente implica que o caráter construído do gênero deve ser tomado como um fenômeno trans-histórico. Em outras palavras, todas as épocas históricas construíram e objetificaram o gênero. No entanto, a maneira de tal reificação não é forçosamente a mesma em diferentes épocas. Uma das características fundamentais da elaboração de Butler sobre gênero é o vínculo que ela analisa, com razão, entre gênero e sexualidade: “gêneros ‘inteligíveis’ são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm

12 Os constrangimentos que ela discute aqui, de fato, são aqueles operativos na própria estrutura da linguagem na explicação de Lacan sobre a suposição de uma posição sexuada através do tabu do incesto (Butler, 2011, p.58-73).

relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (Butler, 2008, p.23). No entanto, no primeiro volume da *História da sexualidade*, Foucault insiste no fato de que a própria noção de sexualidade e a subsequente reificação das identidades homossexual e heterossexual é um fenômeno relativamente recente que ele localiza no final do século XIX. Como de costume, Foucault descreve esse fenômeno em termos de regimes de saber, a criação e difusão de novas disciplinas, entre as quais a psicanálise figura como ponto culminante de um processo de reificação da sexualidade. Quando ele precisa esclarecer melhor a periodização histórica deste processo, surpreendentemente – dada a sua recusa de noções de determinação –, ele o vincula em uma passagem muito rápida com a ascensão da classe burguesa e com as necessidades da produção capitalista e sua transformação ao longo do tempo:

A primeira fase correspondeu à necessidade de formar uma “força de trabalho” [...] e para garantir sua reprodução [...]. A segunda fase correspondia à época de *Spätkapitalismus*, na qual a exploração do trabalho assalariado não exige os mesmos constrangimentos violentos e físicos que os do século XIX, e onde a política do corpo não requer a elisão do sexo ou sua restrição apenas para a função reprodutiva; em vez disso, ela se baseia em uma canalização múltipla para os circuitos controlados da economia – no que tem sido chamado de dessublimação hiper-repressiva. (Foucault, 1990, p.114)

À luz disso, seria natural pensar que o diagnóstico de gênero de Butler se aplica apenas a um período histórico específico: esse aspecto, no entanto, não é abordado em seu trabalho. Como consequência, Butler falha em seu próprio terreno, pois, apesar de insistir várias vezes na historicidade, ela não historiciza suas próprias categorias nem aborda as condições históricas que possibilitaram sua própria descrição de gênero. Além disso, uma vez que ela apaga todo o capital de sua análise, mesmo quando ela aborda a questão dos constrangimentos em *Bodies that Matter*, não está claro que tipo de constrangimentos as relações capitalistas de produção impõem sobre essas variações na citação e repetição de normas, nas quais ela localiza uma possibilidade de agência e transformação (Butler, 2011, p.58-73).

De fato, o caráter dessas variações é bastante abstrato: essas variações são apenas aleatórias, são atribuíveis apenas ao livre arbítrio ou certas variações na repetição da reencenação de normas seguem uma lógica subjacente guiada por algo que ainda precisamos descobrir? Além disso, se toda repetição nunca é exatamente a mesma que se repete, se a norma nunca é citada com perfeição, como podemos distinguir as variações das repetições? E, em geral, esta metodologia de análise é capaz de dar conta de fenômenos históricos empíricos de transformação e subversão? Uma vez que sua ênfase na temporalidade do gênero não está associada a uma análise historicamente específica dessas normas sedimentadas e

de seu conteúdo, não fica claro que tipo de constrangimentos essa sedimentação incorpora *vis-à-vis* as possibilidades de variação subversiva.¹³

O caráter formal da análise da performatividade de gênero em *Gender Trouble* é consequência da aplicação de Butler das noções de iterabilidade e citacionalidade de Derrida à desconstrução do gênero.¹⁴ Butler, de fato, toma emprestada a noção de enunciado performativo de Austin, lido através de Derrida, e o aplica a uma gama mais ampla de práticas sociais, que não são *stricto sensu* linguísticas.

Embora uma discussão completa da leitura de Austin por Derrida esteja fora do escopo deste artigo, pode ser útil discutir brevemente o papel que a noção de iterabilidade desempenha na discussão de Derrida sobre a noção de Austin de enunciados performativos e, em seguida, mencionar brevemente alguns trechos de *Excitable Speech* de Butler, publicado em 1997, que pode lançar luz sobre seu trabalho anterior sobre a performatividade de gênero. Em *How to do Things with Words*, Austin define enunciados performativos como aqueles enunciados que, em vez de descrever um estado de coisas (como enunciados constativos), fazem uma ação no exato momento em que são enunciados. Embora pareçam declarações, tais enunciados não podem ser “verdadeiros” ou “falsos”, pois sua função não é relatar como as coisas são. Os famosos exemplos fornecidos por Austin em sua definição preliminar que diferencia enunciados performativos de enunciados constativos são aqueles de dar nome a um navio, do “eu aceito”¹⁵ pronunciado em uma cerimônia de casamento, de um testamento (“Eu dou e lego meu relógio para meu irmão”) e de enunciados como “eu aposto”. O que esses exemplos têm em comum é que “proferir a sentença (nas circunstâncias apropriadas, é claro) não é *descrever* a ação que eu estaria praticando ao dizer o que disse nem dizer o que estou fazendo: é *fazê-lo*” (Austin, 2003, p.6).¹⁶

Ao discutir a noção do enunciado performativo de Austin em *Signature Event Context*, Derrida primeiro acolhe a conquista de Austin de libertar a análise do performativo da autoridade do valor-verdade, e em abrir o caminho para uma compreensão da comunicação que não é estreitamente definida pela transmissão de um conteúdo semântico nem orientado pelo ideal de uma correspondência a um estado de coisas. Derrida, no entanto, identifica a raiz do tratamento aporético de Austin do performativo e de sua dificuldade e, por fim, falha em fornecer uma classificação persuasiva de enunciados performativos em isolamento dos enunciados constativos. De acordo com Derrida, a razão para essas dificuldades reside no fato de que Austin não leva em conta o que ele chama de “o grafemático em geral”, isto é, o

13 Sobre essa questão, ver os excelentes apontamentos de Floyd (2009, p.115-19).

14 Ver Derrida (1988, p.1-23).

15 No original, “*I do*”. (N.T.)

16 Ver também a interpretação do tratamento de Austin sobre o performativo em Crary (2007, p.49-95). Ainda que Crary concorde com Derrida, contra a maioria dos comentadores, em ler Austin como atacando a ideia de significado literal em geral, ela sugere, contra Derrida, que isso abre caminho não para superar a objetividade, mas para elaborar uma concepção menos estreita de objetividade.

sistema de predicados que está sempre-já envolvido na estrutura da locução como tal, antes de qualquer distinção entre ilocutório e perlocutório (Derrida, 1988, p.14). Uma das características do grafemático é iterabilidade. O que isto significa é que um signo é tal apenas na medida em que pode ser repetido, e é precisamente essa repetição que lhe confere o *status* de signo. Deste ponto de vista, todo ato de fala é estruturalmente citacional e tem um caráter ritual. Além disso, essa citacionalidade ou iterabilidade gerais é o que, acima de tudo, torna as declarações performativas possíveis: um discurso-ação performativo não poderia ser bem-sucedido sem citar:

Um enunciado performativo poderia ter sucesso se sua formulação não repetisse um enunciado “codificado” ou iterável ou, em outras palavras, se a fórmula que eu pronuncio para abrir uma reunião, inaugurar um navio ou oficializar um casamento não fosse identificável como *conformando* com um modelo iterável, se não fosse então identificável de alguma forma como uma “citação”? (Derrida, 1988, p.18)

E é precisamente essa iterabilidade geral e o caráter citacional de cada ato de fala que Austin falha em reconhecer adequadamente. Falar de uma iterabilidade geral como uma característica constitutiva da linguagem naturalmente levanta o problema do *status* do evento. Derrida responde à questão de saber se ainda podemos falar de um evento se todo ato de fala é uma iteração, sugerindo que devemos superar a oposição entre a pureza do evento, por um lado, e a citacionalidade e a iterabilidade, por outro: “Ao invés de se opor à citação ou iteração à não iteração de um evento, deve-se construir uma tipologia diferencial de formas de iteração” (Derrida, 1988, p.18). De fato, o ponto de Derrida aqui é que a repetição de um signo nunca é a iteração do idêntico, pois cada repetição implica uma variação. O que precisaríamos, então, é algum tipo de classificação de diferentes tipos de iteração/variação, mais do que buscar a pureza do evento.

Como se sabe, a noção do performativo elaborada por Austin é central para a concepção de performatividade de gênero de Butler. Mas sua recepção de Austin é crucialmente mediada por Derrida, como fica claro não só no Prefácio de 1999 de *Gender Trouble* (Butler, 2008, p.xv)¹⁷ e em sua insistência em citação e repetição ao longo do livro, mas também em seu endosso à crítica de Derrida a Austin por manter a ilusão de um sujeito intencional como autor de efeitos discursivos. Ela escreve em *Excitable Speech*: “De fato, será que a produção do sujeito como originador de seus efeitos é precisamente uma consequência dessa citacionalidade dissimulada?” (Butler, 1997a, p.51). No início deste texto, ela insiste que desafiar a ideia de um sujeito soberano não equivale a demolir a agência. Pelo contrário, só se pode compreender corretamente a agência na medida em que se leva em consideração os constrangimentos nos quais a agência ocorre, isto é,

17 Aqui Butler esclarece que sua leitura original de performatividade foi fortemente influenciada pela leitura de Derrida de “Before the Law”, de Kafka.

apenas na medida em que nos livramos da ideia de soberania. Mas que tipo de constrangimentos Butler tem em mente aqui? Parece que esses constrangimentos são fundamentalmente linguísticos:

Aquele que age (que não é o mesmo que o sujeito soberano) age precisamente na medida em que ele ou ela é constituído como um ator e, portanto, operando dentro de um campo linguístico que permite constrangimentos desde o início. (Butler, 1997a, p.16)

Minha opinião é que em seus primeiros trabalhos sobre gênero, e especialmente em *Gender Trouble*, Butler endossa uma virada linguística na compreensão das práticas sociais – uma virada linguística que desloca sua atenção para longe da dimensão histórica (não teleológica) do projeto genealógico de Foucault. O que se perde aqui são dois dos três princípios metodológicos que governam a análise genealógica: descontinuidade e especificidade, ou seja, a ideia de que os sistemas de discursos são únicos e irreduzíveis e que não são derivados de sistemas anteriores por meio de transformações contínuas (Gutting, 1990, p.340). Como escreve Foucault em *Power/Knowledge*:

Pode-se concordar que o estruturalismo formou o esforço mais sistemático para separar o conceito do acontecimento, não apenas para a etnologia, mas para toda uma série de outras ciências e, no caso limite, da história. Nesse sentido, não vejo quem poderia ser mais antiestruturalista do que eu. (Foucault, 1980, p.114)

Em vez de prestar atenção a descontinuidades radicais, Butler atribui um caráter citacional às práticas sociais, tanto aquelas que estilizam o corpo ao repetir a norma, quanto aquelas que subvertem a norma que repetem, incluindo as lutas das pessoas *queer*: essas lutas, de fato, são interpretadas como variações performativas que citam a norma de modo a subvertê-la: “A tarefa crítica é [...] localizar estratégias de repetição subversivas possibilitadas por essas construções, afirmar as possibilidades locais de intervenção participando precisamente das práticas de repetição que constituem a identidade e, portanto, apresentar a possibilidade imanente de contestá-las (Butler, 2008, p.201).¹⁸ A aplicação das noções de citacionalidade e iterabilidade às práticas sociais, entretanto, tem limitações severas. As noções de citação e variação são ferramentas bastante insuficientes para entender as transformações históricas. Podemos estabelecer periodizações históricas nesta

18 A mesma visão é reafirmada em termos um pouco diferentes em Butler (2011, p.184): “A performatividade descreve essa relação de estar implicado naquilo que se opõe, essa virada de poder contra si para produzir modalidades alternativas de poder, para estabelecer uma espécie de contestação política que não é uma oposição “pura”, uma “transcendência” de relações contemporâneas de poder, mas um trabalho difícil de forjar um futuro a partir de recursos inevitavelmente impuros”.

base? Quando uma variação representa uma mudança da época histórica e por quê? Podemos conceber uma noção de evento histórico dentro de tal estrutura?

É útil, aqui, comparar o trecho de Butler sobre a agência (citado acima) às linhas que abrem *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, de Marx:

A tradição de todas as gerações mortas pesa como um pesadelo no cérebro dos vivos. E justamente quando eles parecem empenhados em revolucionarem a si mesmos e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente em tais períodos de crise revolucionária, eles evocam ansiosamente os espíritos do passado a seu serviço e emprestam deles seus nomes, gritos de guerras e trajes para apresentar a nova cena da história mundial neste disfarce consagrado pelo tempo e nesta linguagem emprestada. Deste modo, Lutero vestiu a máscara do apóstolo Paulo, e a revolução de 1789 a 1814 revestiu-se alternadamente como a República Romana e o Império Romano, e a revolução de 1848 nada mais sabia do que fazer paródia, e 1789 era a tradição revolucionária de 1793 a 1795. De maneira semelhante, um principiante que aprendeu uma nova língua sempre a traduz para sua língua materna, mas ele assimilou o espírito da nova língua e pode expressar-se livremente nela apenas quando encontra seu caminho nela e esquece sua língua nativa no uso da nova. (Marx, 1975, p.103-4)

Em uma leitura superficial, essa passagem pode parecer sugerir uma visão de agência similar àquela enfatizada por Butler.¹⁹ Em um exame mais detalhado, entretanto, o oposto é verdadeiro. Para usar as palavras de Butler, temos aqui uma discrepância entre o caráter citacional e paródico da autocompreensão e autor-representação coletiva da classe operária revolucionária parisiense de 1848 e *o que eles estavam realmente fazendo*. Enquanto eles interpretaram suas ações nos termos da Revolução Francesa de 1789, em outras palavras, enquanto para eles a única forma de inteligibilidade do que eles estavam fazendo era a de uma citação de acontecimentos históricos passados, suas ações já estavam começando algo radicalmente novo que *não* era uma citação e sim algo diferente de uma repetição subversiva de uma norma. Como Marx esclarece imediatamente após a passagem citada acima, essa “evocação dos mortos da história mundial” escondeu o fato de que esses revolucionários estavam realmente realizando a tarefa do presente. A razão para isto é que a história não conhece repetições: a indicação de Marx de que grandes acontecimentos históricos se repetem como uma farsa deve ser mais corretamente entendida como enfatizando o fato de que os acontecimentos históricos não se repetem de forma alguma.²⁰ A farsa, então, se apoia apenas na

19 E, de fato, o *Eighteen Brumaire* foi alvo de leituras pós-modernas. Ver, por exemplo, Cowling e Martin (eds.) (2002), e, em especial, o artigo de James, que faz uso da noção de performatividade de Austin na compreensão de Marx da luta de classes na França, Martin (2002).

20 Ver, por exemplo, Massimiliano Tomba (2013, p.23): “A forma da repetição redefine a própria forma da própria citação de Hegel: a fórmula da repetição da estória [story] torna Hegel uma farsa, e não porque a história [history], devido a alguma lei misteriosa, deve se repetir na forma de farsa, mas porque não há repetição”.

decepção dos atores da história no rescaldo da Revolução de 1848, que, ao pensar que estão repetindo os acontecimentos do passado, não sabem o que estão fazendo, vestem-se com roupas ultrapassadas e interpretam personagens que não são seus em uma comédia coletiva de erros.

Para concluir, a insistência na característica de citacionalidade das práticas sociais, e o fato de Butler situar a possibilidade de luta na participação em repetições subversivas, associa constrangimentos nos significados ou na inteligibilidade das ações, com constrangimentos às práticas sociais de forma mais geral.

A temporalidade abstrata da performatividade de gênero

Como observei anteriormente, a temporalidade que Butler leva em consideração em sua análise da performatividade de gênero tem um caráter abstrato: é uma temporalidade de sedimentação, repetição e variação. Na seção anterior deste artigo, enfatizei o caráter a-histórico dessa temporalidade abstrata e sugeri que esse é o resultado da abordagem linguística de Butler às práticas sociais. Na última seção deste artigo, gostaria de sugerir uma leitura diferente desta questão, uma leitura que, no entanto, é perfeitamente compatível com a primeira que dei.

Minha sugestão é que o caráter formal e abstrato da temporalidade da performatividade de gênero é uma característica distintiva do processo de construção de identidades de gênero e sexuais nos países capitalistas avançados. Em outras palavras, enquanto Butler não reconhece explicitamente essa relação, o caráter ritualístico da performance de gênero, essa espacialização de um tempo vazio que ocorre na repetição forçada de atos estilizadores, é mediada pela disseminação do tempo abstrato dada pela difusão da forma mercadoria. Para Marx, o tempo de trabalho abstrato é o tempo indiferente e homogêneo medido pelo relógio e cristalizado em capital constante, mercadorias e dinheiro, em contraste com o tempo de trabalho concreto, individual, preenchido com um conteúdo preciso (Tombazos, 1994, p.18). Esse tempo abstrato, linear e calculável, medido através de relógios e cronômetros e que, por sua vez, mede o trabalho, expande o seu reino para além das paredes dos locais de trabalho e regula cada vez mais, também, o tempo de lazer, através da mediação de mercadorias.

Floyd enfatiza exatamente esse aspecto quando insiste que o caráter performativo da masculinidade nos Estados Unidos dentro do regime fordista de acumulação capitalista é o resultado de uma série de comportamentos e padrões de consumo prescritos em um tempo de lazer rigidamente regulado pela forma mercantil. Ele compara esses atos performativos a uma espécie de “mão de obra qualificada” realizada durante o tempo livre. Essa mão de obra qualificada consiste em comportamentos visíveis encenados na esfera do consumo e, portanto, mediados por mercadorias, um trabalho especializado que produz tanto a masculinidade quanto a ilusão ontológica de uma masculinidade preexistente a essa produção. É no consumo, então, que uma definição coerente do que é ser um homem é articulada. O fato de que a masculinidade é realizada particularmente dentro da

esfera do consumo, entretanto, não implica que esses atos performativos sejam o resultado de escolhas livres tanto individuais quanto de consumo: ao contrário, a forma mercadoria não apenas organiza e abstrai a temporalidade do tempo de lazer, mas dá um caráter disciplinar fundamental ao próprio consumo (Floyd, 2009, p.94-119). Nesse sentido, talvez fosse menos ambíguo e mais efetivo situar a performatividade de gênero dentro da esfera da circulação, em vez daquela do mero consumo. Fazer isso permitiria, por exemplo, levar em conta um conjunto mais amplo de fenômenos, todos contribuindo para a reificação de identidades sexuais. Se nos referirmos à circulação em vez do consumo, podemos abordar a estilização de certos tipos de trabalho que são fundamentais para a esfera de circulação (venda de mercadorias e serviços, por exemplo) ou a maneira pela qual se busca a realização de valor (encontrar mercados para as mercadorias produzidas) contribui para a criação não só de novas necessidades, mas também de novos desejos.

Apesar de Floyd se concentrar apenas na construção da masculinidade nos EUA durante o regime fordista de acumulação, em contraste com a definição de masculinidade característica do século XIX, seu argumento pode ser expandido para incluir a performatividade de gênero como tal. A descrição específica de Butler da performatividade capta o caráter da construção do gênero – como identificado com o objeto da escolha do desejo sexual e regulado pela heterossexualidade normativa – como dado dentro de um período historicamente específico de acumulação capitalista nos países capitalistas avançados. Rosemary Hennessy e Kevin Floyd apontaram a ligação entre a reificação da heterossexualidade em uma identidade e a reificação implícita na produção de mercadorias entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX (Hennessy, 2000, p.97-103; Floyd, 1998). Ambos argumentam que a mudança para o objeto da escolha do desejo sexual como a característica definidora da identidade sexual está relacionada com o impacto dissolvente do capital na rede de parentesco e nos laços sociais tradicionais. Por um lado, o processo de acumulação capitalista, ao remodelar a divisão do trabalho, empregando maciçamente as mulheres na força de trabalho, generalizando o consumo de mercadorias, induz uma crise de estruturas e relações patriarcais tradicionais e, portanto, potencialmente borra os limites entre identidades sexuais e identidades de gênero. Gostaria de acrescentar que a dissociação entre sexo e reprodução constituiu uma contribuição fundamental para esse processo. Por outro lado, o capitalismo contribui para a persistência de uma divisão generificada do trabalho, incluindo a reprodução da força de trabalho, e isso contribui para remodelar as identidades de gênero e assegurar sua estabilidade através da heteronormatividade, ou seja, fundindo normativamente a identidade de gênero com o objeto de escolha do desejo sexual. Em outras palavras, é inegável que o capital tem uma capacidade de dissolução que, aplicada à hierarquia de gênero, às relações de parentesco e especialmente às formas de reprodução da vida material que se baseiam nas relações de parentesco, poderia levar à sua superação geral.

O outro lado da moeda, porém, é que essa é apenas *uma* das tendências constitutivas do capital, pois o capital *de fato* reproduz constantemente identidades e hierarquias de gênero, preservando a divisão hierárquica dos gêneros e, ao mesmo tempo, remodelando profundamente o que se entende por identidade de gênero.²¹ A performatividade é uma resposta à nova instabilidade das identidades sexuais e de gênero produzidas pelas tendências dissolutivas do capital: como estas sempre são potencialmente colocadas em questão na produção capitalista, sua estabilidade muito instável é assegurada pela performatividade, dito de outra maneira, por meio da repetição teatral contínua, ao longo do tempo, de atos discursivos normativos e de práticas sociais. Dessa forma, eles se tornam parte da organização conceitual do tempo realizada pelo capital.

Não apenas a reificação de identidades sexuais, mas também o próprio processo pelo qual essa reificação ocorre, isto é, a repetição ao longo do tempo de sua atuação, pode ser entendida como parte de uma totalidade capitalista, na medida em que ela é entendida como organização conceitual do tempo e como um conjunto de relações e práticas sociais. Essa totalidade, no entanto, é uma totalidade “em automovimento”. Em outras palavras, ela nunca é dada de forma estável, mas deve performar a si mesma repetidas vezes por meio de repetições constantes ao longo do tempo. A perspectiva da temporalidade e da performatividade, para concluir, ilumina as imbricações fundamentais entre a objetivação e a repetição ou reprodução que caracterizam o capital e o gênero nos países capitalistas avançados.

Agradecimentos da autora

Agradeço muito a Jay Bernstein, Richard Bernstein, Chiara Bottici, Johanna Brenner, Alice Crary, Kevin Floyd, Paul Kottman, Felice Mometti, Charles Post, Alan Sears, e aos meus estudantes Dan Boscov Ellen, Aaron Jaffé e Joshua Nicholas Pineda pelos comentários e sugestões relevantes feitos a diferentes versões deste artigo. Sou grata aos meus estudantes Marcello Kilani e Juniper Alcorn, que editaram meu inglês. Finalmente, agradeço a Massimiliano Tomba, que discordou apaixonadamente de mim em quase todas as linhas de uma versão anterior deste texto, forçando-me a pensar melhor para poder mostrar a ele que eu estava certa.

Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, Louis. Contradiction and overdetermination. In: *For Marx*. Transl. Ben Brewster. London: Verso, 2005.
- AUSTIN, John Langshaw. *How to Do Things with Words*. Cambridge, MA.: Harvard University Press, 2003.
- BENSAÏD, Daniel. *La discordance des temps*. Paris: Les Éditions de la Passion, 1995.
- _____. *Marx for our Times: Adventures and Misadventures of a Critique*. Trans. Gregory Elliott. London: Verso, 2002.

²¹ Para uma articulação deste ponto, ver, por exemplo, Gimenez (1997).

- BUTLER, Judith. *Excitable Speech: A Politics of the Performative*. London: Routledge, 1997a.
- _____. Further reflection on conversations of our time, *Diacritics*, 27, 1, 1997b, p.13-15.
- _____. Merely cultural, *New Left Review*, I, 227, 1998, p.33-44.
- _____. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. London: Routledge, 2008.
- _____. *Bodies That Matter: On the Discursive Limits of 'Sex'*. London: Routledge, 2011.
- COWLING, Mark; MARTIN, James (eds.). *Marx's Eighteenth Brumaire: (Post)modern Readings*. London: Pluto Press, 2002.
- CRARY, Alice. *Beyond Moral Judgment*. Cambridge, MA.: Harvard University Press, 2007.
- CRUZ-MALAVÉ, Arnaldo; MANALANSAN, Martin F. (eds.). *Queer Globalizations: Citizenship and the Afterlife of Colonialism*. New York: New York University Press, 2002.
- DERRIDA, Jacques. Signature event context. In: *Limited Inc*. Evanston: Northwestern University Press, 1988.
- DRUCKER, Peter. The fracturing of LGBT identities under neoliberal capitalism. *Historical Materialism*, 19, 4, 2011, p.3-32.
- DUGGAN, Lisa. The new homonormativity: the sexual politics of neoliberalism. In: CASTRONOVO, Russ; NELSON, Dana D. (eds.). *Materializing Democracy: Toward a Revitalized Cultural Politics*. Durham NC.: Duke University Press, 2002.
- EDELMAN, Lee. *No Future: Queer Theory and the Death Drive*. Durham, NC.: Duke University Press, 2004.
- ENG, David L.; HALBERSTAM, Judith; MUÑOZ, José Esteban (eds.). *Social Text*, special issue, *What's Queer about Queer Studies Now?*, 23, 3/4, 2005.
- FERGUSON, Sue. Building on the strengths of the socialist feminist tradition. *Critical Sociology*, 25, 1, 1999, p.1-15.
- _____. Canadian contributions to social reproduction feminism, race and embodied labor. *Race, Gender & Class*, 15, 1/2, 2008, p.42-57.
- FLOYD, Kevin. Making history: marxism, queer theory, and contradiction in the future of american studies. *Cultural Critique*, 40, 1998, p.167-201.
- _____. *The Reification of Desire: Toward a Queer Marxism*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *Power/Knowledge: Selected Interviews and Other Writings, 1972-1977*. Ed. Colin Gordon. New York: Vintage Books, 1980.
- _____. *The History of Sexuality, v.1: An Introduction*. Transl. Robert Hurley. New York: Vintage Books, 1990.
- FRASER, Nancy. *Justice Interruptus: Critical Reflections on the 'Postsocialist' Condition*. London: Routledge, 1997.
- _____. Heterosexism, misrecognition and capitalism: a response to Judith Butler. *New Left Review*, I, 228, 1998, p.140-9.
- FRECCERO, Carla. *Queer/Early/Modern*. Durham, NC.: Duke University Press, 2006.
- FREEMAN, Elizabeth. Introduction. *GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies*, 13, 2/3, 2007, p.159-76.

- _____. *Time Binds: Queer Temporalities, Queer Histories*. Durham, NC.: Duke University Press, 2010.
- GIMENEZ, Martha. The oppression of women: a structuralist marxist view. In: HENNESSY, Rosemary; INGRAHAM, Chrys (eds.). *Materialist Feminism: A Reader in Class, Difference, and Women's Lives*. London: Routledge, 1997.
- GUTTING, Gary. Foucault's genealogical method. *Midwest Studies in Philosophy*, 15, 1, 1990, p.327-43.
- HALBERSTAM, Judith. *In a Queer Time and Place: Transgender Bodies, Subcultural Lives*. New York: New York University Press, 2005.
- HENNESSY, Rosemary. *Materialist Feminism and the Politics of Discourse*. London: Routledge, 1993.
- _____. *Profit and Pleasure: Sexual Identities in Late Capitalism*. London: Routledge, 2000.
- LOVE, Heather. *Feeling Backward: Loss and the Politics of Queer History*. Cambridge, MA.: Harvard University Press, 2007.
- MARTIN, James. Performing Politics: Class, Ideology and Discourse. In: COWLING, Mark; MARTIN, James (eds.). *Marx's Eighteenth Brumaire: (Post)modern Readings*. London: Pluto Press, 2002.
- MCCALLUM, E. L.; TUHKANEN, Mikko (eds.). *Queer Times, Queer Becomings*. Albany: State University of New York Press, 2011.
- MARX, Karl. *The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte*. In: *Marx/Engels Collected Works*. v.11. New York: International Publishers, 1975.
- _____. *Capital: A Critique of Political Economy*. v.I. Transl. Ben Fowkes. Harmondsworth: Penguin Books, 1976.
- _____. *Capital: A Critique of Political Economy*. v.II. Transl. David Fernbach. Harmondsworth: Penguin Books, 1978.
- _____. *Grundrisse: Foundations of the Critique of Political Economy*. v.III. Transl. Martin Nicolaus. Harmondsworth: Penguin Books, 1993.
- MEIKSINS WOOD, Ellen. *Democracy against Capitalism: Renewing Historical Materialism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- MUÑOZ, José Esteban. *Cruising Utopia: The Then and There of Queer Futurity*. New York: New York University Press, 2009.
- TOMBA, Massimiliano. *Marx's Temporalities, Historical Materialism*. Book Series. Transl. Peter D. Thomas and Sara R. Farris. Leiden: Brill, 2012.
- _____. Marx as the historical materialist: re-reading The Eighteenth Brumaire. *Historical Materialism*, 21, 2, 2013, p.21-46.
- TOMBAZOS, Stavros. *Le Temps dans l'analyse économique. Les catégories du temps dans le Capital*. Paris: Cahiers des saisons, 1994.

Resumo

Este artigo trata das noções de temporalidade e performatividade de gênero nos primeiros trabalhos de Butler sobre gênero. Este artigo está dividido em quatro partes. Em primeiro lugar, ele dá conta do papel e da natureza da temporalidade na teoria de performatividade de gênero da Butler. Em segundo, mostra algumas

similaridades e conexões entre o papel desempenhado pela temporalidade na teoria de performatividade de gênero da Butler e seu papel na análise de Marx sobre o capital. Em terceiro, levanta algumas críticas na compreensão de Butler sobre a temporalidade e historicidade, dando ênfase, em particular, à ausência de historicização de suas próprias categorias tanto em *Gender Trouble* quanto em *Bodies that Matter*. Esse déficit é consequência de um enquadramento epistemológico por meio do qual ela opera, em particular, seu entendimento de práticas e relações sociais por meio de conceitos da linguística extrapolados de seu contexto teórico. O artigo conclui fazendo referência às análises de Kevin Floyd e Hennessy sobre a formação de identidades sexuais como exemplos de uma historicização frutífera da performatividade de gênero, que ajuda na compreensão do “caráter abstrato” da temporalidade da performatividade de gênero.

Palavras-chave: Butler, Marx, performatividade de gênero, identidades sexuais, temporalidade, capitalismo

Abstract

This article addresses the notions of gender performativity and temporality in Butler’s early work on gender. The paper is articulated in four steps. First it gives an account of the role and nature of temporality in Butler’s theory of gender performativity. Second, it shows some similarities and connections between the role played by temporality in Butler’s theory of gender performativity and its role in Marx’s analysis of capital. Third, it raises some criticisms of Butler’s understanding of temporality and historicity, focusing in particular on the lack of historicisation of her own categories in both *Gender Trouble* and *Bodies that Matter*. This deficit is a consequence of the epistemological framework within which she is operating, in particular of her understanding of social practices and relations through the lens of linguistic concepts extrapolated from their theoretical context. The article concludes by referring to Floyd’s and Hennessy’s analyses of the formation of sexual identities as examples of the fruitful historicisation of gender performativity, which also sheds some light on the “the abstract character” of the temporality of gender performativity.

Keywords: Butler, Marx, gender performativity, sexual identities, temporality, capitalism

CONSULTE A BIBLIOTECA VIRTUAL DA *CRÍTICA MARXISTA*

<http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista>

CRÍTICA marxista

Multidão fotografada

Steve Edwards

Comunismo e organização

Peter Thomas

Transição ao capitalismo

Fabien Tarrit

Dialética no "Capital"

Hans Fulda

Guerra civil nos Estados Unidos

Karl Marx e Friedrich Engels

Dossiê: Análises marxistas da Revolução Russa

Valério Arcary, Márcio Naves e Erick Fishuk

45

Fazendo história: marxismo, teoria *queer* e contradição no futuro dos estudos estadunidenses*

KEVIN FLOYD**

O emaranhamento do capital com diversas sexualidades marginalizadas nunca foi tão abrangente, enraizado e complexo como é atualmente. Guy Trebay, escritor *do Village Voice*, já chamou a atenção, alguns anos atrás, para o homoerotismo palpável e a visibilidade sem precedentes das propagandas de roupas íntimas, especulando que “a Calvin Klein está tirando os Estados Unidos do armário” (Trebay, 1992, p.18). Independentemente do que possamos pensar sobre a sugestão hiperbólica de Trebay, no editorial “Marky’s Mark”, de que a mercadorização do homoerótico possa ter consequências positivas, poucos ousariam negar que a minoria sexual radicalizada da “libertação gay” tende a ter sua identidade quase que subsumida à dinâmica do mercado pós-fordista. Mesmo a AIDS, que teve papel importante na radicalização das comunidades lésbicas e gays nos últimos dez ou quinze anos, também gera dividendos à popular revista *Poz*. Conforme a desigualdade ente ricos e pobres cresce nos Estados Unidos e em todo o mundo e na medida em que o financiamento do combate à AIDS, a economia dos rela-

* Artigo originalmente publicado em *Cultural Critique*, n.4, *The Futures of American Studies* (Autumn 1998), p.167-201. Agradecemos ao autor e aos editores da revista pela autorização da tradução e publicação neste dossiê. Tradução de Olívia Cappi (ly.cappi@gmail.com) com revisão técnica de Laura Luedy e Bárbara Castro.

** Gostaria de agradecer a Robyn Wiegman, Robert Latham e o leitor anônimo da *Cultural Critique* por seus comentários às versões anteriores deste ensaio, assim como aos integrantes do público que comentaram a respeito da versão que li durante o Simpósio sobre os Futuros Dos Estudos Americanos, ocorrido na Dartmouth College em agosto de 1997. [Kevin Floyd é professor do Departament of English da Kent State University, EUA. E-mail: kfloyd@kent.edu.]

cionamentos homoafetivos¹ e outros problemas financeiros enfrentados por essa comunidade se tornam cada vez mais visíveis e delicados, os intelectuais, lésbicas e gays contemporâneos finalmente começaram a se posicionar perante essas questões. As misérias produzidas pelo capitalismo foram pelo menos registradas por Urvashi Vaid em *Virtual Equality* e por Tony Kushner nas páginas da *The Nation*, enquanto os livros altamente controversos de Bruce Bawer (1993) e Andrew Sullivan (1995) defendem a assimilação e o conservadorismo econômicos.

Enquanto isso, dentro dos estudos culturais, as relações entre os métodos de análise que se reivindicam marxistas e *queer* cultivam um ceticismo mútuo e polarizante. Esse fenômeno possui diversas causas, mais ou menos mediadas, que incluem a já desgastada tendência de diversas análises marxistas de reduzir as questões de gênero e sexualidade a meros sintomas de uma base econômica privilegiada; ou a mais recente influência do projeto foucaultiano (relativamente antimarxista) sobre o desenvolvimento inicial da teoria *queer*, difícil de ser superestimada. É possível identificar o legado vigente dessas condições em diversos trabalhos contemporâneos, desde críticas marxistas mais categóricas à teoria queer contemporânea (veja o trabalho de Morton, 1993, 1995, 1996; Hennessy, 1995, 1996) até os vários graus de ambivalência a respeito da tradição marxista nas recentes articulações teóricas da política *queer* (veja os diversos trabalhos de Berlant, Patton e Warner, que discutirei em maior profundidade mais adiante). Mas essa polarização teórica é também sintomática de uma polarização ideológica, muito mais antiga, entre as políticas anti-heterossexistas e as de classe nos Estados Unidos modernos. De fato, sugiro aqui que uma intervenção e uma negociação dessa incongruência acadêmica mais recente, se acontecem no contexto dos estudos americanos, demandam uma prática crítica que situe várias metodologias concorrentes e agendas teóricas em relação à história mais ampla do país.

Formulações desses impasses teóricos e políticos relacionados frequentemente os traduziram (de forma errônea, a meu ver) em termos de uma suplantação histórica da política moderna (incluindo a “socialista”) pela pós-moderna (incluindo a “*queer*”). Tal narrativa está pressuposta tanto nos trabalhos de teóricos *queer*, como Cindy Patton (1995, 1996/97) e Michael Warner (1993), como, por exemplo, na discussão recentemente proposta por Stanley Aronowitz (1996) sobre o grupo ACT-UP, na qual ele argumenta, cruamente, que “os estilos apropriados ao combate político modernista *não são aplicáveis* às questões relacionadas à sexualidade e a suas vicissitudes” (Aronowitz, 1996, p.132; ênfase no original). Pretendo defender neste artigo que a polarização entre as políticas anti-heterossexistas e de classe nos Estados Unidos tem sido muito mais persistente e historicamente incorporada neste século XX, e que ela é menos facilmente mapeável

1 No original, *same-sex*. Optamos por traduzir *same-sex*, *same-sex desire* e *same-sex marriage* para homoafetivo, desejo homoafetivo e casamento homoafetivo ao longo deste artigo. (N. T.)

em termos da oposição moderno *versus* pós-moderno do que sugerem essas narrativas de suplantação.

Nancy Fraser publicou recentemente um útil – ainda que altamente esquemático – relato crítico sobre o que chama de “condição pós-socialista”, relato que discute brevemente essa persistência a que faço referência e que desejo explorar brevemente como um meio para apresentar meus argumentos sobre o estado da questão. Fraser (1997) caracteriza a fragmentação da esquerda contemporânea em termos de uma grande distinção heurística e analítica entre uma política contemporânea de “redistribuição”, relacionada às injustiças enraizadas em estruturas materiais e socioeconômicas, e uma de “reconhecimento”, relacionada às várias formas de injustiças simbólicas e culturais enraizadas, nas palavras da própria autora, em “representação, interpretação e comunicação” (Fraser, 1997, p.14). Fraser argumenta, com algum sucesso, não só que o exemplo paradigmático da política de redistribuição é a política de classes ou o socialismo, mas também que o exemplo paradigmático da política de reconhecimento é a política lésbica e gay. As políticas de raça e gênero, por sua vez, são “bivalentes”, impossíveis de serem enquadradas exclusivamente em uma categoria. Se as injustiças culturais sofridas pela classe operária e pelos mais pobres são claramente originadas por causas econômicas, e a injustiça econômica enfrentada por gays e lésbicas tem suas raízes nas injustas hierarquias de valoração cultural, *people of color*² e mulheres, por sua vez,

[...] se diferenciam enquanto coletividades graças *tanto* à estrutura político-econômica, *quanto* à estrutura cultural e valorativa da sociedade [...] Coletividades bivalentes, em suma, podem sofrer tanto com a má distribuição socioeconômica quanto com a falta de reconhecimento cultural, de forma que nenhuma dessas injustiças é efeito indireto da outra, mas ambas são primárias e originais. (Fraser, 1997, p.19; *ênfase no original*)

O gênero, por exemplo, estrutura a divisão entre trabalho produtivo (valorizado) e reprodutivo (desvalorizado), assim como as hierarquias de valor *internas* ao âmbito do trabalho produtivo (o “teto de vidro”, por exemplo). Enquanto isso, diversas formas culturais e simbólicas de hierarquia de gênero persistem, desde a negação de certos direitos legais até a objetificação representacional do corpo feminino e o abuso sexual. A raça também estrutura o acesso aos mercados de trabalho e a divisão entre funções com maior e menor remuneração, além de assumir outras formas culturais e simbólicas, incluindo, mais uma vez, a negação de direitos legais, bem como o caráter disseminado e enrustado de estereótipos raciais na mídia tradicional.

2 Optamos por manter a expressão do texto original *people of color*, utilizada no contexto norte-americano em referência a diversos grupos racializados. (N. T.)

Fraser insiste em uma “distinção de primeira ordem” entre as reivindicações políticas de redistribuição e de reconhecimento, argumentando que elas “guardam uma tensão entre si” e podem até mesmo apresentar “objetivos mutuamente contraditórios” (Fraser, 1997, p.16). Portanto, sem entrar em detalhes, ela sugere uma relação similarmente polarizada, até mesmo contraditória, entre suas respectivas formas paradigmáticas (a política de classes e a política anti-heterossexista). De fato, apesar de esse excelente ensaio ser concluído com a teorização de maneiras de “refinar” (como diz ela) essas tensões fundamentais, a autora se concentra majoritariamente na necessidade de reconciliar essas categorias de redistribuição e reconhecimento no caso das políticas “bivalentes” de raça e gênero, dando relativamente pouca atenção à necessidade de reconciliar, ou mesmo articular, a política de classes e a política da sexualidade. Por fim, ao conjecturar sobre maneiras de “refinar” o dilema redistribuição-reconhecimento nos casos das políticas de raça e gênero, ela afirma, quase que como uma consideração a posteriori, que esses métodos *talvez* possam ser úteis também para eliminar a lacuna entre as políticas de classes e anti-heterossexista, mas não aprofunda a questão. Ao apontar os sujeitos das hierarquias de gênero e raça como “sujeitos paradigmáticos do dilema redistribuição-reconhecimento” (Fraser, 1997, p.28), sugere que as políticas de classe e sexualidade estão, por contraste, em polos opostos do espectro redistribuição-reconhecimento e, portanto, são duas das mais polarizadas e irreconciliáveis formas da política progressista contemporânea, relativamente difíceis – se não impossíveis – de serem articuladas.

Apesar de haver limites inerentes à forma altamente esquemática como a autora desenvolve seu argumento, como ela mesma admite,³ compartilho sua posição implícita sobre a polarização relativa das políticas anti-heterossexistas e de classe, assim como seu desejo por um projeto de esquerda mais harmonizado. Embora as várias formas de hierarquia social certamente impliquem umas nas outras e se compliquem de maneira que obscurecem significativamente o modelo de Fraser, sua ênfase sobre as diferenças irreduzíveis que as separam são um corretivo bem indo para críticas contemporâneas do faccionalismo de esquerda, que criaram o hábito de afirmar como um truísmo que diferentes formas de opressão se reforçam mutuamente. Em uma edição recente da *GLQ*, por exemplo, Cathy Cohen afirmou que “em muitos momentos [...] a política *queer* serviu para reforçar simples dicotomias entre o heterossexual e qualquer coisa considerada ‘queer’” (Cohen, 1997, p.438). Em resposta a essa visão limitada, ela destaca “a interdependência entre

3 Embora Fraser enfatize o caráter inteiramente “analítico” do seu esquema, ela deveria dar mais destaque ao fato de que a relação contraditória entre as políticas anti-heterossexistas e de classe é social e histórica (e, portanto, problemática e irregular), e não ontológica. De fato, Gluckman e Reed oferecem, além de diversos exemplos de sua incongruência, exemplos úteis de exceções à regra de articulações contextualmente específicas dessas duas formas de política (Gluckman; Reed, 1997, p.223-40). No entanto, espero mostrar que caracterizá-las em termos de contradição material histórica e social, além de ser uma generalização válida, é também política e teoricamente útil.

múltiplos sistemas de dominação” (Cohen, 1997, p.442) e defende uma “análise interseccional que reconheça como interagem os numerosos sistemas de opressão para regular e controlar as vidas de muitas pessoas” (Cohen, 1997, p.441). Por mais indispensáveis que sejam essas críticas da esquerda fragmentada, a suposição desistoricizada de Cohen sobre os “sistemas interligados de dominação” (Cohen, 1997, p.441) subestima as diferenças qualitativas e irreduzíveis, destacadas por Fraser, entre distintas formas de hierarquia: a maneira como essas formas podem ser radicalmente incomensuráveis e, em alguns casos, em nada reforçadoras umas das outras, mas sim, ao contrário, podem ser estruturalmente e historicamente conflitantes. Postular simplesmente que diferentes formas de opressão são “interdependentes” é arriscar-se a situá-las em posições de equivalência, linha de raciocínio inadequada à política da esquerda contemporânea, que está investida na superação do seu próprio faccionalismo atual, especialmente quando algumas das facções em questão não estão simplesmente polarizadas, mas apresentam uma relação histórica fundamentalmente contraditória.

Neste artigo, caracterizarei, de fato, a relação entre as políticas anti-heterossexista e de classe nos Estados Unidos modernos como simultaneamente incomensurável e contraditória – ou seja, embora esses distintos imperativos políticos respondam, respectivamente, a formas de hierarquia social relativamente materiais e estruturais, por um lado, e relativamente culturais e simbólicas, por outro, essa fundamental diferença qualitativa está mergulhada em, e é sobredeterminada por, uma história ainda mais essencial, um horizonte mais abstrato de contradição socioeconômica especificamente moderna. O foco do meu trabalho residirá na consolidação histórica dessas condições e na necessidade de uma visão política e teórica de esquerda capaz de começar a rearticular essas duas formas de política. Dentro dos parâmetros dos estudos culturais americanos, por exemplo, o que antes era um saudável ceticismo *queer* em relação à tradição marxista parece, recentemente, cristalizar-se em algo automático, desdenhoso e fóbico. Numa conjuntura histórica tal como a que descrevi no primeiro parágrafo, acredito ser inquestionável o fato de que as instâncias de polarização registradas sejam mais problemáticas que valiosas.

Com base em pesquisas recentes sobre as histórias modernas do capitalismo e da sexualidade nos Estados Unidos, assim como nas teorias marxistas e *queer*, dou aqui os primeiros passos rumo à teorização de uma narrativa dialética que conecte as histórias do capitalismo e das políticas anti-heterossexista e de classes nos Estados Unidos modernos, mas que também evite reduzi-las a meras funções umas das outras. Obviamente, essa análise será realizada em um nível relativamente teórico e abstrato. Primeiramente, ao apropriar-me criticamente da categoria marxista ocidental de “reificação” teorizada na obra *História e consciência de classe*, de Lukács, proponho a hipótese de que certa *reificação do erótico* promovida pelo capital e específica a este século tem sido condição histórica fundamental para a possibilidade de uma política anti-heterossexista moderna. O lado menos

auspicioso desse desenvolvimento, tal como caracterizado por Lukács, é o nível sem precedentes de desqualificação do trabalho e de mercadorização social que debilitou e, por fim, sobrepujou a classe operária estadunidense mobilizada da virada do século. Sugiuro, de fato, que as enraizadas polarizações que mencionei não são o resultado histórico de desenvolvimentos relativamente recentes, como a fragmentação da nova esquerda e as fobias da classe operária pós-segunda guerra, mas, antes, do desenvolvimento material e ideológico das formas taylorista e fordista de acumulação de capital, que também foram o cadinho histórico da luta de classes. A mesma onda econômica de “destruição criativa” que possibilitou a existência da política anti-heterossexista marcou também a derrota de uma forma ideológica, historicamente específica, de política da classe operária e sua suplantação por outra. Mas, se as contradições do capitalismo sobredeterminaram a relação histórica entre as hierarquias de classe e de sexualidade nos Estados Unidos modernos, assim como as formas radicalmente incongruentes de política que surgiram dali, essas contradições não são, de modo algum, ontológicas ou essenciais, mas materiais, ideológicas e institucionais – *lugares* potencialmente exploráveis, ou seja, de onde podemos começar a imaginar uma rearticulação. A exploração dos modos como as hierarquias de raça e gênero se reforçam mutuamente e do modo como ambas são “bivalentes” em termos do dilema “distribuição-reconhecimento” é um tipo de exercício muito diferente daquele que proponho aqui. Uma harmonização contemporânea da esquerda, da perspectiva da história de sua polarização política que tentarei descrever, exige uma ênfase teórica, não na “interdependência” das opressões, mas na capacidade progressista e liberadora da contradição: uma abordagem mais capaz que a de Fraser, não só de acomodar, mas de abraçar e abrir espaço ao negativo.

Reificando o desejo

Antes de explorar as implicações da teoria de Lukács para formas modernas de subjetividade sexual, devo mapear rapidamente um confronto histórico entre códigos vitorianos de gênero e sexualidade e formas especificamente modernas de acumulação de capital. Embora uma larga gama de teorias sexuais e suposições sobre esse assunto, em diferentes níveis de desenvolvimento, tenham circulado e concorrido entre si ao longo do fim do século XIX e começo do século XX, é possível esquematizar esse complexo fluxo ideológico em termos do “crescente isolamento entre gênero e sexualidade”, como afirmou sucintamente o historiador George Chauncey (1994, p.100), levando em consideração a competição histórica e ideológica entre a lógica residual vitoriana de *gênero* e a lógica especificamente moderna, cada vez mais autônoma, da *sexualidade*, ou, mais precisamente, da *escolha de objeto sexual* (veja também D’Emilio e Freedman, 1988, especialmente p.223-29). A lógica vitoriana de gênero, da forma como a apresento, é essencialmente patriarcal e procriativa; indissociável da bem documentada crença da classe média vitoriana de que os homens são agentes ativos e públicos, enquanto as mulheres são “naturalmente”

mais adaptadas à existência doméstica e privada, representa machos como seres que desejam autonomamente e que são sexualmente ativos, e as mulheres, por sua vez, como passivas e dependentes. Essa lógica foi cada vez mais desafiada, ao longo do século XIX, com a migração de um grande número de trabalhadores americanos para as cidades e a entrada massiva das mulheres na vida pública, como mão de obra e como consumidoras.⁴ O deslocamento econômico das mulheres representado por seu ingresso na força de trabalho e nos mercados da cultura de consumo moderna passou a posicioná-las cada vez mais como sujeitos ativos e, portanto, acabou por solapar a ideologia vitoriana da passividade e dependência femininas. Mas a mesma transição econômica gerou, ao mesmo tempo, uma objetificação ideológica sem precedentes do sexo masculino,⁵ tanto na desqualificação massiva do seu trabalho como numa cultura emergente de mercadorização de seus corpos de macho e de suas atividades. Como apontam os historiadores contemporâneos da masculinidade nos Estados Unidos, os ideais masculinos do início do século XX tendiam a articular-se dentro dos parâmetros da cultura do consumidor (moda, romances e filmes, esporte e lazer comercializados), e não mais nos termos vitorianos de uma cultura masculina produtiva e artesanal (veja, por exemplo, Kimmel, 1996, p.117-221; Rotundo, 1993, p.282-83; White, 1993, p.16-35).

O tropo da “inversão” de gênero, que denotava contradições inegáveis e crescentes em sua ideologia sexual nos termos residuais da lógica vitoriana, emergiu relativamente cedo nesse processo. Ele tomou a forma, por exemplo, da presunção muito difundida de que homens que amam outros homens são, em algum sentido fundamental (biológico ou espiritual, por exemplo), objetos sexuais afeminados, enquanto, por sua vez, não apenas as mulheres que amam outras mulheres, mas também aquelas que se colocam como sujeitos sexuais ativos, são, em algum sentido fundamental, masculinas – uma suposição que se manifestou tanto no discurso clínico como nas práticas eróticas subculturais. Sem limitar-se aos “invertidos sexuais” explicitamente definidos, portanto, esse tropo forneceu também os termos gerais que, por exemplo, determinariam a compreensão da sexualmente ambígua “Nova Mulher”. A difundida desarticulação ideológica entre sexualidade e as categorias de gênero emergiria apenas tempos depois.⁶

4 A literatura a respeito das “esferas separadas” é, obviamente, enorme. Sobre sua relação geral com o que denomino lógica vitoriana de gênero, veja, por exemplo, D’ Emilio e Freedman (1988, p.55-84, 173-88); e Smith-Rosenberg (1985a, p.182-88). Para um excelente artigo sobre o deslocamento parcial da lógica de gênero por uma lógica da escolha do objeto sexual em relação à erosão da segregação espacial de gênero na virada do século, veja Smith-Rosenberg (1985b).

5 No original, *male*. (N. T.)

6 Para registros sobre as primeiras conceptualizações do erotismo homoafetivo em termos de “inversão”, veja Katz (1976, p.209-79, especialmente p.258-79, 371-74, 383-85). Para explorar o papel deste tropo nos debates sobre a Nova Mulher, veja Smith-Rosenberg (1985a). Para explorar a mudança gradual das percepções de “inversão” para a concepção da “homossexualidade” na definição do “desvio sexual feminino” na literatura médica do século XIX e início do século XX, veja Chauncey (1982-1983); e para o desenvolvimento paralelo no “mundo homossexual masculino”, veja Chauncey (1995, p.47-97).

Enfatizo o papel do capital nessa crise de definição de gênero para sugerir que a hegemônica compreensão da classe média sobre as diferenças entre os sexos se colocava em conflito cada vez mais direto com a trajetória de desenvolvimento do capitalismo, cada vez mais corroído por uma estrutura dramaticamente dinâmica. Para os meus objetivos, o momento mais importante dessa trajetória de desenvolvimento é a articulação estrutural inicial das tecnologias de produção e a cultura de consumo modernas: a conjuntura material de uma racionalização de produção engendrada (mais comumente identificada com o taylorismo) e o engendramento simultâneo da indução social ao desejo – uma conjuntura que, após a Segunda Guerra Mundial, tomaria por fim aquela forma organizada e centralizada conhecida como fordismo. A ascensão gradual de técnicas de gerenciamento científico no final do século XIX e início do século XX levou a aumentos tão significativos de produtividade que, como resultado, a necessidade de criar demanda para evitar a superprodução passou a ser um problema perene. Nesse contexto, “o que tornava Ford especial (e que acaba por diferenciar fordismo e taylorismo)”, segundo David Harvey, “era sua visão, seu reconhecimento explícito de que a produção em massa significava consumo em massa” (Harvey, 1989, p.125-26). Apesar de o fordismo não ter se tornado altamente hegemônico nos Estados Unidos até muitas décadas depois, fabricantes, economistas e comerciantes já reconheciam, desde o final do século XIX, a importância do problema da indução de demanda social suficiente em uma era de grande produtividade; problema que poderia ser resolvido com uma abordagem de marketing mais consistente (Leach, 1993, p.35-38). A cultura de consumo da virada do século, portanto, consistia em uma tentativa desorganizada e aleatória de adiar aquela crise de superprodução que finalmente aconteceu na década de 1930 (Lipietz, 1987, p.34-35).

Esse confronto entre as residuais manifestações vitorianas de hierarquia de gênero e relações econômicas altamente dinâmicas que estou caracterizando acabou por produzir uma autonomização ideológica sem precedentes do sexual. A conjuntura de produção e indução de desejo projetadas, ao aumentar massivamente a organização e a escala de produção e de consumo igualmente e ao direcionar ambos os gêneros para essas duas esferas, começou a promover a erosão da associação vitoriana exclusiva da energia sexual com o macho patriarcal e a inércia sexual com a fêmea vitoriana e, nesse movimento, desvinculou a definição de gênero da distinção em termos da atividade e passividade sexuais. Essas desarticulações deram origem a uma configuração do desejo como uma variável distinta dos termos relativamente rígidos do gênero vitoriano, impulsionando uma clivagem ideológica entre a subjetividade patriarcal e a subjetividade desejanter, objetificando e eliminando as determinações de gênero da energia erótica ativa que, no século anterior, era reservada exclusivamente aos homens.

A definição de Lukács da reificação em termos de uma radical reestruturação econômica da subjetividade e da objetividade pode começar por sugerir a utilidade dessa categoria do marxismo ocidental para teorizar a colisão entre o

desenvolvimento econômico e a ideologia sexual. “A reificação e a consciência do proletariado”, o principal ensaio de *História e consciência de classe*, argumenta que o capitalismo moderno é responsável por uma objetificação cada vez maior das propriedades e relações humanas, representando essas propriedades como independentes dos seres humanos (Lukács, 1994, p.83-110). Lukács articula esse termo hegeliano com o conceito marxista de fetichismo da mercadoria para mostrar uma sobredeterminação das formas de experiência social pela forma da mercadoria, o que, em seu ponto de vista, atinge seu ápice de abrangência e penetração no capitalismo moderno, particularmente com a mais importante “degradação tecnológica do trabalho” da história: o taylorismo. Nesse momento, conforme começa a se desenvolver uma articulação estrutural em larga escala abstrata entre o âmbito da produção e o âmbito do consumo, para Lukács, simultaneamente, vem se tornando “total” uma *desarticulação* dos dois âmbitos no nível da cognição e da ideologia e a reificação vem assumindo o papel de forma de sociedade dominante (Lukács, 1994, p.85-6). Tratados de sociologia estadunidense contemporânea, que diferem tanto de *História e consciência de classe* quanto o influente estudo de Lynd, *Middletown*, a meu ver corroboram, em última instância, a lógica geral do argumento de Lukács quando sugerem que, na medida em que o trabalho era gradualmente desqualificado e os trabalhadores, eles próprios se tornavam mais explicitamente mercadorizados sob a produção racionalizada e passaram a depender cada vez mais de uma cultura de consumo *compensatória* em seu tempo livre. Ou, como destacou Richard Godden: “posto grosseiramente, o capital do pós-guerra ofereceu à sua força de trabalho o taylorismo completo com uma cesta de consumo mais próspera e a oferta foi aceita” (Godden, 1990, p.41). Essa oferta sistêmica de lazer mercadorizado como compensação para um ambiente de trabalho desqualificado e racionalizado, essa desvinculação ideológica das experiências de produção e consumo – o cerne do fetichismo da mercadoria moderno – é o que impulsiona a reificação da vida social sobre a qual Lukács se debruça.

Ele prossegue sugerindo que a hegemonia moderna dos discursos jurídicos e científicos racionalizados (como aqueles que começavam a propor categorias de subjetividade sexual) também seria baseada na crescente reificação das relações econômicas. Para ele, como disse recentemente Étienne Balibar,

[...] a objetividade baseada no mercado – a das categorias econômicas e das operações que dele surgem – é o *modelo de toda objetividade*, particularmente da objetividade “científica” no mundo burguês, o que nos permitiria compreender por que a ciência quantitativa da natureza (mecânica, física) se desenvolve na era moderna enquanto as relações de mercadoria se tornam generalizadas. (Balibar, 1995, p.70, *ênfase no original*)

Portanto, o uso que Lukács faz do conceito de reificação permite repensar a familiar narrativa foucaultiana da sexualidade da virada do século, que enfatiza a

mudança de um modelo religioso para um modelo científico no qual desejo, atração e orientação ganham independência discursiva, se tornam objetos de estudo apropriados e ideologicamente distintos da definição dicotomizada de gênero. Fundamentar esse “discurso” sexual emergente – categoria fetichizada por Foucault – em relações socioeconômicas específicas abre, no mínimo, o prospecto de teorizar a emergência da subjetividade sexual moderna em relação aos desenvolvimentos socioeconômicos mais gerais.

No entanto, esse prospecto só se mantém promissor se reconhecemos as limitações (muito bem documentadas) do modelo de Lukács, da forma como nos apropriamos dele; de fato, somente se estamos abertos às críticas ao modelo que são possíveis precisamente graças a essa apropriação. O que identifico como uma instância da reificação não é uma mera função ou um resultado inevitável do desenvolvimento objetivo do capitalismo em si. Também não pretendo propor uma simples homologia estrutural entre a reificação da forma mercadoria e a reificação do erótico. Minha intenção é, em lugar disso, sugerir que a reificação do erótico é resultado do confronto, ao mesmo tempo fortuito e corrosivo, entre uma manifestação historicamente específica da hierarquia de gênero e uma tentativa igualmente específica de controlar a contradição econômica. Também não tenho a intenção de recuperar o hegelianismo de Lukács e postular uma mera mistificação de alguma forma hegeliana extradiscursiva e pura de desejo, mas sim teorizar uma mudança histórica de um regime de hierarquia sexual e de gênero para um outro qualitativamente distinto, cuja diferença essencial entre eles sendo, como sugeri, a dissociação das categorias modernas de sexualidade e gênero. Embora essa reificação moderna do erótico seja indissociável do recrudescimento do capitalismo no início do século, esse recrudescimento foi tanto ideológico quanto material. O que Lukács postula, teleológica e economicamente, como resultado do desenvolvimento objetivo do capitalismo é, na verdade, o resultado de diversos tipos de intervenções “subjetivas” e de respostas “subjetivas” à persistente realidade de contradição econômica do capitalismo – cujas intervenções incluíram imperativos de racionalização e incentivos ao consumo, que se tornaram abrangentes e intensos na época, mas que não estavam mais destinados ao sucesso do que os imperativos revolucionários com os quais competiam. De fato, durante, pelo menos, meio século, o sucesso dessas tentativas de adiar a crise foi, na melhor das hipóteses, parcial e aleatório. Como Lipietz já mostrou, a produção continuava a superar o consumo décadas depois do surgimento da cultura de consumo, no final do século XIX. A Segunda Guerra Mundial e a Depressão da década de 1930 precisaram acontecer para vermos nascer o fordismo e seu modelo de gerenciamento centralizado e burocrático, necessário para alinhar de maneira suficiente a produção e o consumo para, finalmente, atingir-se uma estabilidade econômica de longo prazo (Lipietz, 1987, p.34-5).

Portanto, o que identifico como uma reificação do erótico específica, capitalista, impulsionada pela classe tomou duas formas distintas, opostas – formas

que sobredeterminaram a trajetória dialética das políticas anti-heterossexistas nos Estados Unidos deste século. O comentário de Balibar sobre o que ele chama de “paradoxo” no argumento de Lukács é, nesse respeito, instrutivo. Ele afirma que, para Lukács, a extensão moderna da racionalização econômica para outras esferas sociais – para o discurso científico, por exemplo – “é baseada na separação dos lados objetivo e subjetivo da experiência (o que possibilita *subtrair* o fator subjetivo [...] do mundo dos objetos atuais e suas leis matemáticas)”. Mas, nos discursos racionais modernos, esse fenômeno de subtração do subjetivo a partir do objetivo

[...] é meramente um prelúdio à incorporação de toda subjetividade à objetividade (ou a sua *redução* ao *status* de objeto, como revelado pela noção das “ciências humanas” ou pelas técnicas de gerenciamento do “fator humano” que foram sendo gradualmente estendidas a toda a sociedade). (Balibar, 1995, p.70, ênfase no original)

Agora, Balibar inclui “desejo” entre os fatores “subjetivos” subtraídos dos objetos naturais colocados à disposição do escrutínio científico moderno. Porém, como tende a mostrar o estudo histórico da sexualidade desde Foucault, o desejo em si é necessariamente afetado por esse “gerenciamento do ‘fator humano’”; ele também se torna um dos fenômenos naturais objetificados pelo discurso científico moderno. Mas, como fez Balibar, pretendo *mesmo* sugerir que essa reificação do erótico é também um mero “prelúdio” à *subjetivação* do desejo na modernidade. Em outras palavras, Balibar apresenta uma forma útil de distinguir entre o que eu identifico aqui como duas trajetórias históricas e políticas do desejo ao mesmo tempo opostas e mutuamente constitutivas, que surgem como resultado da reificação: por um lado, a reificação do desejo como tal, o surgimento histórico da “sexualidade” como um objeto teórico e ideologicamente autônomo, e, por outro lado, a incorporação daquele desejo reificado às distintas categorias modernas de subjetividade sexual e o próprio binário heterossexual-homossexual.

Embora devamos guardar certo ceticismo em relação ao caráter temporal e simplista da representação de Balibar do “paradoxo” lukácsiano – a forma como ele esquematiza o argumento de Lukács em termos da objetificação *inicial* do “mundo natural” e a *subsequente* incorporação da subjetividade a esse mesmo objeto –, proponho que analisemos essas categorias de maioridade e minoridade subjetivas como tentativas racionais de conter e “gerenciar”, num sentido taylorista, a ameaça direta posta pela reificação do sexual à lógica vitoriana de gênero residual. As categorias modernas de subjetividade sexual eram de fato exemplos de imperativos de padronização mais generalizados; negociações de, e sanções para uma ordem gerencial, desqualificada e “degradada”. Como disse Jonathan Ned Katz, sua emergência “ocorreu concomitantemente aos movimentos do início do século XX que buscavam padronizar a largura de trilhos das ferrovias, fusos horários, procedimentos comerciais e de manufatura [...] assim como testar e regulamentar a inteligência” (Katz, 1995, p.90). O binário homo-hetero se torna,

sob essa perspectiva, uma instância do “gerenciamento científico” das ansiedades causadas pelas mudanças nas normas de gênero, exemplos do que Cecelia Tichi chamou de os mais gerais “valores utilitários que circulam pela cultura americana” durante esse período e que foram uma resposta à contradição social largamente conservadora, abrangente e penetrante, “valores” centralmente influenciados pelo (se não reduzidos ao) taylorismo (Tichi, 1987, p.91; veja também Banta).

Situar a objetificação e a subjetivação sexual modernas em relação a essa história mais abrangente de reestruturação social, de maneira geral, e de lutas econômicas, de maneira particular, é historicizar de forma totalmente distinta os termos nos quais Eve Sedgwick articula essa mesma oposição em seu *Epistemology of the Closet*, apresentando-as com uma incoerência estrutural peculiarmente moderna entre definições de homossexualidade que formam minorias e definições de homossexualidade universalistas. No modelo de Sedgwick, o primeiro tipo de visão delimita o homoerótico a uma população minoritária definida ou identificada como homossexual, a visão universalista pressupõe um homoerotismo irreduzível a categorias subjetivas. Meu argumento historiciza essa “incoerência”, por um lado, em termos da reificação universalizante do erótico e, por outro, de um resgate racionalizado, formador de minorias, dessa ameaça direta às hierarquias sexuais e de gênero na forma de subjetividades sexuais hierarquizadas. Com isso, não quero dizer que o resgate subjetivo de um erótico reificado seja um processo finalizado, nem tampouco livre de problemas. Tão certamente quanto a incoerência universalizante/formadora de minorias identificada por Sedgwick, persiste essa dinâmica que produziu uma competição ideológica igualmente persistente entre formas, ao mesmo tempo, conflitantes e mutualmente constitutivas de política anti-heterossexista. Essa competição tendeu a tomar a forma de oposição entre a ênfase sobre a identidade homossexual, tipicamente articulada em termos de categorias de cidadania e reivindicação de direitos, e uma ênfase alternativa sobre um homoerótico mais difícil de ser contido, tipicamente representado como irreduzível e mesmo conflitante com a identidade, e em termos de uma negação mais radical do Estado e da ordem constitucional ela mesma. Um exemplo disso é a oposição pós Segunda Guerra entre a lógica minoritária e assimilacionista dos direitos civis das chamadas organizações “homófilas”, como a Mattachine Society e a Daughters of Bilitis, e um argumento mais radical e universalizante (preconizado por indivíduos de grande diversidade política, como Paul Goodman, Allen Ginsberg e Herbert Marcuse) em defesa do caráter inerentemente subversivo da homossexualidade, enquanto afronta direta não somente à heterossexualidade, mas a uma cultura profundamente normalizada e pacificadora, no geral, e às condições propostas pela Guerra Fria, em particular. Ao politizar categorias psicanalíticas, essas figuras enfatizaram, como objetivo político fundamental, o caráter não repressor de uma sexualidade polimorfa – com o qual a homossexualidade teria uma relação metonímica privilegiada. Nesse aspecto, o caráter relativamente militante do movimento de libertação gay do início da década de 1970 foi influenciado

negativamente pelo conservadorismo das organizações homófilas e positivamente pelos ditos “gurus” da nova esquerda, como sugeriram Dennis Altman e John D’Emilio (Altman, 1971, p.70-107, 114-128; D’Emilio, 1983, p.149-95).

O campo da política anti-heterossexista contemporânea recapitula essa disputa pré-Stonewall de formas fundamentais. Uma ênfase formadora de minorias e assimilacionista sobre conquistar direitos civis básicos – o direito ao casamento gay, por exemplo – compete com a adoção universalizante do termo “*queer*”, com a rejeição dos termos minoritários “lésbica” e “gay” e com o alinhamento a uma oposição mais radical ao heterossexismo em todas as suas formas, assim como, mais genericamente, aos “regimes do normal” (Warner, 1993, p.xxvi). Mas os teóricos e ativistas *queer* contemporâneos são, logicamente, muito menos inflamadamente otimistas do que os “gurus” da nova esquerda e o movimento de libertação gay da década de 1970 em relação ao poder explanatório do vocabulário psicanalítico. A política *queer* é mais desconstrutivista e enfatiza o caráter sempre já fictício da dicotomia hetero *versus* homo, revelando o caráter *queer* de espaços públicos ostensivamente heterossexuais, em particular, dos quais o shopping center é um exemplo central. De fato, a política *queer* tende a ocupar espaços concretos e incorporá-los em detrimento das categorias abstratas de cidadania (para explorar ênfases espaciais, veja Berlant e Freeman, 1993; Patton, 1996/97). Mas as ênfases universalizantes pré-Stonewall (sobre uma sexualidade polimorfa) e pós-Stonewall (sobre o “espaço *queer*”) compartilham entre si a rejeição fundamental ao terreno da política de Estado, do vocabulário do Estado de política constitucional. De fato, ambas são sobredeterminadas negativamente por esse vocabulário. Patton admite, por exemplo, que a rejeição da segmentação liberal e abstrata do espaço é motivação central para a ênfase *queer* sobre o espaço concreto e incorporado (Patton, 1996/97, p.7-11), enquanto a crítica de Lauren Berlant a isso – à “cultura capitalista pseudorrevolucionária da troca de identidades”, como ela diz (Berlant, 1995, p.301) – tende a caracterizá-lo em termos de uma nacionalidade americana irremediavelmente reificada (veja também Berlant, 1991).

Apesar de enfatizar corretamente o caráter a-histórico e mistificado das categorias liberais políticas e subjetivas, essas críticas *queer* tendem a assimilar identidade sexual e cidadania sem a devida problematização, além de incorporar outras formas de desistoricização e abstração. Patton, por exemplo, apresenta descrições importantes de como o discurso contemporâneo da direita vem contestando, com sucesso, as reivindicações à cidadania de gays e lésbicas. Ao usar as reivindicações por direitos em benefício próprio (por exemplo, em resposta à dita “discriminação reversa”), a direita contemporânea retrata a si mesma como uma minoria atacada por todos os lados por uma cultura imoral, homossexualizada, antibranca e misândrica. Ela argumenta que, hoje, o discurso dos direitos liberais é problemático (ou mesmo inexistente) precisamente devido à sua apropriação pela nova direita. Ao descrever esse desenvolvimento como uma “implosão dos direitos civis” (Patton, 1995, p.239), ela argumenta que “o fato de a nova direita ‘branca’

se utilizar das demandas por direitos civis acabou por minar parcialmente as leis relacionadas a eles, circunscrevendo a atuação do ativismo gay e lésbico a uma máquina que já não funciona mais” (Patton, 1996/97, p.21). A utilização de categorias de direitos pela direita é parte de um liberalismo a-histórico que pressupõe a existência de um valor protetor e positivo nas reivindicações por direitos, como fazem conservadores gays como Bruce Bawer e Andrew Sullivan. Entretanto, os teóricos *queer* favoráveis ao argumento de que a “máquina” constitucional “já não funciona mais” para propósitos mais progressistas obscurecem as contradições inerentes dessa máquina e deixam muito espaço para a argumentação da direita. Essas *negações* teóricas da ordem social, em geral, e do Estado, em particular, por parte do movimento *queer*; essas rejeições às categorias subjetivas e de cidadania lésbicas e gays, enxergam repetidamente essas categorias como restrições ilusórias e disciplinares disfarçadas de valorações compensatórias e/ou proteções e, portanto, reinscrevem a mistificação dessas categorias como categorias que são positivas de uma maneira que não é problemática. As categorias burguesas subjetivas e de cidadania certamente têm a capacidade de operar ideologicamente como desistoricizações positivas do Estado liberal, mas essa função não é, de maneira alguma, um dado pré-determinado, como pressupõe Patton. Ao desistoricizar essas categorias, de forma a enfatizar as contradições estruturais que lhes servem de base, começamos a notar uma certa capacidade de negação.

As categorias de subjetividade homo e heterossexuais, anteriores a qualquer articulação com o vocabulário da cidadania, já apresentam um *status* fundamentalmente contraditório: seu desenvolvimento serviu para fazer recrudescer uma forma de ideologia sexual patriarcal e, ao mesmo tempo, viabilizar a existência de uma forma de política anti-heterossexista. A evolução gradual e irregular da oposição homo-hetero acarretou a substituição, fortemente influenciada pela classe e pelo gênero, de noções de inversão por noções de homossexualidade, assim como o desenvolvimento (logo posterior) da noção de heterossexualidade. A crescente hegemonia da oposição homo-hetero acabou por deslocar a lógica vitoriana de gênero e reforçar fobicamente a posição da homossexualidade como minoria. George Chauncey, por exemplo, destacou o fato de uma enfática (e defensiva) articulação da identidade heterossexual masculina ter emergido somente após as noções de homossexualidade atingirem um grau significativo de aceitação ideológica. Chauncey argumenta que, ao mesmo tempo que os homens que se identificavam como “homossexuais” tentavam se diferenciar daqueles cujas identidades dependiam da lógica de inversão, os homens que se identificavam como “normais” dentro dos padrões vitorianos de masculinidade passaram a fazê-lo em relação à nova categoria da escolha heterossexual do objeto, definindo-se sexualmente “com base na renúncia de quaisquer sentimentos ou comportamentos passíveis de serem identificados como homossexuais” e em termos de “seu interesse sexual exclusivo em mulheres” (Chauncey, 1994, p.100). Simultaneamente, embora a noção de heterossexualidade feminina se tenha distanciado, tanto da lógica de inversão

que tendia a sobredeterminar as representações antigas da Nova Mulher, quanto do desenvolvimento subsequente de uma noção de homossexualidade feminina, o confronto entre as heterossexualidades masculina e feminina acabou por redefinir a hierarquia de gênero de uma maneira essencialmente moderna (Smith-Rosenberg, 1985). Segundo Judith Butler, as definições modernas de masculinidade e feminilidade são indissociáveis dos regimes modernos da heteronormatividade (Butler, 1993, p.231-2). O que distingue a oposição vitoriana procriativa entre o desejo patriarcal e a feminilidade maternal da crença moderna nas identidades hetero e homossexuais é que essas categorias modernas interpelam tanto homens quanto mulheres como, novamente, *tanto* sujeitos, *quanto* objetos de desejo. Ao reificar a distinção como tal entre atividade sexual e passividade sexual, essas categorias modernas desconstroem e, ao mesmo tempo, reinscrevem a oposição residual entre a feminilidade e o desejo ativo e a masculinidade e a objetificação sexual, “gerenciando-as” de maneira ideológica. A emergência da noção de heterossexualidade não só substitui o privilégio patriarcal pelo heterossexual, mas também reinscreve a hegemonia masculina. Nesse aspecto, a evolução da oposição homo-hetero deve ser entendida como um desenvolvimento ideológico, ao mesmo tempo, progressista e reacionário, tanto como uma redefinição das hierarquias sexuais e de gênero em seus aspectos racional e científico, e não mais religioso, quanto como condição de possibilidade para uma nova forma de agência “homossexual”, radical e politicamente progressista. Portanto, essas categorias são mais que uma sujeição disciplinar do sexual que instiga contra si tanto ceticismo da parte da teoria *queer* contemporânea: são também condições de possibilidade de uma negação mais radical da ordem sexual. A rejeição *queer* das categorias jurídicas subjetivas, uma rejeição da utilização política positiva dessas categorias, elimina sua simultânea e opositora capacidade de negação.

Se essas categorias apresentam potencial para repercussões, tanto progressistas, quanto conservadoras, e se, além disso, a apropriação crítica de Lukács que faço aqui parece persuasiva, precisamos não somente criticar seu hegelianismo, mas também discordar do uso exclusivamente negativo do termo “reificação” em Lukács e no marxismo ocidental como um todo. Ou, para ser mais preciso, precisamos empregar o termo para enfatizar outro tipo de negatividade: aquela que é incansavelmente dialética, e não judicativa, que destaca não só o caráter enganoso e mistificador da reificação, mas também sua capacidade de viabilizar a existência de certas formas de libertação. Devemos, particularmente, rejeitar o pressuposto economicista lukácsiano de que as categorias reificadas manifestam apenas certa organização das relações econômicas, e não são efetivas como categorias socioculturais elas mesmas.

Retomarei a questão do caráter dialético das categorias subjetivas e constitucionais mais adiante; por ora, gostaria de voltar a discutir o conceito de classe, articulando teoricamente sua forma moderna com as hierarquias sociais e com as respostas políticas que elas produzem. Inicialmente, devemos questionar a utiliza-

ção do conceito nos termos do marxismo ocidental, como propus anteriormente. Acredito que a história do século XX justifica nossa crítica ao hegelianismo de Lukács e ao seu uso monovalente da categoria de reificação. Os trabalhadores estadunidenses foram sendo crescentemente cooptados por um capitalismo fordista cada vez mais centralizado, que persistiu ao longo da Guerra Fria. Tal forma de organização social seria tão reificada que as denúncias feitas pelo marxismo ocidental se mostrariam mais pessimistas do que as de Lukács – a crítica de Horkheimer e Adorno à “indústria cultural” e *A ideologia da sociedade industrial*, de Marcuse, vêm imediatamente à mente. No entanto, durante o mesmo período, os homossexuais seriam demonizados em um nível tão alto e sem precedentes por trabalhadores brancos bem-sucedidos e por todos os outros setores da sociedade – considerados fracos e particularmente propensos à influência comunista – que acabariam, de uma maneira dialética, por fazer surgir a militância, também sem precedentes, dos movimentos pelos direitos homossexuais⁷ na década de 1970. Como demonstra John D’Emilio, o movimento perpetrado pelo grupo “homófilo” Mattachine Society acabou por ceder à intensa pressão do anticomunismo da Guerra Fria, romper sua forte aliança com o movimento comunista e abraçar a assimilação. O movimento mais militante por direitos homossexuais das décadas de 1960 e 1970 definiu-se, então, precisamente em oposição a essa capitulação (D’Emilio, 1983, p.40-91, 149-75).

Se a reificação tem conotado um tipo de malevolência sedutora na tradição do marxismo ocidental por tanto tempo, de modo que isso parece ser irremediável, essa simultaneidade histórica, por sua vez, sugere porém a necessidade de dar ao termo uma inflexão mais dialética e menos funcionalista, mais que a de simplesmente substituí-lo por outro termo. Essa nova direção deve ser capaz de acomodar a mistificação das hierarquias de classe imposta pelo capitalismo corporativo no século XX, além de facilitar a desmistificação progressista, ativa e igualmente contingente do tabu homossexual.⁸ Essa noção mais dialética da “reificação” seria capaz de conectar as políticas modernas anti-heterossexistas e de classe como aspectos contraditórios de um mesmo processo irregular e historicamente específico.

7 No original, *gay rights*. Optamos por traduzir para direitos homossexuais para não reduzir o sentido da frase. (N. T.)

8 Enquanto Habermas, por exemplo, que rejeita o argumento de Lukács sobre a reificação, pode parecer que oferece uma alternativa a essa categoria ao defender que a institucionalização cumulativa da racionalidade formal que caracteriza a modernidade possa ter uma série de ramificações – e que a racionalização histórica progressiva é tão potencialmente democratizante quanto é mistificante –, essa mesma crítica idealiza a racionalização, removendo a cultura de consumo da equação em sua inteireza (Habermas, 1984, p.355-65). Além disso, Habermas rearticula a distinção weberiana entre racionalização e reificação, criticada por Lukács, enquanto, como ele, usa o último termo com conotação negativa. Embora o conceito de “reificação” seja utilizado de forma aparentemente sedimentada pela tradição do marxismo ocidental, os termos idealistas de “racionalização” ou “objetificação” não são opções melhores.

Incomensurabilidade e contradição

A conjunção que temos identificado entre a produção racionalizada e o consumismo, levada a cabo na virada do século XIX para o XX, foi não só um marco histórico para a política anti-heterossexista moderna, mas novamente também um cadinho histórico para a política da classe operária. A mudança fordista e taylorista em direção a uma economia planejada representou um período de recrudescimento e derrota da classe operária estadunidense, além de, como frisou o historiador econômico James O'Connor, a modernização ter destruído as formas predominantes de comunidades produtivas e artesanais do século XIX, que eram em sua maioria rurais e patriarcais. Ele explica que a derrota desses primeiros movimentos de trabalhadores foi causada não só por sua resistência ao gerenciamento científico e à desqualificação, mas também por suas tentativas reacionárias de evitar o desaparecimento dessas formas de comunidade. O'Connor sugere que tenha ocorrido o desenvolvimento de uma dialética histórica progressiva entre a implementação da modernização da produção e as tentativas dos trabalhadores de resistir a esses ataques diretos. No contexto do conflito aberto de classes, as técnicas de modernização representaram não só tentativas de aumentar a produtividade, mas também, visivelmente, armas na guerra de classes, meios de desmoralizar e derrotar os trabalhadores organizados (O'Connor, 1984, p.13-51). Embora o historiador não enfatize a questão, eu adicionaria ainda que a cultura moderna de consumo deveria ser vista, similarmente, como uma ferramenta utilizada para adiar as crises endêmicas do capitalismo e também como arma ideológica pacificadora a ser usada na mesma guerra.

Embora a teórica política Iris Marion Young tenha afirmado que “apelos à comunidade são tipicamente antiurbanos” (Young, 1990, p.236), a mesma corrosão de ideais herdada das formas rurais de comunidade, predominantemente patriarcais, e a migração em massa para as cidades motivada pelo capital, especialmente, facilitaram pela primeira vez a composição de uma forma distinta de comunidade moderna: a comunidade homoafetiva (veja D'Emilio, 1983). Levanto essa questão para sugerir que a reificação do desejo, que identifiquei como condição fundamental para uma política moderna anti-heterossexista, foi um produto do mesmo recrudescimento material, ideológico e historicamente específico do capitalismo estadunidense que acabou por triunfar sobre os movimentos de trabalhadores do início do século XX. O capitalismo como facilitador da formação de uma comunidade gay e lésbica moderna, de um lado, e sua vitória sobre uma forma ideológica de comunidade de trabalhadores nos Estados Unidos da primeira metade do século, de outro – e eu considero a cumplicidade e a dependência da classe trabalhadora ao capitalismo após a Segunda Guerra o ponto final de sua derrota – foram resultados do mesmo processo de reestruturação econômica e ideológica, da mesma onda de “destruição criativa”. Proponho uma narrativa histórica que enfatiza, em particular, a criação e destruição historicamente indissociáveis de formas de comunidade *política*: a

destruição, pela modernização, de formas pré-corporativas de comunidades de produção artesanal, existentes no final do século XIX, como nada menos que uma condição de possibilidade para a criação de uma comunidade gay e lésbica com características próprias no século XX e totalmente mercadorizada. Mesmo a relativamente recente polarização acadêmica entre marxismo e teoria *queer* deve ser situada não somente no estreito espaço da discordância entre Marx e Foucault, mas também nessa história de polarização e contradições estruturais e ideológicas. Em sua introdução a um importante volume sobre teoria social *queer*, por exemplo, Michael Warner clama por um marxismo mais dialético e indica os persistentes legados do momento específico da contradição que levanto como hipótese. Ele sugere que

[...] o bloqueio contra a política sexual na tradição marxista [...] é a forte conexão entre a cultura de consumo e os espaços mais visíveis da cultura gay: bares, casas noturnas, propagandas, moda, identificação com marcas, estilização de si como gay em termos de cultura de massas, “promiscuidade”. A cultura gay, nesse modo mais visível, não é nada alheia ao capitalismo avançado e, precisamente, às suas características repudiadas por muitos membros da esquerda. Os homens gays urbanos pós-Stonewall fedem a mercadoria. Nós espalhamos o cheiro do capitalismo no cio e, portanto, exigimos da teoria uma visão mais dialética dele do que muitas pessoas têm imaginação para criar. (Warner, 1993, p.xxxi)

No entanto, não é objetivo de Warner articular a cultura gay em termos de comunidade. Ele argumenta que “comunidade [...] dá a falsa ideia de um contraste ideológico e nostálgico com a atomização da sociedade capitalista moderna” e sugere que a noção de “comunidade *queer*” é uma contradição em termos: “a autocompreensão queer continua a ser definida pela dispersão, mais que pela localizada (‘nós estamos em todo lugar’)” (Warner, 1993, p.xxv). Mesmo assim, esse “nós” lateral que ele cita é, de fato, historicamente indissociável da forma específica e mercadorizada de “localização” que o próprio autor registrou. Bares gays e guetos gentrificados, por exemplo, oferecem, ao mesmo tempo, oportunidades para a acumulação de capital e espaços comuns indispensáveis. Por mais restritivos e opressores que pareçam, esses espaços formadores de minoria facilitam aquela construção ideológica da comunidade fundamental para a política anti-heterossexista moderna, inclusive o gesto inescapavelmente político de aceitação da própria identidade, que abrange o ceticismo *queer* contemporâneo em relação à identidade como tal.

A narrativa histórica que estou propondo questiona, em especial, a suposição de que qualquer mercadorização da identificação e da comunidade política deve necessariamente neutralizar as mais radicais aspirações de tal comunidade. A emergência de uma cultura corporativa da mercadoria, denunciada severamente por Lukács, também facilitou a formação das comunidades gays e lésbicas moder-

nas – o que não quer dizer que a criação de uma comunidade mercadorizada seja, por definição, um ato político. Daniel Miller, que definiu o conceito de consumo moderno como um processo potencialmente desalienante de apropriação humana de mercadoria, sugeriu, a meu ver, uma maneira útil de pensar as progressivas implicações políticas de algumas formas de comunidade “subcultural” mercadorizada. Ele argumenta que essa apropriação coletiva da mercadoria

[...] acontece por meio de um processo expandido de consumo, no qual produtos e serviços são distanciados das instituições abstratas e externas, porém necessárias, que os originam, e então são redefinidos como material cultural inalienável [...]. Esse processo de consumo é equivalente ao conceito hegeliano de suspensão, movimento pelo qual a sociedade reapropria sua própria forma externa – ou seja, assimila sua própria cultura e a usa para desenvolver-se como sujeito social. (Miller, 1987, p.17)

O que Miller diz sobre a “sociedade” em geral é também válido para contrapúblicos marginalizados, como a subcultura lesbigay moderna. Essas mercadorias, que Miller identificaria como “material cultural inalienável” específico à comunidade gay desse período, deveriam ser vistas como um tipo de substrato histórico e material da política gay masculina, historicamente indispensável para o desenvolvimento do “sujeito social” dessa era e, portanto, para a construção de um contrapúblico ativista dentro desse grupo. Reduzir a “cidadania sexual” a direitos do consumidor e “toda a máquina de cidadania” a mercadorias, como fez David T. Evans (1983, p.5), é minimizar, se não eliminar, a dialética entre o consumo, enquanto processo apropriativo e potencialmente desalienante, e o discurso público, político, e o ativismo que surge daquele processo (totalmente mercadorizado) de criação de comunidades e sujeitos. Essa dialética é, de fato, concretizada em certo contexto emblemático, em junho de 1969, quando foi iniciada uma série de motins justamente em um bar de Greenwich Village, espaço saturado de mercadorias – e já presente em toda identificação rotineira de “Stonewall” como um divisor de águas.

Embora as comunidades em geral – marginais ou não, mercadorizadas ou não – possam ser insulares e excludentes, como alerta Young (1990, p.234-36), e são, nesse aspecto, tão limitantes quanto as formas rurais e patriarcais de comunidade proletária descritas por O’Connor, essa mesma insularidade tem sido um passo historicamente necessário ao desenvolvimento emocional, psicológico e *político* da comunidade homoafetiva estadunidense. Não faz sentido sugerir que mesmo a luta pelo casamento gay seja historicamente dissociável da construção centenária de uma comunidade homoafetiva mercadorizada e erotizada enquanto sua condição de possibilidade; construção essa que é colocada, por proeminentes defensores do direito ao casamento, como Bruce Bawer, em oposição a essa luta contemporânea, ostensivamente conservadora. Mas o argumento de Evans de que o homem gay

pós-Stonewall “tem liberdade de exercer seus direitos como consumidor, mas tem negados qualquer outro tipo de direito enquanto ‘igual’ e, no geral, não parece se importar com isso” (Evans, 1993, p.100), além de ser, no mínimo, um argumento controverso, também deixa de reconhecer a complexa relação histórica entre a criação da comunidade gay masculina mediada pela mercadorização e as diversas batalhas políticas exclusivas a essa mesma comunidade. O que estou sugerindo é que, de um ponto de vista teórico e político, é mais útil (e honesto) enfatizar uma dialética histórica, mutuamente produtiva e constitutiva entre a mercadorização do desejo homoafetivo e sua politização, quer essa politização acate ou rejeite as categorias jurídicas reificadas de subjetividade sexual.

Portanto, não basta dizer que as políticas anti-heterossexistas e de classe eram contraditórias no momento historicamente específico da virada do século XIX para o século XX. Também é necessário destacar, sobretudo, que a cultura de consumo – que alimenta e faz recrudescer um sistema econômico inerentemente contraditório, que meramente desloca, adia e “gerencia” essas contradições e que, portanto, por definição, reprime os mais radicais impulsos de uma política de classes progressista – é nada menos que uma condição necessária e um ponto de origem contínuo da história moderna da política anti-heterossexista. Em outras palavras: o caráter contraditório da relação entre as políticas modernas anti-heterossexista e de classe persiste.

Até aqui, busquei registrar não somente o estado socioeconômico de contradição que determina a relação entre as políticas anti-heterossexista e de classe no século XX, mas também algumas características da trajetória da política anti-heterossexista. A versão moderna desta última foi caracterizada pela dialética entre as ênfases minoritária e universalizada, reformista e radical – a primeira destacando categorias abstratas de subjetividade sexual, enquanto a segunda ressaltava a impossibilidade de reduzir o desejo e o erótico a essas categorias. Essa dialética expressa a formação específica, altamente mercadorizada, da coletividade homoafetiva como tal e a reificação do desejo historicamente específica que foi sua condição fundamental de possibilidade. Ela envolve uma política de cidadania que demanda acomodações formais pela ordem constitucional e uma política de negação que nega essa ordem em si.

Podemos caracterizar a trajetória da política de classes moderna nos Estados Unidos fazendo uso da mesma terminologia, mas isso não implica que essas trajetórias políticas específicas sejam iguais, nem mesmo análogas. Gostaria de ressaltar a fundamental incomensurabilidade de ambas e a história de contradição socioeconômica na qual essa incomensurabilidade está mergulhada. O’Connor, por exemplo, enfatiza que as derrotas da comunidade artesanal no século XIX que ele descreve produziram também certa universalização da identidade de classe entre mulheres e minorias raciais e étnicas. Ele distingue dois movimentos proletários estadunidenses diferentes, destacando que a derrota de uma forma de política de

trabalhadores facilitou a criação de uma outra, moderna e relativamente universalizada, caracterizada por um potencial dramaticamente maior de inclusão em termos de gênero, raça e etnicidade;

[...] uma outra forma [...] de entender o fracasso da classe trabalhadora em revolucionar a sociedade é apresentá-lo como resultado da composição da classe trabalhadora em si e de sua relação com o capital. Até poucas décadas atrás, racismo, sexismo, chauvinismo nacionalista [...] eram barreiras intransponíveis à “unidade de classe”.

O’Connor então enfatiza que a “crítica prática” moderna à hierarquia racial, étnica e de gênero

[...] pressupunha a dissolução do trabalho e do comércio individuais, assim como da “comunidade” tradicional, e a emergência do trabalho social, moderno e abstrato, e da “vila global”. A crítica ao sexismo e à família patriarcal pressupunha a proletarização das mulheres. A crítica ao racismo pressupunha a proletarização de minorias oprimidas, que eram tradicionalmente exploradas sob diversas formas de vínculos rurais e de servidão. A crítica ao chauvinismo nacionalista pressupunha a internacionalização da migração de mão de obra e do circuito produtivo do capital. Portanto, foi necessário aguardar a recomposição da classe operária na forma de trabalho social, moderno e global para então poder afirmar que tal classe operária existia *como tal*. A luta por unidade dentro da classe operária só se fez [...] historicamente possível após a comunidade étnica e a tradicional divisão do trabalho entre campo e cidade, o patriarcado e a família, serem “chacoalhadas” pela universalização da forma assalariada de trabalho, pela forma mercadorizada de satisfação das necessidades e o estado [moderno] da política. (O’Connor, 1984, p.51; ênfase no original)

Portanto, O’Connor caracteriza a história da formação da política de classes moderna por meio de uma terminologia similar à que utilizamos anteriormente, de forma a estabelecer uma distinção entre comunidade minoritária e universalização. Mas, logo que notamos essa passagem das comunidades operárias minoritárias para a universalização relativa, devemos frisar que falamos, aqui, de uma narrativa relativamente econômica e material de suplantação, em lugar de uma narrativa relativamente simbólica e persistentemente dialética, como a da política anti-heterossexista. Com a crescente globalização do capital e proletarização da força de trabalho ao longo do século XX, a formação de classe ultrapassou uma barreira irrevogável, que torna impossível falar sobre comunidades operárias distintas e isoladas. Se, nessa força de trabalho global contemporânea, apenas uma minoria de trabalhadores esboça qualquer coisa similar à consciência de classe, ela está radicalmente dispersa e não pode ser descrita como uma comunidade em nenhum sentido espacial ou geográfico do termo.

Isso não quer dizer que as críticas *queer* contemporâneas à formação de minorias e ao liberalismo também não pressuponham justamente tal narrativa de suplantação na história das políticas anti-heterossexistas modernas, como afirmei anteriormente, especialmente quando elas alinham os processos de formação de minorias e de universalização com modernismo e pós-modernismo, respectivamente (ver, por exemplo, Patton, 1993; Warner, 1993). Essas narrativas ignoram a persistência da dialética entre a formação de minorias e a universalização na história das políticas anti-heterossexistas pré e pós-Stonewall. É necessário continuar falando sobre uma comunidade *queer* politizada, da mesma forma que é impossível falar sobre uma comunidade de trabalhadores contemporânea.

Entretanto, depois de destacar a incomensurabilidade dessas duas trajetórias políticas em termos do vocabulário da universalização e da formação de minorias, gostaria também de registrar a medida em que elas compartilham entre si uma dialética entre uma política reformista de cidadania e uma política radical de negação. O'Connor enfatiza que a política de classes da Guerra Fria, embora dramaticamente universalizada em comparação ao seu equivalente comunal do final do século XIX, era restrita, em grande medida, ao Estado, às categorias de cidadania e à reivindicação de direitos:

O pluralismo ou o liberalismo dos grupos de interesse pode ser considerado o principal veículo político da luta da classe trabalhadora/assalariada nos Estados Unidos do pós-guerra, ou seja, a forma assumida então pela democracia social. Eles podem ser compreendidos como o campo sobre o qual a classe trabalhadora tinha autonomia para se mover, embora sob formas fragmentadas e individualistas. (O'Connor, 1984, p.196)

Além disso, “o liberalismo dos grupos de interesses era um veículo ‘confiável’ de intervenção de classe nos processos parlamentares e estaduais porque não aparentava de forma alguma sê-lo. Os interesses de classe apareceram na forma de demandas dos grupos de interesse”, e “a luta da classe operária por segurança e estabilidade foi legitimada pelos papéis de cidadão, eleitor, contribuinte etc.” (Ibid., p.196, 200). A articulação dos interesses de classe e dos trabalhadores característica da era da Guerra Fria facilitou o desenvolvimento dessa confiança mais ou menos exclusiva na limitada capacidade política do estado. Embora essa situação tenha sido capaz de “conter” o radicalismo do início do século XX, a subsequente erosão dessas condições nas décadas de 1960 e 1970 foi uma pré-condição para qualquer posterior radicalização do movimento e das demandas dos trabalhadores que se encontravam envolvidos, nesse período, com a política de raças em movimentos em prol de trabalhadores negros em alguns centros urbanos, por exemplo. Quase três décadas após a demanda por formas cada vez mais “flexíveis” de acumulação de capital (veja Harvey, 1989, p.147) ter aniquilado 25 anos de interdependência simbiótica entre capital e trabalho e ter, por fim, dizimado não só sindicatos, mas

também qualquer outra forma de consciência progressista da classe trabalhadora, a radicalidade ou o conservadorismo da geração seguinte da formação hegemônica da classe operária continua uma questão em aberto. Porém, meu ponto é que a mesma alternância entre afirmação e rejeição das categorias de cidadania é central à narrativa moderna da política de classe, da mesma forma que o é à política anti-heterossexista, uma dialética, em ambos os casos, sintomática das contradições que estão na base dessas categorias.

Dessa forma, o vocabulário da universalização/formação de minorias transmite a ideia de distinção “material” *versus* “cultural”, qualitativa, entre essas formas modernas de hierarquia – uma distinção que defendo estar engendrada em uma história mais geral de contradição socioeconômica. O triunfo capitalista do começo do século XX – particularmente do taylorismo e da cultura de consumo (e de sua articulação posterior no fordismo) – sobre as classes trabalhadoras dos Estados Unidos, assim como a emergência da própria noção de subjetividade homo e heterossexual – a mais fundamental condição de possibilidade da política anti-heterossexista moderna – foram parte do mesmo processo histórico, e um dos legados desse momento contraditório é a relação estruturalmente oposta das políticas anti-heterossexista e de classe com a cultura de consumo moderna, em particular. O vocabulário da política constitucional estadunidense moderna tem sobredeterminado ambas as trajetórias políticas, tanto de forma positiva, quanto de forma negativa.

Quais seriam, então, as implicações dessa complexa história para uma futura harmonização da esquerda? Podemos começar reiterando o argumento de O’Connor de que esse processo foi, ao mesmo tempo, responsável pelo extermínio de uma forma de política da classe trabalhadora e pela condição de possibilidade de outra. Ele sugere que a classe operária estadunidense ganhou uma nova forma, mais aberta às críticas do nacionalismo, do racismo e do sexismo – e, eu adicionaria, do heterossexismo. É possível inclusive propor que os subseqüentes recrudescimentos do capitalismo ao longo do século criaram, junto com a miséria necessariamente gerada pelo sistema, as condições de existência do futuro desenvolvimento ideológico de políticas antirracistas, antissexistas e anti-heterossexistas. O racismo, a homofobia e o sexismo característicos da classe operária pós Segunda Guerra nos Estados Unidos, por exemplo – que longe de construir uma forma opositora de comunidade política, identificava, tanto seus chefes, como a si própria como a “nação”; e que, portanto, promoveu, mais do que a simples exclusão de mulheres e outras minorias raciais, étnicas e sexuais da comunidade, seu *apagamento* – facilitou diretamente a confluência sem precedentes de políticas antirracistas, antissexistas e anti-heterossexistas que caracterizaram os anos 1960 e 1970. Embora as condições de possibilidade de uma classe trabalhadora mais antirracista e antissexista, como descrita por O’Connor, fosse resultado da crescente proletarização, sugiro que a formação de uma classe trabalhadora mais aberta ao anti-heterossexismo se deva ao desenvolvimento do consumismo

moderno. Aqui, novamente, notamos o que distingue, de um lado, uma política anti-heterossexista e de classe positivamente situada em relação à cultura de consumo, e, de outro, a “bivalência” (como propõe Fraser) das políticas de raça e gênero, facilitada justamente pela história de proletarianização que desvaloriza constantemente o trabalho de mulheres e do *people of color*. O fato de podermos caracterizar as condições estruturais para as trajetórias históricas da primeira por meio de uma terminologia da universalização/formação de minorias sugere o que elas compartilham como dois aspectos de uma contradição histórica: seus *status* enquanto respostas a formas de hierarquia social que são incorporadas de maneira distinta à das hierarquias de gênero e raça, e seu *status* enquanto produtos relativamente diretos de uma história de luta e desenvolvimento econômico.

Portanto, a rearticulação teórica das políticas anti-heterossexistas e de classe demanda um vocabulário que possa acomodar e viabilizar a exploração estratégica dessa contradição estrutural. Após evidenciar a dialética entre uma política de cidadania e uma política de negação, compartilhada por essas duas trajetórias, quero concluir levantando brevemente a hipótese de uma potencial articulação entre políticas anti-heterossexistas e de classe com base na ênfase sobre a cidadania como uma política implacavelmente historicizada de negação. O emprego das categorias de cidadania e a negação das mesmas não precisam ser estratégias opostas, já que as categorias em si são lugares materiais e institucionais inerentemente contraditórios, potencialmente exploráveis e negativamente produtivos.

Fazendo história

Uma política focada em questões de cidadania não é, nem “simplesmente” liberadora, nem “simplesmente” restritiva, mas ambas simultaneamente. Wendy Brown ressalta apropriadamente o *status* “ambíguo” e “paradoxal” dos direitos:

Embora os direitos possam operar como força inegável de emancipação em um momento histórico [...], podem se tornar em outro momento um discurso regulatório – ser um meio de obstruir ou cooptar demandas políticas mais radicais ou ser simplesmente a mais superficial das promessas vazias. (Brown, 1995, p.87)

No entanto, tendo a preferir o destaque dado por Étienne Balibar ao caráter historicamente contraditório dessas categorias do que o vocabulário histórico de (mera) ambiguidade e paradoxo de Brown. Balibar identifica as revoluções ocidentais do final do século XVIII como uma proposta política “puramente negativa”, com efeitos históricos profundamente dinâmicos e contraditórios (Balibar, 1994, p.44). Ele teoriza essa efetividade com base no princípio universal, material e institucionalmente irreversível da “igualdade” (*equaliberty*), inerente ao que ele chama de “espaço ideológico aberto pela proposta revolucionária” (Ibid., p.50). Nesse espaço ideológico, igualdade e liberdade são idênticas, e a ausência de uma denota necessariamente a ausência da outra: “As situações em que ambas

se encontram presentes ou ausentes são necessariamente as mesmas. Ou, ainda melhor, as condições históricas (*de facto*) da liberdade são exatamente as mesmas das condições históricas (*de facto*) da igualdade” (Ibid., p.48). Não só era apenas parcial e problematicamente alcançável a liberdade na qual as revoluções burguesas foram ostensivamente baseadas, na ausência da igualdade racial, sexual, de classe e gênero: essas contradições eram historicamente produtivas. Balibar propõe que a eficácia histórica “ininterrupta” do “momento revolucionário” se manifesta ao longo das lutas sócio-históricas subsequentes (Ibid., p.43). Ele se concentra, particularmente, na eficácia ideológica de textos fundadores profundamente contraditórios, como a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, argumentando que “as declarações do texto fundador, graças à sua simplicidade e à sua radicalidade revolucionária, ocultam dentro de si uma contradição que os impede de operar como ordem estável” e produzem as condições de possibilidade para uma crença progressista no “direito universal à política” (Ibid., p.41, 49). Assim, o princípio de “igualdade” é o “ponto de ancoramento da série de reivindicações [...] por direitos da mulher, dos trabalhadores e das raças ‘colonizadas’ de serem incorporados à cidadania” (Ibid., p.43). Ao equiparar igualdade e liberdade, as revoluções burguesas introduzem ‘uma oscilação indefinida [...] um equívoco estrutural entre duas formas de ‘política’ obviamente contrastantes’: o que chamei de política de negação e política de cidadania e que Balibar chama de “*política insurrecional* e política *constitucional*; ou, se preferir, uma política de revolução permanente e ininterrupta, e uma política de estado como ordem institucional” (Ibid., p.51, ênfase no original). Assim, há uma “tensão permanente entre as condições históricas que determinam a construção de instituições em conformidade com a proposta da igualdade e a universalidade hiperbólica da declaração” (Ibid., p.50).⁹

Balibar ressalta o caráter dinâmico e contraditório das categorias burguesas modernas de cidadania democrática, que restringem e delimitam as lutas políticas ao mesmo tempo que carregam uma certa negatividade produtiva que facilita as

9 No contexto de uma argumentação mais hostil que a de Balibar ao marxismo, Chantal Mouffe também caracterizou a democracia burguesa como tendência ou processo histórico em vez de como sistema político estaticamente institucionalizado. Ela argumenta que o capitalismo corrói as relações hierárquicas tradicionais à medida que se desenvolve, confrontando-as com as relações mercadorizadas e seus equivalentes políticos – a crença burguesa e democrática em um cidadão reificado e “livre”. Consequentemente, as formas de hierarquia social originalmente ignoradas pelas revoluções burguesas (como a opressão de mulheres e minorias étnicas e raciais e as restrições à homossexualidade) terminaram por entrar em contradição palpável com a noção burguesa de democracia que, em seu confronto com as hierarquias sexuais, raciais e de gênero que predavam o capitalismo e que persistiam ao seu lado, deu origem a uma situação que Mouffe chama de “interpelação contraditória” para esses grupos subordinados. Ela explica que, “no momento em que o princípio de igualdade é admitido em um domínio, [...] o questionamento final de todas as formas possíveis de desigualdade é consequência inevitável [...] Todas as posições construídas sobre a dicotomia dominação/subordinação são desconstruídas graças ao caráter subversivo do discurso democrático” (Mouffe, 1988, p.94-95). Mouffe e Balibar concordam ao dizer que o *momentum* histórico interminavelmente subversivo e expansivo da democracia burguesa será sempre contrastante com suas manifestações institucionais específicas.

extensões conjunturais e históricas da democracia. É possível negociar uma articulação das políticas anti-heterossexistas e de classe, especialmente no contexto da prática dos estudos estadunidenses contemporâneos, por meio desse exemplo “europeu”: problematizando a assimilação da cidadania à nacionalidade (estadunidense) e chamando atenção para as contradições *burguesas* responsáveis pela ênfase constitucional e negativa dada a essas trajetórias políticas modernas; e elaborando um vocabulário político que articule a expansão incessante dos limites da democracia burguesa. Insisto não apenas nesses limites, mas também no potencial progressista e radical de forçá-los para ir mais adiante. Na medida em que as reivindicações e leis de direitos podem ser usadas para negar hierarquias sociais, além de comprovadamente atuarem como valorização e/ou proteção positiva, compensatória, elas não são meras alternativas “reformistas” ao pensamento “revolucionário”, mas uma forma de atingir esse pensamento, uma forma de atingir a desconstrução radicalmente historicizante da oposição entre políticas “revolucionárias” e “reformistas” tradicionalmente postuladas pelo discurso da esquerda.

Por exemplo: por que não formular a argumentação em favor do casamento gay não como uma tentativa assimilacionista de imitar o comportamento heterossexual – uma caracterização da questão que aceita como dada atualmente tanto por defensores quanto por opositores¹⁰ –, mas como um ataque jurídico direto, e uma negação de um elemento chave institucional e ideológico da heterossexualidade compulsória? Uma exceção a essa linha de pensamento é o argumento de Morris Kaplan, que sugere, por exemplo, que a manutenção das hierarquias de gênero tradicionalmente sustentadas pelo casamento depende mais da restrição dos direitos à união dos casais heterossexuais do que em estender esse direito aos casais homoafetivos. Em contraposição ao predominante menosprezo dessa luta no campo da política *queer*, que a entende como pouco radical,

[...] surgiu o importante contra-argumento de que a proibição do casamento homoafetivo atua como fator importante de manutenção da hierarquia de gêneros, ao negar às mulheres qualquer forma de intimidade legítima além do casamento heterossexual [...]. A Suprema Corte do estado do Havaí determinou que as leis estaduais que restringem o casamento a casais heterossexuais [...] representam uma potencial violação da abolição da discriminação sexual [...] Se famílias lésbicas e gays se conformam aos regimes normalizantes da heterossexualidade compulsória ou se elas subvertem e desafiam as formas dominantes de gênero continua sendo uma questão controversa e passível de discussão. (Kaplan, 1997, p.210)

Nesse aspecto, essa reivindicação de direitos em particular é mais consonante com o ataque *queer* contemporâneo ao heterossexismo social e cultural, em todas

10 Em uma edição recente de *The Harvard Gay and Lesbian Review*, por exemplo, veja Sullivan (1997); a favor, Wedgwood (1997) e contra, Ettelbrick (1997); Feldblum (1997).

as suas formas, do que é reconhecido por aqueles que se identificam com tal ataque. O casamento gay não é uma questão inerentemente conservadora ou assimilacionista, como retratada por *queers* “radicais”. A questão é de terminologia política. Assim como Kaplan, acredito na importância de “manter a pluralidade das instituições éticas em nome de uma busca diversificada e orquestrada da vida erótica” (Ibid., p.208). No entanto, a política *queer* deveria dar maior importância à capacidade de usar o casamento gay como negação jurídica e ideológica do heterossexismo. No “espaço ideológico aberto pela proposta revolucionária”, a valência positiva ou negativa das reivindicações por direitos é uma “questão aberta e controversa”, como afirma Kaplan, é não um dado, mas um espaço para a *luta* aberta; é crucial reivindicar esse direito, assim como recusar-se a deixar que Andrew Sullivan e seus seguidores ditem os termos do debate.

Apesar de ter privilegiado as categorias de “contradição” e “negação” aqui, não estou propondo uma lógica política teleológica ou hegeliana, mas sim uma que conecta dialeticamente imperativos pragmáticos ou “locais” a outros utópicos e de longo prazo – uma lógica que vincula um foco político imediato, orientado para direitos, com um “outro lugar” histórico e utópico que ultrapassa as contradições da modernidade capitalista (um “outro lugar” que continuo a acreditar ser politicamente indispensável) em uma *relação de historicidade futura* que nunca pode ser especificada de antemão e que atua “no espaço ideológico aberto pela proposta revolucionária”, com ênfase sobre seu caráter *aberto*. Uma forma de começar a articular as trajetórias históricas incomensuráveis das políticas anti-heterossexistas e de classe é reconhecer o horizonte de contradição socioeconômica em que essa incomensurabilidade está mergulhada e imaginar um vocabulário político apropriado para isso. Os “direitos” de gays e lésbicas negam a institucionalização contínua do heterossexismo da mesma forma que os “direitos” do local de trabalho negam a institucionalização contínua do capitalismo – o vocabulário da contradição que estou imaginando deve destacar denominadores comuns capazes de vincular imperativos políticos distintos como componentes de uma luta da esquerda harmonizada, sem a necessidade de roubar desses imperativos sua especificidade. Poderia uma esquerda contemporânea desarmada recusar-se coletivamente a aceitar direitos de valor positivo e, em vez disso, apresentar uma sucessão indefinida de reivindicações por direitos, teoricamente articulados sob uma narrativa política amplamente definida e historicizada à exaustão, para negar a hierarquia social e ultrapassar os limites das categorias constitucionais dinamicamente contraditórias herdadas por eles? Essas categorias podem ser mais úteis do que pensamos na construção da história da esquerda que nunca podemos construir exatamente como desejamos.

Referências bibliográficas

- ALTMAN, Dennis. *Homosexual: Oppression and Liberation*. New York: Avon, 1971.
ARONOWITZ, Stanley. *The Death and Rebirth of American Radicalism*. New York: Routledge, 1996.

- BALIBAR, Etienne. *The Philosophy of Marx*. Trans. Chris Turner. New York: Verso, 1995.
- _____. Rights of man and rights of the citizen: the modern dialectic of equality and freedom, In: *Masses, Classes, Ideas*. New York: Routledge, 1994, p.39-59.
- BANTA, Martha. *Taylored Lives: Narrative Productions in the Age of Taylor*. Veb Ford. Chicago: University of Chicago, 1993.
- BAWER, Bruce. *A Place at the Table: The Gay Individual in American Society*. Touchstone, 1993.
- BERLANT, Lauren. *The Anatomy of National Fantasy: Hawthorne, Utopia, and Everyday Life*. Chicago: University of Chicago, 1991.
- _____. '68 or the Revolution of Little Queers. In: ELAM, Dian; WIEGMAN, Robyn (eds.). *Feminism Beside Itself*. New York: Routledge, 1995, p.297-311.
- BERLANT, Lauren; FREEMAN, Elizabeth. Queer Nationality. In: WARNER, Michael (ed.). *Fear of a Queer Planet: Queer Politics and Social Theory*. Minneapolis: University of Minnesota, 1993, p.193-229.
- BROWN, Wendy. Rights and identity in late modernity: revisiting the jewish question. In: SARAT, Austin; KEARNS, Thomas R; ARBOR, Ann (eds.). *Identities, Politics, and Rights*. University of Michigan Press, 1995, p.85-130.
- BUTLER, Judith. *Bodies That Matter: On the Discursive Limits of "Sex"*. New York: Routledge, 1993.
- CHAUNCEY, George. From sexual inversion to homosexuality: medicine and the changing conceptualization of female deviance. *Salmagundi*, v.58-59, 1982- 83, p.114-46.
- _____. *Gay New York: Gender, Urban Culture, and the Making of the Gay Male World, 1890-1940*. New York: Basic, 1994.
- COHEN, Cathy J. Punks, bulldaggers, and welfare Queens: the radical poten of Queer politics?, *GLQ* 3, 1997, p.437-65.
- D'EMILIO, John. Capitalism and gay identity. SNITOW, Ann; STANSELL, Christine; THOMPSON, Sharon (eds.). *Powers of Desire: The Politics of Sexuality*. New York: Monthly Review, 1983a, p.100-113.
- _____. *Sexual Politics, Sexual Communities: The Making of a Homosexual Minority the United States, 1940-1970*. Chicago: University of Chicago, 1983b.
- D'EMILIO, John; FREEDMAN, Estelle. *Intimate Matters: A History of Sexuality America*. New York: Harper and Row, 1988.
- ETTELBRICK, Paula L. Legal marriage is not the answer. *Harvard Gay and Lesbian Review*, Fall, 1997, p.34-36.
- EVANS, David T. *Sexual Citizenship: The Material Construction of Sexualities*. New York: Routledge, 1993.
- FELDBLUM, Chai R. Keep the Sex in Same-Sex Marriage, *Harvard Gay and Lesbian Review*, Fall, 1997, p.23-25.
- FOUCAULT, Michel. *The History of Sexuality. v.I: An Introduction*. Trans. Robert Hurley. New York: Vintage, 1990.
- FRASER, Nancy. *Justice Interruptions: Critical Reflections on the "Postsocialist" Condition*. New York: Routledge, 1997.

- GLUCKMAN, Amy; REED, Betsy (eds.). *Homo Economics: Capitalism, Community, and Lesbian and Gay Life*. New York: Routledge, 1997.
- GODDEN, Richard. *Fictions of Capital: The American Novel from James to Mailer*. Cambridge: Cambridge University, 1990.
- HABERMAS, Jürgen. *The Theory of Communicative Action: Reason and the Rationalization of Society*. v.I. Trans. Thomas McCarthy. Boston: Beacon, 1984.
- HARVEY, David. *The Condition of Postmodernity*. Cambridge: Blackwell, 1989.
- HENNESSY, Rosemary. Queer theory, left politics. In: MAKDISI, Saree; CASARINO, Cesare; KARL, Rebecca E. (eds.). *Marxism beyond Marxism*. New York: Routledge, 1996, p.214-42.
- _____. Queer visibility in commodity culture. In: NICHOLSON, Linda; SEIDMAN, Steven. *Social Postmodernism: Be Identity Politics*. Cambridge: Cambridge University, 1995, p.142-83.
- HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. The culture industry: enlighte as mass deception. *Dialectic of Enlightenment*. Trans. John Cumming York: Continuum, 1993, p.120-67.
- KAPLAN, Morris. *Sexual Justice: Democratic Citizenship and the Politics of Desire*. New York: Routledge, 1997.
- KATZ, Jonathan Ned. *Gay American History: Lesbians and Gay Men in the U.S.A*. New York: Cromwell, 1976.
- _____. *The Invention of Heterosexuality*. New York: Dutton, 1995.
- KIMMEL, Michael. *Manhood in America: A Cultural History*. New York: Free, 1996.
- KUSHNER, Tony. A Socialism of the Skin. *Nation*, 4/7/1994, p.9-14.
- LEACH, William. *Land of Desire: Merchants, Power, and the Rise of a New American Culture*. New York: Vintage, 1993.
- LIPIETZ, Alain. *Mirages and Miracles: The Crises of Global Fordism*. Trans. David Macey. London: Verso, 1987.
- LUKACS, Georg. *History and Class Consciousness*. Trans. Rodney Livingstone. Cambridge: MIT, 1994 [1923].
- LYND, Robert S.; LYND, Helen Merrell. *Middletown*. New York: Harcourt, 1929.
- MARCUSE, Herbert. *One-Dimensional Man: Studies in the Ideology of Advanced Industrial Society*. Boston: Beacon, 1964.
- MILLER, Daniel. *Material Culture and Mass Consumption*. Oxford: Blackwell, 1987.
- MORTON, Donald. Birth of the cyberqueer. *PMLA* 110, 1995, p.369-81.
- _____. The politics of queer theory in the (post)modern moment. *Genders* 17, 1993, p.121-50.
- _____. (ed.). *The Material Queer*. Boulder: Westview Press, 1996.
- MOUFFE, Chantal. Hegemony and new political subjects: toward a new concept of democracy. In: NELSON, Cary; GROSSBERG, Lawrence (eds.). *Marxism and the Interpretation of Culture*. Chicago: University of Illinois, 1988, p.89-101.
- O'CONNOR, James. *Accumulation Crisis*. New York: Blackwell, 1984.
- PATTON, Cindy. Queer space/god's space: counting down to the apocalypse. *Rethinking Marxism* 9.2, 1996/97, p.1-23.

- PATTON, Cindy. Refiguring social space. In: NICHOLSON, Linda; SEIDMAN, Steven (eds.). *Social Postmodernism: Beyond Identity Politics*. Cambridge: Cambridge University, 1995, p.216-49.
- _____. Tremble, hetero swine! In: WARNER, Michael (ed.). *Fear of a Queer Planet: Queer Politics and Social Theory*. Minneapolis: University of Minnesota, 1993, p.143-77.
- ROTUNDO, E. Anthony. *American Manhood: Transformations in Masculinity from the Revolution to the Modern Era*. New York: Basic, 1993.
- SEDGWICK, Eve Kosofsky. *Epistemology of the Closet*. Berkeley: University of California, 1990.
- SMITH-ROSENBERG, Carroll. The New Woman as Androgyne: Social Disorder Gender Crisis, 1870-1936. *Disorderly Conduct: Visions of Gender in Vict America*. New York: Oxford University, 1985a, p.245-96.
- _____. Puberty to menopause: the cycle of femininity in nineteenth-century in America. In: *Disorderly Conduct: Visions of Gender in Victorian America*. New York: Oxford University, 1985b, p.182-96.
- SULLIVAN, Andrew. *Virtually Normal: An Argument about Homosexuality*. New York Knopf, 1995.
- _____. We're talking about the right to choose. *Harvard Gay and Lesbian Review*, Fall, 1997, p.25-28.
- TICHI, Cecelia. *Shifting Gears: Technology, Literature, Culture in Modernist America*. Chapel Hill: University of North Carolina, 1987.
- TREBAY, Guy. Marky's Mark. *Village Voice*, 29/12/1992, p.18.
- VAID, Urvashi. *Virtual Equality: The Mainstreaming of Gay Liberation*. New York: Anchor, 1995.
- WARNER, Michael (ed.). Introduction. *Fear of a Queer Planet: Queer Politics and Social Theory*. Minneapolis: University of Minnesota, 1993, p.vii-xxxi.
- WEDGWOOD, Ralph. What are we fighting for?, *Harvard Gay and Lesbian Review*, Fall, 1997, p.32-3.
- WHITE, Kevin. *The First Sexual Revolution: The Emergence of Male Heterosexuality in Modern America*. New York: New York University, 1993.
- YOUNG, Iris Marion. *Justice and the Politics of Difference*. Princeton: Princeton University, 1990.

Resumo

O artigo situa as tensões teóricas e metodológicas das perspectivas *queer* e marxista no contexto do desenvolvimento recente do capitalismo dos EUA. O desenvolvimento material e ideológico das formas taylorista e fordista (desenvolvimento de tecnologias de produção e estímulo ao consumo de massa) tem relação direta com a reificação do erótico, pois a indução ao consumo teria levado a uma autonomização sem precedentes do desejo sexual. A base material de produção capitalista é responsável por dissociar sexualidade e gênero e abre caminho para a reificação do erótico pela classe, sobredeterminando políticas

anti-heterossexistas. No entanto, há uma dialética histórica mutuamente produtiva e constitutiva da mercadorização do desejo e de sua politização. A reificação é, também, uma inflexão produtiva, que deve ser pensada de maneira mais dialética e menos funcionalista. Nesse sentido, o artigo propõe que a cultura do consumo pode ser lida como um ponto necessário e contínuo da história moderna e da luta anti-heterossexista.

Palavras-chave: *queer*; estudos culturais; reificação do erótico.

Abstract

The article situates the theoretical and methodological tensions of the Queer and Marxist perspectives in the context of the recent developments of US capitalism. The material and ideological development of the taylorist and fordist organizational forms of development of technologies of production and stimulation of mass consumption are directly related to the reification of the erotic, since the induction to consumption would have led to an unprecedented autonomy of sexual desire. The material basis of capitalist production is responsible for dissociating sexuality and gender and opens the way for the reification of the erotic by class, overcoming anti-heterosexist policies. However, there is a historical dialectic that is mutually productive and constitutive of the commodification of desire and its politicization. Reification is also a productive inflection, which must be thought in a more dialectical and less functionalist way. In this sense, the article proposes that consumer culture can be read as a necessary and continuous reference of modern history and anti-heterosexist struggle.

Keywords: *queer*; cultural studies; reification of the erotic.

CONSULTE A BIBLIOTECA VIRTUAL DA *CRÍTICA MARXISTA*

<http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista>

CRÍTICA marxista

Corrupção como ideologia
Armando Boito Jr.

Corrupção e capitalismo
Peter Bratsis

Abstrações, ideologia e ciência
João Quartim de Moraes

Sujeito e objetivação em Lukács
Wolfgang Fritz Haugh

Capital, Estado e sistema mundial
Jaime Osorio

Pour Marx e Lire le Capital
Luiz Eduardo Motta

44

Anticapitalismo *queer*: o que restou da libertação lésbica e gay?*

ALAN SEARS**

Os trinta anos desde o desenvolvimento dos movimentos gays e lésbicos contemporâneos viram conquistas muito significativas. Em muitos dos países capitalistas mais desenvolvidos, homossexuais estão a caminho de conquistar plenos direitos civis, incluindo uma legislação de combate à discriminação, o reconhecimento de relacionamentos homoafetivos,¹ o casamento legal e uma visibilidade cultural sem precedentes. Os Estados Unidos são uma exceção parcial a essa regra, ficando atrás do Canadá e de muitos países europeus no reconhecimento de direitos da população homossexual.

Esses movimentos em direção à cidadania plena de lésbicas e gays implicam importantes mudanças no terreno das políticas sexuais. A experiência de aceitação da própria sexualidade lésbica ou gay tem assumido um caráter politizador para muitas pessoas desde a década de 1960, quando um movimento ascendente confrontou padrões profundamente enraizados de opressão política, jurídica, religiosa e cultural. Isso agora está mudando, à medida que um novo enquadramento de direitos civis atende aos objetivos políticos de muitos gays e lésbicas.

* Artigo originalmente publicado em *Science & Society*, v.69, n.1, Marxist-Feminist Thought Today (jan. 2005), p.92-112. Agradecemos a David Laibman, Editor da *Science & Society*, Guilford Press, pela autorização da publicação da tradução neste dossiê. Tradução de Olívia Cappi. E-mail: ly.cappi@gmail.com com, revisão técnica de Laura Luedy e Bárbara Castro.

** Alan Sears é professor do Departamento de Sociologia da Ryerson University (Toronto, Canadá). Email: asears@ryerson.ca

1 No original, *same-sex*. Optamos por traduzir *same-sex*, *same-sex desire* e *same-sex marriage* para homoafetivo, desejo homoafetivo e casamento homoafetivo ao longo deste artigo. (N.R.T.)

Observamos agora uma significativa despolitização do *milieu* homossexual. No entanto, ainda estamos muito longe de alcançar os ambiciosos objetivos de total emancipação sexual definidos pelo movimento radical surgido após os motins de Stonewall, em 1969. Essa desmobilização é particularmente importante diante de um movimento anticapitalista emergente em favor de justiça global e contra a pobreza que, ao longo dos últimos anos, parece estar abrindo novos espaços para uma política de transformação radical. É importante considerar os tipos de política de libertação sexual apropriados para esse movimento emergente.

Essa desmobilização acaba por deixar muitos *queers* desamparados. A consolidação dos direitos de lésbicas e gays tendeu a beneficiar alguns mais do que outros. Os grandes beneficiários foram aqueles em relações monogâmicas estáveis, com bons empregos e boa renda, frequentemente brancos e, especialmente, homens. Ao mesmo tempo, *queer people of color*,² jovens em situação de rua, gente de renda limitada, mulheres, deficientes e transgêneros foram menos beneficiados ou, em algumas situações, chegaram a perder espaço. O reconhecimento legal dos relacionamentos homoafetivos, por exemplo, significa que os beneficiários de assistência social agora têm sua elegibilidade atrelada à renda do parceiro. Os jovens em situação de rua agora são expulsos de áreas *queer* por policiais atuando em nome de residentes homossexuais que pretendem viver em bairros confortáveis de classe média. Pessoas com maior poder aquisitivo (mais homens do que mulheres) têm acesso privilegiado a espaços comercializados e estilos de vida voltados para o consumo que definem as “comunidades *queer*” visíveis. Lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros *of color* são frequentemente afetados por uma invisibilidade dupla, obscurecida pelo racismo existente nas comunidades *queer*, além de serem marginalizados pela estigmatização de suas identidades e práticas homossexuais dentro de suas comunidades culturais.³

Meu objetivo aqui é contribuir para o desenvolvimento de um feminismo marxista e *queer* que ofereça ferramentas importantes para a remobilização das políticas de libertação sexual. Esse é um desafio para as perspectivas da teoria *queer*, influenciadas pelo pós-estruturalismo e pelos trabalhos de Michel Foucault, que tendem a dominar as análises contemporâneas das políticas lésbicas, gays, transgêneros e bissexuais. Essas análises da teoria *queer* trouxeram à tona os modos contraditórios como a política lésbica e gay se enredou em relações dominantes, mostrando como as conquistas de direitos civis e de visibilidade cultural podem situar *queers* em camadas mais profundas dos sistemas de poder.⁴ Não tenho o

2 Optamos por manter a expressão do texto original *people of color*, utilizada no contexto norte-americano em referência a diversos grupos racializados. Destaca-se que o autor distingue “*people of color*” de “*racialization*”. (N. T.)

3 Para um importante debate sobre essa dupla invisibilidade, veja Crichlow (2001).

4 Veja, por exemplo, Diana Fuss (1991), que joga com as ideias de “dentro” e “fora” da construção cultural de heterossexualidades e homossexualidades. Ela reflete sobre como estar “fora” (do armário), para gays e lésbicas, significa estar “dentro” – ser visível, e não mais marginalizado.

objetivo de fazer aqui uma crítica detalha à teoria *queer*, já que posso contar com as importantes contribuições de Floyd (1998), Hennessy (2000) e McNally (2000). O que pretendo fazer é contribuir para o desenvolvimento de um feminismo marxista e *queer* que volte nossa atenção às muitas dimensões da existência lésbica, gay, bissexual e transgênera que foram até então negligenciadas pela teoria *queer*, incluindo as relações de classe e as divisões de trabalho, a dinâmica de regulamentação estatal, o impacto específico da reestruturação capitalista e a lógica cultural dos processos de mercantilização.

Faço referência específica ao feminismo marxista e *queer* para argumentar que o marxismo feminista, tal como surgiu na década de 1960, é uma ferramenta necessária, mas não suficiente para a análise das políticas lésbica, gay, bissexual e transgênera contemporâneas. O traço característico das teorias marxistas-feministas é a insistência em que as dinâmicas de classe, gênero, raça e sexualidade são intrinsecamente relacionadas, mas não redutíveis umas às outras.⁵ A análise histórico-materialista da reprodução capitalista deve examinar como diferentes dimensões de desigualdade estruturada estão presentes umas nas outras (veja Bannerji, 1995). Uma compreensão adequada da formação de classe deve, portanto, ser baseada em uma rica análise das formas nas quais as relações de classe recebem gêneros, raças e sexos, assim como um exame das sexualidades deve atentar aos modos em que as relações sexuais e íntimas são definidas em termos de classe, gênero e raça.

Portanto, o feminismo marxista rejeita tanto as teorias de sistemas duais (ou múltiplos) que compreendem classe, gênero, raça/etnicidade e sexualidade como esferas distintas que se cruzam, de um lado; e, de outro, o marxismo reducionista que busca capturar toda a realidade social por meio da lente restrita da exploração de classes, como acontece nos trabalhos marxistas clássicos.⁶ O marxismo feminista ampliou os parâmetros da análise marxista ao repensar seriamente à luz do desafio posto por um movimento social emergente (nesse caso, a “segunda onda” do feminismo).⁷ As feministas marxistas nem rejeitam as premissas do marxismo, nem tampouco defendem que todas as questões importantes já foram respondidas pela sua vertente considerada “clássica”.

Talvez a maior contribuição pontual do feminismo marxista tenha sido o desenvolvimento de uma rica concepção de reprodução social, que atrela trabalho pago e não pago, Estado e sociedade civil, casa e local de trabalho em um único processo definido por relações fundamentais de desigualdade (classe, gênero, raça/etnicidade e sexualidade; veja Ferguson, 1999). A análise totalizante da reprodução social é uma ferramenta crucial para o desenvolvimento de uma política sexual emancipatória que nos ajude a compreender como os regimes de regulamentação

5 Essa é minha forma de expressar a ideia de “teoria unitária”, como visto em Vogel (1983).

6 Essa breve discussão é baseada na minha leitura de contribuições divergentes às teorias feministas marxistas desenvolvidas por Himani Bannerji (1995), Stephanie Coontz (1988) e Lise Vogel (1983).

7 Esse processo é descrito de maneira autobiográfica e histórica na introdução a Vogel (1995).

sexual mobilizam ou suprimem formas de sexualidade em momentos históricos particulares, no contexto de mudanças nas relações de produção e reprodução.

Um feminismo marxista e *queer* trabalha esse conceito de reprodução social relacionando-o à política “autóctone” de emancipação sexual desenvolvida no movimento de libertação lésbica e gay. Acredito que ele seja capaz de contribuir para o renascimento de alguns dos aspectos mais emancipatórios do movimento de libertação homossexual, explicando como os limites e as contradições presentes nas conquistas alcançadas desde 1969 estão atrelados a uma dinâmica específica de reprodução capitalista definida por raça, gênero e sexo. Isso não é um distanciamento do feminismo marxista, mas uma expansão dele em vista da política de libertação *queer*.

Na primeira parte deste artigo, eu mapeio rapidamente a política surgida com o movimento de libertação lésbica e gay. Acredito que o diálogo crítico com essas políticas “autóctones” seja crucial para a análise do feminismo marxista e *queer*. Na segunda parte, desenvolvo uma análise feminista, marxista e *queer* que evidencia e explica a política sexual predominante atualmente. Pretendo demonstrar que esse tipo de análise fornece dados sobre aspectos da existência *queer* que não são examinados pelas teorias *queer* pós-modernas nem pelas abordagens liberais que tendem a dominar o trabalho teórico nessa área.

Devo salientar desde o início que este estudo é parcial. Seu foco reside principalmente nas condições de lésbicas e gays nos países capitalistas mais desenvolvidos. Ele não examina as diversas lutas em torno das políticas, práticas homossexuais e/ou identidades sexuais que se desenvolveram no terceiro mundo ou no antigo bloco soviético.⁸

A política de libertação lésbica e gay

O movimento pela libertação homossexual acabou por desenvolver um ambicioso projeto de emancipação sexual. Uma análise marxista feminista da libertação sexual precisa resgatar aspectos desse projeto. O movimento surgiu de um protesto em resposta a uma batida de rotina da polícia no bar Stonewall Inn, em Nova York, em 1969. Nascido de um motim, ele marcou um agudo distanciamento com relação às formas anteriores de organização homossexual: enfatizava a visibilidade (centrada na importância de “sair do armário”), a militância (mobilização para confronto do poder) e o fim da regulamentação sexual e do monopólio do sistema familiar compulsório (através do qual o Estado passava a ser o único determinante do que são relacionamentos aceitáveis). Em contraste, os movimentos mais moderados e voltados a reformas (pré e pós-Stonewall) enfatizam a respeitabilidade, o ingresso em instituições de poder estabelecidas e a assimilação em uma concepção estendida de família (veja Sears, 2000, p.23).

8 Peter Drucker (2000) apresenta uma poderosa perspectiva global, que desafia a estreiteza de grande parte das análises da existência homossexual.

Em seu início, o movimento de libertação gay pós-Stonewall desenvolveu uma política devassa⁹ intensamente erotizada. A política sexual e libertária gay surgida do movimento representou um tipo de utopismo sexual, que via o erótico como espaço de libertação.¹⁰ Essas políticas eram utópicas porque localizavam os espaços da prática sexual como lugares de liberdade, nos quais as relações opressivas do mundo cotidiano, e principalmente do mundo cotidiano diurno, eram superadas.¹¹ O movimento de libertação gay combinava as demandas por direito à privacidade, expulsando o Estado de nossos quartos e de nossas vidas sexuais, com as demandas pelo direito de levar o sexo para fora das quatro paredes em direção a espaços definidos como públicos e, por conseguinte, assexuais. Resumindo: a política devassa pretendia tirar a sexualidade em si do armário.

Em sentido amplo, essa política foi revolucionária (ver Teal, 1995, p.156). A libertação gay surgiu no contexto da nova esquerda das décadas de 1960 e 1970, que tendia a rejeitar mudanças conduzidas por meio de instituições estabelecidas. O utopismo sexual do movimento identificava o sexual como um elemento crucial para a transformação da sociedade, fornecendo tanto uma visão pré-figurativa de um mundo melhor quanto um espaço de luta contra a coerção. A política de libertação gay frequentemente insistia, pelo menos de alguma forma rudimentar, que a liberdade sexual exigia uma transformação social mais ampla para eliminar o sistema de gênero e outras formas de desigualdade (Seidman, 1993, p.113-16).

Essa política devassa foi crucial para o ativismo do movimento contra o policiamento sexual, tal como a mobilização que levou milhares de pessoas às ruas de Toronto contra a prisão em massa realizada durante uma batida policial em saunas gays da cidade em 1981. Ela também forneceu uma base política crucial para o ativismo de AIDS,¹² insistindo no papel da liberdade sexual como pré-condição para segurança ante as medidas de policiamento homofóbicas e antissexuais determinadas pelo Estado e pelos órgãos de saúde pública. Ativistas de AIDS, informados pela libertação gay, deram foco ao desenvolvimento de práticas sexuais mais seguras promovendo a agência sexual pela garantia de maior acesso a informações e recursos, enquanto, em contraste, o estado pretendia reduzir a agência sexual, impondo regulamentações externas e coercitivas.

9 No original, *bawdy politics*, que poderia ser traduzida alternativamente como política do obsceno ou política vulgar, mas levaria à perda do sentido casual e o tom de humor que a *bawdy* expressa. (N.R.T.)

10 Veja os romances de John Rechy (por exemplo, Rechy, 1975) para obter uma visão desse utopismo sexual, explorando o prazer e o perigo do subterrâneo do sexo. Meu primeiro contato com essas políticas foi através do jornal *Body Politics*. Veja Jackson e Persky, 1982, para conferir uma coleção de artigos da *Body Politics*.

11 Baseei minha ideia de culturas diurnas e noturnas em Bryan Palmer, 2000.

12 No original, *AIDS activism*, que optamos por traduzir por "ativismo de AIDS" porque não se trata de uma luta simplesmente pautada no combate à AIDS, já que há frentes de trabalho que lutam pela manutenção do bem estar, pelos direitos civis e pela visibilidade dos/as soropositivos/as. Também não se trata de uma luta encampada apenas por soropositivos/as como poderia ficar implícito na expressão "ativismo soropositivo". (N.R.T.)

Há muito a se celebrar a respeito dessa política devassa da libertação gay e há também aspectos a se resgatar. Ao mesmo tempo, ela era permeada por um problema temível, que acabou por gerar um completo impasse. A política de libertação gay era tão aficionada pela libertação erótica que acabou por ignorar as relações de poder inerentes à sexualidade e ao gênero. Primeiramente, isso significou excluir amplamente as mulheres, que sabiam por experiência própria, graças à política emergente do feminismo da “segunda onda”, que a prática da sexualidade estava saturada de relações de poder. Essa política era também cega para as relações de poder entre homens, enraizadas em relações sociais mais amplas de classe, raça e etnia, normas de gênero, desejo e idade.

O feminismo lésbico se desenvolveu como ponto político geral de referência entre as lésbicas radicalizantes, em lugar da libertação gay. Ele devotava grande atenção às maneiras pelas quais o poder patriarcal e outras formas de desigualdade conformavam o âmbito da sexualidade. A abordagem de Adrienne Rich (1980) sobre as relações da heterossexualidade compulsória é talvez a principal declaração da política feminista lésbica. Ela argumentava que a teoria feminista deveria ser baseada na compreensão da “imposição da heterossexualidade às mulheres como forma de garantir o direito masculino ao acesso físico, político, econômico e emocional” (Rich, 1980, p.647).

Assim, a prática da intimidade entre mulheres tinha um “conteúdo político”, já que era construída sobre a rejeição à heterossexualidade compulsória (Ibid., p.659). O feminismo lésbico possuía seu próprio utopismo, fundamentado pela prática da liberdade em espaços reservados para mulheres. O Michigan Womyn’s Music Festival, as danças *womyn* e eventos similares criaram espaços nos quais as mulheres tinham liberdade para inventar novas formas de expressão fora do alcance da dominação masculina e da heterossexualidade compulsória.

Em contraste com a política sexual de “vale tudo” da libertação gay, o feminismo lésbico era altamente sensível à conexão entre práticas sexuais e desigualdade social. Mesmo entre mulheres, práticas como o sadomasoquismo, fundamentadas na relação de domínio e subordinação, eram compreendidas como uma extensão das relações patriarcais. Sally Roesch Wagner escreveu: “Mas tendo desenvolvido comportamentos e atitudes sexuais a partir da ideologia patriarcal, grupos de homossexuais e lésbicas que praticam o sadomasoquismo estão conformando agora sua expressão sexual a esse desequilíbrio de poder heterossexual e patriarcal” (Wagner, 1982, p.37). De fato, as feministas lésbicas focavam tão intensamente nas relações de poder dentro da sexualidade e tendiam a compreendê-las de forma tão reducionista (ignorando, por exemplo, o complexo papel dos jogos e da fantasia no prazer sexual), que frequentemente acabavam por minimizar a política do prazer em suas próprias teorias e práticas.¹³ Ao mesmo tempo, o movimento se baseava

13 Com base nas críticas às políticas sexuais de lésbicas e feministas radicais em Segal, 1994; Valverde, 1985; e Wilson, 1993b.

em uma importante corrente política de emancipação do corpo que emergiu do movimento pela saúde feminina (exemplificado no livro *Our Bodies, Our Selves*).¹⁴

Assim, estava montado o cenário para confrontos um tanto amargos entre as políticas de libertação gay e do feminismo lésbico, rastreados, por exemplo, por Ross (1993). Elas representavam visões muito diferentes de libertação, cada qual ancorada em suas próprias concepções de sexo e intimidade, em seus próprios espaços utópicos e em seu próprio reducionismo: enquanto os libertários gays tendiam a reduzir sexualidade a liberdade, as feministas lésbicas tendiam a reduzi-la a poder.

A primeira geração da política libertária surgida após Stonewall encontrou problemas para superar o impasse entre uma política sexual libertária associada primariamente a homens gays e a uma política lésbica feminista. Ao curso dos anos 1980, uma corrente de análise socialista feminista, fortemente influenciada pelas experiências da libertação lésbica e gay, começou a desenvolver sua própria abordagem da política sexual que encontrou espaço de expressão na revista *Rites* e em uma variedade de livros e artigos importantes publicados na época (entre os quais Burstyn, 1985; Kinsman, 1987; Valverde, 1985; e Vance, 1984). A corrente do feminismo socialista pretendia reconciliar o modo como o liberacionismo sexual abordava as regulamentações sexuais e do Estado com uma compreensão sensível dos modos como as práticas sexuais estavam mergulhadas nas relações de poder e desigualdade. Infelizmente, a emergência dessa política sexual coincidiu com a dramática marginalização do pensamento marxista e do socialismo organizado. Embora trabalhos importantes continuem sendo desenvolvidos dentro dessa tradição, a corrente socialista interna à organização *queer* tendeu a ser minoritária ao longo dos últimos 15 anos.

Devido à marginalização do pensamento marxista e do socialismo organizado na década de 1980, o ressurgimento de um movimento *queer* mais militante no final da década foi compreendido em grande medida em termos das teorias *queer* pós-modernas. O final dos anos 1970 e o início dos anos 1980 foram marcados pela guinada do movimento homossexual em direção a uma política mais moderada, focada em reformas. Essa versão foi questionada no final dos anos 1980, quando uma minoria radical ligada ao ativismo de AIDS fundou o ACT UP (originalmente em Nova York e, depois, em outras cidades) e o AIDS Action Now! (em Toronto), entre outras organizações. O movimento *queer* radical nasceu do ativismo de AIDS, com a formação (não filiada) das organizações *queer* Nation e movimentos similares em diversos locais.

Portanto, o período representa um divisor de águas na política dos movimentos lésbico, gay e *queer*. A teoria *queer* pós-moderna alega ser a única expressão teórica da política radical que então reemergiu. As novas políticas *queer* que

14 Foi Charlene Seen quem me lembrou dessa dimensão das políticas corporais lésbicas e do feminismo radical, desafiando-me em meu próprio reducionismo.

emergiram no início dos anos 1990 apresentaram três dimensões distintas, conectadas de muitas maneiras, mas não passíveis de serem reduzidas umas às outras: movimentos *queer*, identidades *queer* e teoria *queer*.

O desenvolvimento da “*queer Nation*” e outras organizações similares no início dos anos 1990 representou um distanciamento significativo das estratégias reformistas e moderadas que dominaram as políticas lésbica e gay da década anterior. Esse distanciamento radical foi frequentemente expressado em termos de uma perspectiva antiassimilacionista, rejeitando a ideia de uma luta moderada por direitos civis que exigisse nosso lugar “de direito” em um mundo heterossexual e estático (Kinsman, 1996, p.299-300).

O slogan da *queer Nation*, por exemplo, “*bash back*” (“rebata”), convocava uma resposta militante e ativa por seus próprios meios contra a violência anti *queer*, em vez de recorrer à polícia ou contar com as autoridades para garantir a própria segurança (Berlant; Freemant, 1993, p.206-7). De várias maneiras, os novos movimentos *queer* representaram o renascimento de um liberacionismo gay centrado na militância, na visibilidade e na abolição do sistema familiar compulsório. Esses movimentos tenderam a ter organizações que duraram pouco, mas deixaram um legado importante.

Ao mesmo tempo, observou-se no período a suplantação de identidades lésbicas e gays mais antigas por novas identidades *queer* em algumas camadas da população. Watney (1993, p.123) formulou esse raciocínio em termos explicitamente geracionais: “Há certamente provas abundantes de que os modelos de identidade lésbica e gay estabelecidos no início da década de 1970 estão se mostrando inadequados para um número crescente de pessoas que os herdaram nos anos 1990 [...]”. Alguns ativistas mais jovens enxergavam essas identidades antigas como camisas de força que inseriam alguns *queer* como “outros” toleráveis nas relações sociais existentes de gênero e sexualidade, mas marginalizavam outros, entre os quais os bissexuais e transgêneros (Gamson, 1996, p.401-6). A identidade *queer* questiona algumas restrições das identidades “lésbica” e “gay”, apesar de, ao mesmo tempo, sacrificar a especificidade e arriscar-se a reproduzir a invisibilidade gay e, particularmente, a invisibilidade lésbica (veja Grosz, 1995, p.249, n.1).

A teoria *queer* surgiu mais ou menos na mesma época que os movimentos e identidades *queer* discutidos acima. Talvez a premissa central dessa vertente seja expressada por Sedgwick:

A compreensão de praticamente qualquer aspecto da cultura ocidental moderna deve ser não somente incompleta, como também comprometida, em função da medida em que não incorpora uma análise crítica da definição moderna de homossexualidade e heterossexualidade. (Sedgwick, 1991, p.1)

Vista desse modo, a teoria *queer* não é uma política sexual, mas sim um relato da cultura contemporânea que tem a sexualidade como ponto inicial. Assim

como o marxismo ou o feminismo, ela não é um corpo teórico único, mas uma variedade de posições contestadas que tomam por referência vertentes da teoria foucaultiana, pós-estruturalista e pós-moderna. Essas vertentes tendem a compartilhar raízes em uma abordagem de novos movimentos sociais que rejeita abertamente o marxismo (Seidman, 1993, p.108). Stein e Plummer questionaram a ideia de que a teoria *queer* emergiu diretamente como expressão teórica do novo movimento *queer*:

A teoria *queer*, um movimento acadêmico – de fato, um movimento acadêmico elitizado, centrado, ao menos inicialmente, nas mais prestigiadas instituições estadunidenses –, está indiretamente relacionada à emergência de uma política *queer* cada vez mais visível, uma forma confrontadora de ativismo de base corporificada pelo movimento ACT UP, pela *queer* Nation e por outros grupos de ação direta ao longo da última década. (Stein; Plummer, 1996, p.132-33)

Rumo a um feminismo marxista e *queer*

Nos parágrafos acima, tracei uma relação histórica entre o surgimento dos movimentos de libertação lésbica e gay e o desenvolvimento de certas abordagens teóricas da política sexual. Ao final dessa história, restam-nos a teoria *queer* pós-moderna e diversas abordagens liberais como ferramentas dominantes para a análise dessas lutas. Entretanto, essas abordagens não explicam o fenômeno representado pelas importantes conquistas gays e lésbicas dos últimos vinte anos, durante um período em que o centro de gravidade político pendeu substancialmente para a direita. Como notou Elizabeth Wilson, o movimento *queer* “conseguiu avançar no momento em que tudo ao redor retrocedia” (Wilson, 1993a, p.115). No que segue, argumento agora que um feminismo marxista e *queer* nos ajuda a entender como as conquistas alcançadas pelos *queer* são resultado tanto de uma mobilização bem-sucedida quanto da reestruturação do capitalismo.

Mobilização. A mobilização militante e desafiadora tem sido recurso recorrente da política *queer* desde o nascimento do movimento atual, logo após os protestos de Stonewall. Esse padrão de militância é fundamentado por quatro fatores. Primeiramente, uma resposta militante e ativista à AIDS que foi impulsionada pela morte e pelo sofrimento nas nossas comunidades e pelas ações das autoridades, que foram de inúteis a obstrucionistas. O cálculo do movimento era claro: silêncio = morte; ação = vida. Em segundo lugar, a falta de acesso de homossexuais à cidadania plena fomentou a desconfiança nas instituições oficiais, particularmente na polícia, que não conseguia efetivamente alegar neutralidade quando atuava claramente na linha de frente da regulamentação sexual coercitiva. Em terceiro lugar, a influência do feminismo lésbico e da política de libertação gay significou que muitos de nós saímos do armário adotando uma identidade politizada, baseada em uma comunidade ativista que incluía publicações, espaços e redes pessoais

informais. Para boa parte da comunidade, tornar-se gay ou lésbica não representava apenas uma escolha pessoal: era também um compromisso político. Ainda nos resta discutir se nossas identidades *queer* vêm perdendo seu caráter politizador na medida em que caminhamos em direção à cidadania plena. Por último, os movimentos *queer* foram alimentados por uma energia transgressora e jovem, que sustentou seus ativistas de formas específicas (veja Wilson, 1993a, p.115-16).

A mobilização era necessária, mas não suficiente para explicar as conquistas *queer*. Outros se mobilizaram no mesmo período sem atingir o mesmo sucesso. Os movimentos antirracistas, por exemplo, lutaram muito e, apesar de importantes vitórias na abertura de certos espaços, a tendência geral nesse período de guinada à direita levou à repressão racial aos *people of color*. Acredito que algumas das diferenças podem ser explicadas pelo caráter dos espaços que foram abertos ou fechados durante o processo de reestruturação capitalista ocorrido em meados da década de 1970. Um relato feminista marxista e *queer* desse processo oferece informações singulares sobre o momento atual da política sexual.

Novos espaços e reestruturação do capitalismo

Os países capitalistas mais desenvolvidos passaram por grandes mudanças em termos de políticas sociais nos últimos trinta anos. Programas sociais do estado de bem-estar social ampliado foram cortados, ao mesmo tempo que se observou um aumento do policiamento coercitivo. O Estado de bem-estar social ampliado foi um modo particular de regulamentação moral, que buscava conformar as práticas reprodutivas da população por meio de benefícios e programas que ofereciam uma sensação de segurança e pertencimento a alguns setores da classe operária. Corrigan e Sayer argumentam que os Estados “definem, em grande detalhe, as formas e imagens aceitáveis para a atividade social e para a identidade social e coletiva” (Corrigan; Sayer, 1985, p.3). O objetivo do Estado de bem-estar social ampliado era reproduzir a forma da família heterossexual com base em uma divisão do trabalho definida por gênero e raça (Wilson, 1977; Ursel, 1989).

A mudança do Estado de bem-estar social ampliado para as novas formas de política social produziu uma limitada desregulamentação moral. O Estado abriu mão de algumas das ferramentas antes utilizadas para tentar conformar a moralidade da população. Ao longo de grande parte do século XX, a política social buscou inculcar valores de prudência e temperança aos integrantes da classe operária. No entanto, esses valores podem ser um impedimento ao consumismo e ao hedonismo de mercado dessa classe. A mudança em direção ao mercado causou diversas formas de desregulamentação, da legalização de jogos de azar à redução da censura. Nearly e Taylor (1998) defendem que a legalização desses jogos condiz com a formação de um novo tipo de cidadania, orientado para o risco, em contraposição à segurança fundamentada na seguridade social. Portanto, o reconhecimento de certos direitos homossexuais, nessa situação de desregulamentação moral, ocorre

em considerável paralelo à legalização dos jogos de azar em cassinos e loterias e da desregulamentação do transporte viário. O Estado se retirou de algumas áreas de controle regulatório e as entregou ao mercado amoral.

Ao mesmo tempo surgiram novos modos de policiamento coercitivo, como controles migratórios mais rígidos, testes de toxicologia para funcionários, policiamento “direcionado” em centros urbanos e o abuso regulatório de indivíduos atendidos pelos programas de assistência social. Parenti (1999) descreve o fenômeno sugestivamente como o “fechamento dos Estados Unidos”. A associação ideológica dos mercados com a liberdade de escolha depende do esquecimento da supressão histórica e contemporânea que é necessária para transformar as pessoas em vendedoras de sua força de trabalho e compradoras de mercadorias e serviços (veja McNally, 1993; Thompson, 1993). A orientação mais intensificada ao mercado, associada com a reestruturação contemporânea do capitalismo e com o desenvolvimento do Estado neoliberal exige que novos mecanismos de coerção suprimam as alternativas e estabeleçam normas para as identidades mercantilizadas.

Os *queers* são vítimas de diversos aspectos dessa aguda guinada coercitiva. Novas modalidades de policiamento sexual surgiram em decorrência da intensificação da vigilância em espaços “públicos”, incluindo ações de combate ao sexo em parques, banheiros e “salas de fundo” em bares (veja Kinsman, 1996, p.361). As comunidades de jovens em situação de rua, em que é muito alta a porcentagem de jovens *queers*, passaram a sofrer novos tipos de assédio, assim como vem a ser o caso de profissionais do sexo. A polícia ampliou a vigilância sobre as “salas de fundo” em bares de homens de Toronto e saunas lésbicas sofreram batidas policiais. Ao mesmo tempo, a ascensão de políticas de assistência social abertamente pró-casamento penalizava relacionamentos homoafetivos, mães e pais solteiros (principalmente mães).

Em resumo, as mudanças nas políticas públicas criaram, ao mesmo tempo, aberturas para direitos civis *queers* e novas formas de policiamento coercitivo contra essa população. O balanço final é dado pela intensificação das polarizações existentes dentro das comunidades *queers*. Direitos de gays e lésbicas fazem a diferença, particularmente para aqueles em relacionamentos monogâmicos reconhecidos, com empregos e renda estáveis, assumidos, que conseguem sustentar determinado “estilo de vida” e que o escolhem ou não são excluídos dele. Aqueles que não se assumem devido ao medo, a outros compromissos de vida ou às raízes culturais que excluem a possibilidade de uma vida gay ainda tendem a viver suas vidas sexuais com temor. De fato, quem está nessas situações tem maior vulnerabilidade às crescentes atividades coercitivas do Estado e à erosão dos programas sociais como um todo.

Essa desregulamentação moral limitada é apenas uma das dimensões de um processo mais amplo de mercantilização intensificada associada à reestruturação

contemporânea.¹⁵ A expansão das relações de mercado é outra; elas adentraram muito mais profundamente nosso cotidiano e as alternativas ao mercado (como os programas sociais) foram degradadas ou eliminadas. A vida lésbica e gay aberta prosperou primariamente em formas mercantilizadas: bares, restaurantes, lojas, cafés, propagandas, moda e cosméticos, celebrações comerciais do Dia do Orgulho Gay patrocinadas por corporações. O estágio inicial do movimento pós-Stonewall assistiu à criação de uma variedade de espaços não comerciais, como centros comunitários, publicações sem fins lucrativos (como a *Body Politics* e a *Gay Community News*), festas de comunidade e reuniões do grupo; mas foram perdendo força diante do desenvolvimento e fortalecimento do setor comercial gay e lésbico.¹⁶

A mercantilização intensificada contribuiu, então, para o desenvolvimento de espaços abertos à existência lésbica e gay. Assim, a investigação teórica dos processos de mercantilização é uma contribuição importante para a compreensão da vida desses grupos, na medida em que se desenvolveu como um estilo de vida alternativo dentro do capitalismo. Esse processo foi explorado nos trabalhos pioneiros de John D’Emilio (1992 [1983]) e, mais recentemente, de Danae Clark (1991), Kevin Floyd (1998) e Rosemary Hennessey (2000).

Michael Warner argumenta que a mercantilização da vida *queer* põe um problema à teorização marxista, pois sugere que os espaços abertos para a vida homossexual são produtos específicos do capitalismo altamente desenvolvido: “A cultura gay, em sua versão mais visível, não é nem um pouco alheia ao capitalismo avançado e às características veementemente repudiadas por muitos integrantes da esquerda” (Warner, 1993, p.xxxi, n.28). É de fato difícil para as abordagens marxistas compreenderem a contradição representada pela abertura de espaços para as culturas lésbica e gay durante a reestruturação capitalista.

Entretanto, isso não quer dizer que nosso sentimento anticapitalista deva ser neutralizado. De fato, o feminismo marxista e *queer* oferece ferramentas para compreendermos como a mercantilização da vida pública homossexual distorceu nossas comunidades. A natureza das relações de mercado determina que o acesso a produtos e serviços seja baseado não na necessidade ou no desejo, mas na capacidade de se pagar por eles. Uma comunidade estruturada ao redor de espaços públicos mercantilizados é economicamente excludente. Nem todo mundo tem dinheiro (ou o gosto característico à classe¹⁷) para se vestir, cortar o cabelo e

15 *Mercadoria* é uma coisa ou um serviço produzido para venda no mercado. *Mercantilização* é o processo pelo qual coisas e serviços se transformam em bens de mercado.

16 Esses espaços não comerciais representaram, em certa medida, uma alternativa aos bares pertencentes a heterossexuais que tendiam a ser gerenciados por máfias, como grande parte do submundo do capitalismo de mercado (representado, por exemplo, pelas drogas e jogos de azar). Por exemplo, um folheto de um “movimento da juventude homófila” produzido logo após Stonewall exigia o seguinte: “Tirem a máfia e a polícia dos bares gays” (Teal, 1995, p.8-9).

17 Baseio-me no argumento de Bourdieu de que o cultivo de gostos específicos é marca crucial de classe nas sociedades capitalistas (Bourdieu, 1984).

usar os acessórios esperados, ou para socializar nos lugares da moda. Mulheres têm menor probabilidade de acessar um circuito público comercial lésbico, pois a divisão do trabalho é permeada por um forte componente de gênero e tende a delegar a elas posições econômicas inferiores, bem como a responsabilidade por atividades “privadas” e domésticas. Por sua vez, é pouco provável que os homens de baixa renda consigam um lugar ao sol.

Amber Hollibaugh (2001) escreveu sobre a importância de questionar a crença de que “*queer* não pode ser pobre”: “O mito da nossa riqueza é tão enraizado que até mesmo outros gays parecem acreditar nele”. Uma sólida fonte para esse mito é o caráter excludente dos espaços gays e lésbicos. Os *queers* de baixa renda são invisíveis porque não conseguem circular no domínio mercantilizado da visibilidade lésbica/gay. Hollibaugh afirma, de fato, que os *queers* são, com frequência, particularmente vulneráveis à pobreza:

A pobreza e a completa destituição podem atingir qualquer um – e quanto mais *queer* você é, menos redes de seguranças existem para ajudar você a manter a estabilidade ou a sair do fundo do poço. Ser *queer* intensifica a pobreza e cria dificuldades para lidar com o sistema de serviço social.

Uma investigação do impacto das relações de mercado sobre o caráter das comunidades lésbicas e gays vai além da questão do acesso ao caráter dos negócios que organizam o espaço *queer*. Esses negócios (bares, cafés, lojas, restaurantes, indústrias da moda e da beleza) são eles mesmos locais de trabalho estratificados por classe. É necessário propor novas pesquisas sobre as relações sociais específicas da economia de serviço *queer*. É importante também notar que esses espaços são sustentados pelo trabalho de funcionários que podem estar dispostos a aceitar salários mais baixos em troca do relativo conforto de trabalhar em um ambiente *queer* (embora tal hipótese exija maiores investigações). Também é importante ouvir mais esses trabalhadores para compreender as recompensas e punições envolvidas nesses espaços que são espaços de trabalho (e o são certamente no caso daqueles configurados para homens gays) frequentemente estetizados e sexualizados.¹⁸

Para compreender o conceito de classe internalizado por essas comunidades, precisamos, é certo, ir além desses espaços específicos. A maior parte da classe trabalhadora que compõe as comunidades *queer* tem pouco acesso a eles. As classes profissionais, empresariais e gerenciais vêm atuando cada vez mais como porta-vozes das nossas “comunidades” (veja Kinsman, 1996, p.300). Talvez isso esteja mudando um pouco. Ao longo dos últimos anos, organizações *queers* dentro dos movimentos sindicais passaram a dar voz a ativistas homossexuais dentro

18 Baseio-me em ideias surgidas após a leitura de Hennessey (2000, p.211-12) e Hochschild (1983) sobre o papel específico da administração das emoções no trabalho social.

desses sindicatos e à classe trabalhadora dentro de nossas comunidades. Isso é importante, em parte porque o movimento de trabalhadores tem sido frequentemente um importante aliado para as lutas lésbicas e gays.¹⁹ Eu arriscaria dizer que os progressos do movimento *queer* por direitos civis no Canadá foram mais significativos que nos Estados Unidos, em parte, graças ao caráter mais militante do seu movimento de trabalhadores.²⁰ Muitas das principais conquistas (não discriminação com base em orientação sexual, benefícios plenos para parceiros domésticos homoafetivos) foram estabelecidas em acordos coletivos antes de serem universalizados na legislação provincial ou federal.²¹ Além disso, a proteção contratual conquistada pelos sindicatos forneceu base de segurança crucial para a existência homossexual romper as barreiras do confinamento noturno e penetrar na vida cotidiana (na qual os trabalhos doméstico e assalariado são centrais).

Claro que, para fazer justiça às questões relacionadas à classe e ao movimento *queer*, nós precisaríamos ir além do que posso explorar neste artigo. Seria útil examinar a relação entre a ascensão da normatividade de gênero nos movimentos lésbicos e gays pós-Stonewall e a divisão do trabalho definida por gênero dentro do capitalismo.²² Isso se faz particularmente importante na medida em que o *status* marginalizado das pessoas transgênero dentro das comunidades lésbicas e gays contemporâneas espelha sua posição em um mercado de trabalho altamente definido pelo gênero e normativo quanto ao gênero (veja Hirschman, 2000). É possível que nossa segurança nesses espaços de trabalho tenha sido conquistada ao custo do isolamento de transgêneros e de outros rebeldes a gêneros que não podem ou não querem se conformar a normas de gênero.

Uma análise teórica da mercantilização dos espaços homossexuais deve, pois, prestar atenção nos modos pelos quais a existência *queer* conforma e é conformada pelas relações de classe. A mercantilização também tem grande impacto sobre como o desejo é vivido na sociedade capitalista contemporânea. Toda a nossa experiência com nossos corpos, com o erotismo e com a intimidade é determinada pela penetração das relações de mercado em todos os espaços da vida social.

19 Veja as coleções editadas por Hunt (1999) e Krupat e McCreery (2001) para uma análise detalhada da organização de lésbicas, gays, transgêneros e bissexuais dentro dos sindicatos e o desenvolvimento de alianças entre trabalhadores e gays.

20 Há também outros fatores. Para uma análise interessante dessas questões, veja Adam, 1999.

21 O CUPW, sindicato dos trabalhadores dos correios, viu a proteção contra a discriminação com base em orientação sexual ser adicionada aos contratos em 1981, quando apenas Quebec havia incluído tal artigo no código de direitos humanos (veja Jackson e Persky, 1982). Os bibliotecários do CUPE foram pioneiros na conquista de benefícios para uniões homoafetivas em meados da década de 1980 (veja Kinsman, 1996, p.312). As uniões homoafetivas somente foram reconhecidas pela legislação no final dos anos 1990, quando já estavam presentes em acordos coletivos, principalmente no setor público.

22 Donna Cartwright (2000) faz uma importante análise sobre a crescente normatividade de gênero dentro dos movimentos lésbicos e gays desde Stonewall.

Ao analisar o fetiche da mercadoria, Marx argumentava que os produtos assumiam propriedades aparentemente mágicas no mercado devido ao obscurecimento de suas origens no trabalho humano ativo. Nas relações sociais capitalistas, as realizações dos trabalhadores são separadas deles e parecem se tornar propriedade de seus produtos. Esse é um processo de abstração, no qual os trabalhos concretos realizados pelos próprios corpos vivos dos trabalhadores são transformados em quantidades de valor cristalizadas em mercadorias. Esse processo de abstração tem um profundo impacto sobre a forma que vivemos em nossos próprios corpos. David McNally escreveu que, na produção capitalista, “as mercadorias são desprendidas de suas origens no trabalho concreto de indivíduos humanos, e esse se torna modelo para todos os modos de abstração que caracterizam a cultura e o pensamento burgueses: ao longo de todo o processo o corpo é esquecido” (McNally, 2001, p.224).

Esse processo de esquecimento do corpo é crucial para nossa compreensão das sexualidades contemporâneas. O desejo é deslocado de nossos corpos para as mercadorias que parecem conter tudo que há de melhor na humanidade. A indústria da publicidade procura mobilizar esse deslocamento, nos lembrando do caráter sexy que essencialmente há em cada produto (carros, roupas íntimas, cerveja, pop etc.) – exceto nas camisinhas, cuja publicidade acontece em termos de segurança fria e racional. Corpos só se tornam sexy se podem participar do encanto das mercadorias, por meio da moda (roupas, cortes de cabelo, *piercings*, tatuagens), por meio da fotografia e da filmagem (onde as imagens dos corpos são mais atraentes do que os corpos reais) ou pela indústria *fitness*, pela qual buscamos remodelar nossos corpos de maneira a conformá-lo às imagens propagadas nas fotografias e no cinema.

Em parte, o espaço *queer* mercantilizado parece ser dividido em nichos, nos quais os indivíduos vivem sua sexualidade através da compra de produtos e serviços específicos. Esses nichos de mercado operam largamente em espaços específicos, onde estilos recebem significados particulares (veja Mort, 1996, p.175-82). É muito menos comum encontrar esses nichos voltados ao público lésbico do que ao público gay masculino. Danae Clark (1991, p.182) afirma que as lésbicas não são vistas como um grupo de consumidoras-alvo, porque não representam grande força econômica nem são identificadas como tal. Mesmo sem um nicho de mercado espacialmente identificado, novas formas de estilo lésbico emergiram na década de 1990, frequentemente compreendidos em contraposição à hostilidade feminista lésbica ao estilo mercantilizado que o precedeu (veja Clark, 1991, p.184-5).

Nesse contexto de mercantilização, uma pessoa ganha visibilidade como *queer* somente através da mobilização de produtos e serviços específicos. Outros são invisíveis, ou porque literalmente permanecem da porta para fora (por exemplo, porque não conseguem pagar pelo custo de inserção), ou porque não podem parecer “gays” e “lésbicas” se são velhos, gordos, magros demais, transgênero,

racializados, estigmatizados, deficientes ou doentes, ou claramente pobres. Essas pessoas ganham visibilidade somente como objeto de um exotismo fetichizado. Rosemary Hennessey escreveu: “A crescente circulação de imagens de gays e lésbicas na cultura de consumo tem o efeito de consolidar uma subjetividade gay imaginária, com especificidade de classe, tanto para o público hetero quanto para o público gay” (Hennessey, 2000, p.112).

Conclusão: anticapitalismo *queer*?

Nos últimos anos surgiram movimentos em busca de justiça global e contra a pobreza que, em seus momentos mais radicais, incorporaram um caráter anticapitalista. Esse é um momento importante para se considerar se existe abertura para a presença *queer* nesses movimentos. Claramente, a existência *queer* mercantilizada já foi totalmente absorvida pelas relações sociais capitalistas. Por isso, nossas comunidades existem na forma de espaços de mercado excludentes; nossa real diversidade é ofuscada pela dominação de imagens homogêneas; nossa política se restringe basicamente à reivindicação de espaços nas relações sociais existentes, conquistados através de reformas (como na música de Sinatra, “Get me to the church on time”) ou de transgressões desvinculadas de transformações (exemplificado pelo famoso bordão “*we’re here, we’re queer, get used to it!*”)²³; e nossa sexualidade é visível (embora apenas em formatos muito específicos), enquanto nossas práticas sexuais são apagadas. Sob essas circunstâncias, pode ser tentador concluir que um anticapitalismo explicitamente *queer* esteja fora de cogitação.

Uma perspectiva *queer* feminista e marxista nos oferece maneiras de vislumbrar um anticapitalismo *queer*. Muitas pessoas engajadas na prática sexual homoafetiva não conquistaram cidadania plena nem um espaço dentro das zonas públicas *queer* já existentes. As experiências brutalizantes de muitos jovens *queer* (ou tidos por *queer*) nas escolas de ensino médio é um lembrete importante do longo caminho que ainda precisamos percorrer para conquistar direitos humanos plenos (veja Frank, 1994; Smith, 1998). Uma nova agenda *queer* radical precisa ser construída em torno das necessidades, dos desejos, e das capacidades organizacionais de jovens, pobres, racializados, mulheres, pessoas transgênero, trabalhadores, pessoas que vivem com AIDS ou deficiências, idosos, pessoas com deficiência e aqueles que não querem ou não podem sair do armário. Uma importante base organizacional para essa agenda será o movimento emergente de sindicalistas *queer*, embora venha a ser necessário para eles (como é para os sindicatos) fazer muito mais para organizar os desorganizados (pessoas em locais de trabalho com fraca atuação sindical, trabalhadores temporários ou desempregados) e entre os excluídos (com base em nacionalidade, racialização, deficiência ou gênero).

O anticapitalismo *queer* nos leva de volta ao melhor da política de libertação advinda dos protestos de Stonewall: a militância, a amplitude de visão e os com-

23 Tradução livre: “Nós estamos aqui e nós somos *queer*, é melhor se acostumar com isso”. (N. E.)

promissos de transformação. Um feminismo marxista *queer* engajado fornece ferramentas valiosas para a negociação de questões complexas, responsáveis pelo impasse gerado entre a libertação gay e o feminismo lésbico, especificamente ao basear a análise da sexualidade em uma rica compreensão dos processos de reprodução social. É possível combinar uma luta festiva por liberdade sexual com um exame sério e matizado das relações de poder que conformam nossas experiências de gênero e sexualidade.

Referências bibliográficas

- ADAM, Barry D. Moral regulation in the disintegrating Canadian State. In: DUYVEN-DAK, Barry D Jan Willem; KROUWEL, Andre (eds.). *The Global Emergence of Gay and Lesbian Politics*. Philadelphia : Penns Temple University Press, 1999, p.12-29.
- BANNERJI, Himani. *Thinking Through: Essays on Feminism, Marxism a Racism*. Toronto, Canada: Women's Press, 1995.
- BARBER, John. Gay Index Good Sign of City's Potential. *Globe and Mail*, Toronto, August 8, A14, 2001.
- BERLANT, Lauren; FREEMAN, Elizabeth. *Queer Nationality*. In: WARNER, M. (eds.). *Fear of a queer Planet*. Minneapolis, Minnesota: University of Minnesota Press, 1993, p.198-229.
- BOURDIEU, Pierre. *Distinction: A Social Critique of the Judgement of Taste*. London: Routledge & Kegan Paul, 1984.
- BURSTYN, Varda. *Women against Censorship*. Vancouver, BC, Canada: Doug & McIntyre, 1985.
- CARTWRIGHT, Donna. Transgender Activism after Falls City. *Against the Current*, XV, 5, 2000, p.24-28.
- CLARK, Danae. Commodity Lesbianism. *Camera Obscura*, n.25-26, 1991, p.181-201.
- COONTZ, Stephanie. *The Social Origins of Private Life: A History of American Families 1600-1900*. London: Verso, 1988.
- CORRIGAN, Philip; SAYER, Derek. *The Great Arch*. Oxford, England: Basi Blackwell, 1985.
- CRICHLLOW, Wesley. Buller Men and Batty Bwoys: Hidden men in Toronto and halifax black communities. In: GOLDIE, Terry. *In a Queer Country: Gay and Lesbian Studies in the Canadian Context*. Vancouver, BC, Canada: Arsenal Pulp Press, 2001, p.69-85.
- D'EMILIO, John. Capitalism and gay identity. In: D'EMILIO, John (eds.). *Making Trouble*. London/New York: Routledge, 1992, p.3-16.
- DRUCKER, Peter. Introduction: mapping sexualities. In: DRUCKER, Peter (eds.). *Diferent Rainbows*. London: Gay Men's Press, 2000, p.9-42.
- FERGUSON, Sue. Building on the Strengths of the Socialist Feminist Tradition. *New Politics*, vii, 2, 1999, p.89-100.
- FLOYD, Kevin. Making history: marxism, *queer* theory and contradiction in the future of american studies, *Cultural Critique*, v.40, 1998, p.167-202.
- FRANK, Blye. *Queer selves, queer in schools: young men and sexualities*. In: PRENTIC, Susan. *Sex in Schools: Canadian Education and Sexual Regulation*. Toronto, Ontario, Canada: Our Schools/Our Selves Foundation, 1994, p.44-59.

- FUSS, Diane. Inside/out. In: *Inside/Out: Lesbian Theories, Gay Theories*. New York: Routledge, 1991, p.1-10.
- GAMSON, Joshua. Must identity movements self-destruct? A *queer* dilemma. In: SEIDMAN, S. *Queer Theory/Sociology*. Cambridge, England: Blackwell, 1996, p.395-420.
- GROSZ, Elizabeth. *Space, Time and Perversion: Essays on the Politics of Bodies*. New York/London: Routledge, 1995.
- HENNESSY, Rosemary. *Profit and Pleasure: Sexual Identities in Late Capitalism*. New York: Routledge, 2000.
- HIRSCHMAN, Jo. Organizing against capitalism and state violence in San Francisco. *Paper at Rethinking Marxism Conference*. Amherst, Massachusetts, 2000.
- HOCHSCHILD, Arlie Russell. *The Managed Heart: The Commercialization of Human Feeling*. Berkeley, California: University of California, 1983.
- HOLLIBAUGH, Amber. They are everywhere: but we refuse to see them. Queers without money. *Village Voice*, jun. 20-26, 2001.
- HUNT, Gerald (ed.). *Laboring for Rights: Unions and Sexual Diversity Across Nations*. Philadelphia, Pennsylvania: Temple University, 1999.
- JACKSON, Ed; PERSKY, Stan. *Flaunting It!: A Decade of Gay Journalism from the Body Politic*. Toronto, Ontario, Canada: Pink Triangle Press, 1982.
- KINSMAN, Gary. *The Regulation of Desire*. Montreal, Quebec, Canada: Black Rose, 1987.
- _____. *The Regulation of Desire*. Rev. Ed. Montreal, Quebec, Canada: Black Rose, 1996.
- KINSMAN, Gary; GENTILE, Patrizia. In the interests of the state. In: *The Anti-Gay, Anti-Lesbian National Security Campaign in Canada*. Sudbury, Ontario, Canada: Laurentian University Press, 1998.
- KRUPAT, Kitty; MCCREERY, Patrick (eds). *Out at Work: Building a Gay-Labor Alliance*. Minneapolis, Minnesota: University of Minnesota Press, 2001.
- MCNALLY, David. *Against the Market*. London: Verso, 1993.
- _____. *Bodies of Meaning: Studies on Language, Labor and Liberation*. Albany, New York: State University of New York Press, 1993.
- MORT, Frank. *Cultures of Consumption*. London/New York: Routledge, 1996.
- NEARY, Mike; TAYLOR, Graham. From the law insurance to the law of lottery: an exploration of the changing composition of the British State. *Capital and Class*, 65, 1998, p.55-72.
- PALMER, Bryan. *Cultures of Darkness: Night Travels in the History of Transgression*. New York: Monthly Review, 2000.
- PARENTI, Christian. *Lockdown America: Police and Prisons in the Age of Crisis*. London/New York: Verso, 1999.
- RECHY, John. *City of Night*. New York: Anchor, 1975.
- RICH, Adrienne. Compulsory heterosexuality and lesbian existence. *Signs*, 5, 4, 1980, p.631-660.
- ROSS, Becky. *Like Apples and Oranges: Lesbian Feminist Responses to the Politics of the Body Politic*. Fuse (May-June), 1993, p.19-28.
- RUTHERFORD, Jonathan. *Forever England: Reflections on Masculinity and Empire*. London: Lawrence and Wishart, 1997.

- SEARS, Alan. The “lean” state and capitalist restructuring: towards a theoretical account, *Studies in Political Economy*, 59, 1999, p.91-114.
- _____. *Queer in a Lean World, Against the Current*, XV, 5, 2000, p.21-24.
- SEDGWICK, Eve Koslofsky. *Epistemology of the Closet*. Berkeley, California: University of California, 1990.
- SEGAL, Lynne. *Straight Sex: Rethinking the Politics of Pleasure*. Berkeley, California: University of California, 1994.
- SEIDMAN, Steven. Identity and politics in “postmodern” gay culture: some historical and conceptual notes. In: WARNER, M. (ed.). *Fear of a queer Planet*. Minneapolis, Minnesota: University of Minnesota, 1993, p.105-1.
- SMITH, George. The ideology of “fag”: barriers to education for gay students. *Sociological Quarterly*, 39:2, 1998, p.309-335.
- STEIN, Arlene; PLUMMER, Ken. “I can’t even think straight”: “queer” theory and the missing sexual revolution in sociology. In: SEIDMAN, S (ed.). *Queer Theory/Sociology*. Cambridge, England: Blackwell, 1996.
- TEAL, Don. *The Gay Militants: How Gay Liberation Began in America, 1969-1971*. New York: St Martin’s Press, 1995.
- THOMPSON, E. P. The moral economy of the crowd in the Eighteenth Century. In: THOMPSON, E. P. *Customs in Common*. New York: New Press, 1993, p.185-258.
- TUCKER, Scott. *The Queer Question*. Boston, Massachusetts: South End Press, 1997.
- URSEL, Jane. *Private Lives, Public Policy: 1000 Years of State Intervention in the Family*. Toronto, Ontario, Canada: Women’s Press, 1992.
- VALVERDE, Mariana. *Sex, Power and Pleasure*. Toronto, Ontario, Canada: Women’s Press, 1985.
- VANCE, Carole S. (ed.). Pleasure and danger: towards a politics of sexuality. In: *Pleasure and Danger: Exploring Female Sexuality*. London: Pandora, 1984.
- VOGEL, Lise. Introduction. In: VOGEL, Lise (ed.). *Woman Questions: Essays for a Materialist Feminism*. New York: Routledge, 1995, p.1-19.
- _____. *Marxism and the Oppression of Women: Towards a Unitary Theory*. London: Pluto, 1983.
- WAGNER, Sally Roesch. Porn and the sexual revolution: the backlash of sado-masochism. In: LINDEN, R. E.; PAGANO, D. R.; RUSSELL, D. E. H.; STAR, S. L. (eds.) *Against Sadomasochism: A Radical Feminist Analysis*. East Palo Alto, California: Frog in the Well, 1982, p.32-55.
- WARNER, Michael. Introduction. In: WARNER, M. (ed.). *Fear of a queer Planet*. Minneapolis, Minnesota: University of Minnesota, 1993, p.vii-xxi.
- WATNEY, Simon. Emergent Sexual Identities and HIV/AIDS. In: AGGLETON, P.; DAVIES, P.; HART, G. (eds.). *AIDS: Facing the Second Decade*. London: Falmer, 1993, p.13-29.
- WILSON, Elizabeth. *Women and the Welfare State*. London: Tavistock, 1977.
- _____. Is transgression transgressive?. In: BRISTOW, J.; WILSON, A. R. (eds.). *Activating Theory*. London: Lawrence and Wishart, 1993a.
- _____. Feminist fundamentalism. In: SEGAL, Lynne; MCINTOSH, Mary (eds.). *Sex Exposed: Sexuality and the Pornography Debate*. New Jersey: Rutgers University, 1993b.

Resumo

Lésbicas e gays estão prestes a conquistar a cidadania plena no Canadá e em vários países da Europa. Isso representa uma mudança notável, trinta e cinco anos depois do início do movimento contemporâneo pela libertação homossexual iniciado pelos motins de Stonewall. Essas conquistas são produto de um movimento social cuja história é fortemente marcada pela mobilização militante. Simultaneamente, o processo de reestruturação do capitalismo abriu espaço para a existência lésbica e gay. A penetração cada vez mais profunda do mercado na vida cotidiana criou espaços para formas mercantis da existência homossexual, representada por bares, restaurantes, publicações comerciais, modas e cortes de cabelo. O capitalismo acomodou elementos da existência lésbica e gay, ao defrontar frequentes mobilizações, concomitantemente abrindo e fechando espaços para as práticas dessas comunidades. A era da cidadania e da mercantilização da homossexualidade abre novas possibilidades para políticas anticapitalistas, *queer* e marxistas-feministas.

Palavras-chave: anticapitalismo; *queer*; lésbicas; gays.

Abstract

Lesbians and gays are on the verge of winning full citizenship in Canada and a number of Western European countries. This represents a remarkable change in the 35 years since the contemporary lesbian and gay liberation movement was launched out of the Stonewall riots. These gains are the product of a social movement with a strong history of militant mobilization. At the same time, the process of capitalist restructuring has opened some of the space for lesbian and gay existence. The penetration of the market deeper into everyday life has created spaces for commodified forms of lesbian and gay existence, oriented around bars, restaurants, commercial publications, fashions and hairstyles. Capitalism has accommodated elements of lesbian and gay existence in the face of ongoing mobilizations, opening certain spaces for lesbian and gay life while at the same time shutting down others. The era of lesbian/gay citizenship and commodification opens new possibilities for anti-capitalist queer marxist-feminist politics.

Keywords: anti-capitalism; queer; lesbians, gays.